

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

IVI ROCHA SLOBODA

A TRADIÇÃO ORAL DO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ – O CASO DO
BRIGUE CAMARGO E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA EM
ANGRA DOS REIS

RIO DE JANEIRO
2026

Ivi Rocha Sloboda

**A TRADIÇÃO ORAL DO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ – O CASO DO
BRIGUE CAMARGO E AS POSSIBILIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA EM
ANGRA DOS REIS**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Ensino de História, Instituto de
História, Universidade Federal do Rio
de Janeiro, como requisito à obtenção
do título de Mestre em Ensino de
História.

Orientador/a: Gustavo Pinto de Sousa

RIO DE JANEIRO
2026

CIP - Catalogação na Publicação

S634t Sloboda, Ivi Rocha
A Tradição Oral do Quilombo Santa Rita do Bracuí -
O Caso do Brigue Camargo e as Possibilidades para o
Ensino de História em Angra dos Reis / Ivi Rocha
Sloboda. -- Rio de Janeiro, 2026.
126 f.

Orientador: Gustavo Pinto de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de
Pós-Graduação em Ensino de História em Rede Nacional,
2026.

1. Tradição oral. 2. Quilombo Santa Rita do
Bracuí. 3. Ensino de História. 4. Memória. 5. Brigue
Camargo. I. Souza, Gustavo Pinto de, orient. II.
Título.



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA
MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA

Aos dezenove dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, por via remota, conforme resolução CEPG 310/2024, realizou-se a prova do trabalho final / dissertação de mestrado em Ensino de História, intitulada: “A tradição oral do quilombo Santa Rita do Bracuí – o caso do brigue Camargo e as possibilidades para o ensino de história em Angra dos Reis”, de autoria da Candidata Ivi Rocha Sloboda, aluna do Programa de Pós-graduação em Ensino de História da UFRJ. A Comissão Examinadora esteve constituída pelos professores: Gustavo Pinto de Sousa, Presidente, Alessandra Carvalho (UFRJ) e Martha Campos Abreu (UFF).

Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, a candidata foi aprovada pela Comissão Examinadora, com o seguinte parecer:

A banca destaca a qualidade teórica e propositiva da dissertação, a relevância do E-book proposto e a potencialidade da aplicação dele como ferramenta pedagógica no Ensino de História tanto no âmbito local e nacional. Ademais, considerou positiva a relação da pesquisa e seus resultados para o fortalecimento da luta do quilombo do Bracuí. E, por fim, a banca a destaca o ineditismo do trabalho e recomenda para publicação e a continuidade do estudo no doutorado.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2026.

GUSTAVO PINTO DE SOUSA

ALESSANDRA CARVALHO

MARTHA CAMPOS ABREU

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não foi escrita sozinha. Ela foi construída por encontros, por sustentações invisíveis, por mãos estendidas no momento exato e por palavras que me impediram de desistir quando o cansaço era maior do que a certeza.

Agradeço, antes de tudo, à espiritualidade que me sustenta. Foi ela que me ensinou a confiar no tempo dos processos, a aceitar que nem tudo se revela de imediato e que há caminhos que se abrem mesmo quando ainda não enxergamos o horizonte. Se cheguei até aqui, foi porque nunca caminhei desamparada.

À minha mais velha, minha mãe, que sempre acreditou em mim muito mais do que eu mesma fui capaz de acreditar. Seu exemplo sempre foi farol. Seu apoio foi presença constante. Seu amor é a base sobre a qual eu sigo.

À memória do meu pai, que não está aqui fisicamente para presenciar este momento, mas cuja alegria e orgulho eu sei que me acompanham. Sua ausência é também presença naquilo que me ensinou.

Ao meu irmão, sobrinhos e cunhada, pelas palavras de incentivo, pelo carinho e pela compreensão das ausências e distância.

À Dona Marilda e a toda a comunidade do Quilombo Santa Rita do Bracuí, pelo acolhimento generoso e pela confiança. A palavra viva de vocês não é objeto de pesquisa: é ensinamento, é memória em movimento, é território que fala. Este trabalho é, acima de tudo, compromisso com essa escuta.

À professora Martha Abreu, pela escuta atenta, pelo incentivo, pelos conselhos e pela generosidade intelectual. Sua presença foi direção e encorajamento.

À professora Alessandra, ainda na disciplina de Projeto de Pesquisa, quando tudo era pergunta e inquietação. Foi ali que este trabalho começou a se desenhar. Ainda me lembro da pergunta que ecoou e reorganizou meu percurso: é sobre o navio ou sobre o quilombo? Talvez esta dissertação seja a resposta construída ao longo do tempo.

Ao meu orientador, Gustavo Pinto de Sousa, por aceitar trilhar comigo esta travessia. Agradeço pela escuta cuidadosa, pela compreensão nos momentos de desespero e pelo respeito à minha trajetória.

À CAPES, pelo financiamento que tornou possível esta dedicação. Defender a pesquisa pública é também defender a possibilidade de que histórias silenciadas encontrem espaço e reconhecimento.

Aos meus diretores, Carlos e Manuel, pela compreensão quando precisei conciliar

escola, pesquisa e vida. O cotidiano da escola pública é intenso, e o apoio de vocês fez diferença real.

À minha querida turma de mestrado 2023, companheiros e companheiras de jornada. Dividimos muito mais do que leituras e prazos. Dividimos medos, angústias, dúvidas e, principalmente, a decisão de continuar quando parecia impossível. Fomos sustento uns dos outros.

À Luciana, amiga que o mestrado me deu, pela parceria, pela amizade e pela força construída no meio do caminho.

À Katia, que sempre me lembrava que eu podia.

À Izabela, que, no último dia de inscrição, não me deixou recuar. E ao longo do percurso me ajudou

À Maristela, que me ajudou a compreender um pouco mais de mim mesma para que eu pudesse sustentar este processo com mais consciência e inteireza.

E ao meu companheiro de vida, Emmanuel, pela paciência, pelo cuidado e pelo carinho nos dias longos de ausência na presença, de inquietação e de ansiedade. Sua presença foi abrigo. Sem você, esta travessia teria sido muito mais difícil.

Por fim, aos meus estudantes. São vocês que diariamente me fazem perguntar para quem e para quê ensinamos História. Este trabalho nasce da sala de aula e retorna para ela.

*“A liberdade não ficou do
nosso jeito, deram nossa
liberdade, mas não deram
nossos direitos.”*

(Ponto de Jongo do Quilombo
Santa Rita do Bracuí).

RESUMO

Esta dissertação analisa as articulações entre tradição oral, memória e ensino de História a partir do caso do Brigue Camargo e da experiência histórica do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis (RJ). A pesquisa nasce da inquietação provocada pela distância entre as narrativas preservadas pela comunidade quilombola — especialmente aquelas relacionadas ao desembarque ilegal de africanos escravizados em 1852 — e sua presença efetiva nas práticas escolares. Ao tensionar essa lacuna entre currículo e território, o estudo afirma a tradição oral como forma legítima de produção de conhecimento histórico e reconhece o território como espaço de elaboração e transmissão de saberes. Fundamentada no diálogo com a História Oral, os estudos da memória e o campo do ensino de História, a investigação articula análise documental, revisão bibliográfica e escuta das narrativas comunitárias. Ao colocar em diálogo memória territorial e historiografia sobre o tráfico ilegal no Brasil oitocentista, evidencia-se como a experiência do Bracuí problematiza a ideia de liberdade como ruptura suficiente e revela permanências das desigualdades no pós-abolição. Como produto educacional, apresenta-se o e-book *Vozes do Bracuí: entre a serra e o mar – Ensino de História, memória e território*, estruturado em quatro eixos temáticos voltados ao Ensino Fundamental II. Conclui-se que incorporar as narrativas quilombolas ao ensino fortalece o letramento histórico, amplia o vínculo entre escola e território e contribui para uma prática comprometida com a valorização de saberes historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Tradição oral. Quilombo Santa Rita do Bracuí. Ensino de História. Memória. Brigue Camargo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the connections between oral tradition, memory, and history teaching, using the case of the Brig Camargo and the historical experience of the Quilombo Santa Rita do Bracuí in Angra dos Reis (RJ). The research stems from the concern raised by the gap between the narratives preserved by the quilombo community—especially those related to the illegal landing of enslaved Africans in 1852—and their effective presence in school practices. By highlighting this gap between curriculum and territory, the study affirms oral tradition as a legitimate form of historical knowledge production and recognizes territory as a space for the elaboration and transmission of knowledge. Grounded in dialogue with Oral History, memory studies, and the field of history teaching, the investigation articulates documentary analysis, bibliographic review, and listening to community narratives. By placing territorial memory and historiography on the illegal slave trade in 19th-century Brazil in dialogue, it becomes evident how the Bracuí experience problematizes the idea of freedom as a sufficient rupture and reveals the persistence of inequalities in the post-abolition period. As an educational product, the e-book *Voices of Bracuí: Between the Mountains and the Sea – Teaching History, Memory and Territory* is presented, structured in four thematic axes aimed at Elementary School II. It is concluded that incorporating quilombola narratives into teaching strengthens historical literacy, expands the link between school and territory, and contributes to a practice committed to valuing historically marginalized knowledge.

Keywords: Oral tradition. Quilombo Santa Rita do Bracuí. History teaching. Memory. Brig Camargo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Sr. Manoel Moraes – Frame extraído do documentário “Passados Presentes”....	37
Imagem 2 - D. Marilda.....	39
Imagem 3 - As buscas pelos vestígios do Camargo são dificultadas pela baixa visibilidade e excesso de sedimentos, uma vez que o ponto de naufrágio fica próximo ao rio Bracuí.....	45
Imagem 4 - Equipe de mergulho do Slave Wrecks Project e do Instituto AfrOrigens.....	46
Imagem 5 - Ruínas do Engenho Central do Bracuhy.....	85
Imagem 6 - Pesquisa arqueológica subaquática do Brigue Camargo.....	89
Imagem 7 - Brigue da Costa do Maine pintado pelo norte-americano Fitz Henry Lane em 1851: navio é similar às descrições do Camargo.....	94
Imagem 8 - Lista com nomes e idades dos africanos sobreviventes do brigue Camargo, resgatados pelas autoridades imperiais em 1853. As informações originais estão no Arquivo Nacional, Série Justiça, Prisões, IJ7, Pasta 12, Casa de Correção, 1852-1853.....	100
Imagem 9 - D. Marilda recebe título de Honoris Causa.....	104
Imagem 10 - Foto de roda de Jongo do Quilombo Santa Rita do Bracuí.....	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Atual território do quilombo Santa Rita do Bracuí. Note a diferença entre o território demarcado pelo Incra e o território simbólico, que foi tomado durante a construção da Rio-Santos pela especulação imobiliária.....	29
Mapa 2 - Quilombo Santa Rita do Bracuí.....	38
Mapa 3 - Região da busca dos vestígios do Brigue Camargo.....	45
Mapa 4 - Mapa das principais rotas de tráfico ilegal para o Bracuí.....	97
Mapa 5 - Mapa do território tradicional do Bracuí antes e depois da Rodovia Rio-Santos...	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Articulação entre atividades, fontes, intencionalidade pedagógica e habilidades curriculares (Angra dos Reis).....	63
Quadro 2 – Articulação entre eixos, atividades, anos de escolaridade e habilidades a partir do Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis.....	80

SIGLAS E ABREVIACÕES

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EJA	Educação de Jovens e Adultos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABHOI	Laboratório de História Oral e Imagem
MEC	Ministério da Educação
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino de História
SEJIN	Secretaria de Educação (Angra dos Reis)
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – TRADIÇÃO ORAL, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA NO QUILOMBO SANTA RITA BRACUÍ.....	18
1.1. Tradição oral, memória e território no Quilombo Santa Rita do Bracuí.....	18
1.2. Quilombismo, ancestralidade e continuidade histórica.....	24
1.3. Memória, identidade e território.....	28
1.4. Racismo estrutural e violências cotidianas.....	32
CAPÍTULO 2 - O CASO DO BRIGUE CAMARGO: ORALIDADE, ARQUEOLOGIA E ENSINO DE HISTÓRIA.....	35
2.1. Memória, tradição oral e o Brigue Camargo.....	36
2.2. O Brigue Camargo no contexto do tráfico atlântico.....	42
2.3. Oralidade, fontes documentais e arqueologia: um diálogo necessário.....	48
2.4. O Brigue Camargo no Documento Orientador da rede de ensino municipal de Angra dos Reis.....	51
CAPÍTULO 3 – O E-BOOK COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	56
3.1. Justificativa e objetivos do material didático.....	56
3.2. Estrutura e conteúdo do e-book.....	60
3.3. O e-book como dispositivo político-pedagógico.....	65
3.4. Descolonização do currículo, valorização de saberes quilombolas e prática docente.....	68
CAPÍTULO 4 - VOZES DO BRACUÍ: ENTRE A SERRA E O MAR – ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E TERRITÓRIO.....	72
4.1. Apresentação.....	72
4.2. Estrutura de organização do e-book.....	75
4.2.1 Apresentação.....	75
4.2.2. Sugestão de uso do e-book para o(a) professor(a).....	77
4.2.3. Eixo 1: história, memória e fontes.....	79
4.2.4. Habilidades do Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis mobilizadas.....	80
4.2.5. Eixo 2: Escravidão, tráfico e ilegalidade.....	82
4.2.6. Eixo 3: narrativas, silêncios e memória.....	82
4.2.7. Eixo 4 – quilombo ontem e hoje: território, cultura e direitos.....	83
4.3. Atividades do eixo 1.....	84
4.4. Atividades do Eixo 2.....	91
4.5. Atividades Do Eixo 3.....	99
4.6. Atividades do Eixo 4.....	107

4.7. Para Saber Mais.....	114
4.8. Referências Bibliográficas do e-book.....	116
CONCLUSÃO.....	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121

INTRODUÇÃO

*“Cada ancião que morre é uma biblioteca
que se queima.”*

Amadou Hampâté Bâ

Por que algumas histórias são contadas nos livros de História e ensinadas nas escolas, enquanto outras permanecem à margem, sobretudo quando se sustentam na palavra e na memória de quem as vive?

Sou docente de História das redes municipal e estadual no município de Angra dos Reis, atuando no Ensino Fundamental II, EJA e Ensino Médio desde 2005. Minha trajetória profissional sempre esteve atravessada pelas dinâmicas sociais que constituem o território, especialmente pela presença de comunidades tradicionais, como o Quilombo Santa Rita do Bracuí. Meu contato com essa comunidade se dá por meio da participação em movimentos sociais da cidade e em espaços coletivos de formação e debate, e não a partir da atuação em escolas localizadas no território quilombola, o que define também o lugar a partir do qual observo, dialogo e construo esta pesquisa. Ao longo desses anos, observei que a história local, que circula principalmente na voz de D. Marilda, principal liderança quilombola na atualidade, presença constante em palestras públicas, encontros formativos e ações voltadas às relações étnico-raciais no município, apesar de sua relevância para a formação da cidade e para a compreensão de processos mais amplos da história do Brasil, aparece de forma tímida no cotidiano escolar. Essa percepção se intensificou à medida que conheci mais de perto a comunidade do Bracuí e passei a ouvir de seus moradores narrativas que, embora ricas, densas e complexas, raramente chegam às salas de aula da escola pública.

Foi nesse processo de aproximação que a história do navio negreiro Camargo emergiu de forma inesperada e transformadora no meu percurso. Eu já havia escutado referências sobre o naufrágio, mas nada se comparava ao que ouvi diretamente de D. Marilda, guardiã de memórias que atravessam gerações e sustentam a permanência da comunidade no território. Ao ouvi-la afirmar que "aqui é história oral", compreendi que aquela frase não era apenas uma constatação sobre métodos de pesquisa ou procedimentos de investigação histórica: era uma afirmação política, pedagógica e existencial, profundamente enraizada na experiência coletiva do quilombo. Ela apontava para um modo de produzir e transmitir conhecimento que se constrói a partir da palavra, da memória compartilhada e das relações comunitárias, em diálogo com outras formas de registro histórico, e que se constitui nos encontros, nos laços

familiares, nas lembranças partilhadas e na permanência da comunidade no território.

Passei então a me perguntar: como fazer com que essas narrativas cheguem à escola, considerando seus diferentes espaços, contextos e públicos, e os limites e possibilidades do ensino de História? Como é possível que histórias tão presentes no cotidiano dos moradores quilombolas, tão entrelaçadas às trajetórias de vida das famílias do Bracuí, não encontrem espaço nas aulas de História e nos materiais que orientam o ensino? Por que a escola insiste em ensinar um passado distante, centrado em narrativas nacionais, quando o território revela, em cada conversa, em cada caminho, em cada morador, memórias que dizem respeito diretamente aos estudantes? E, ainda, o que significa ensinar História a estudantes que não vivem cotidianamente o quilombo, apresentando essa vastidão de conhecimentos e saberes, quando não é possível realizar a visita ao território e quando o acesso a essas narrativas se dá por outras mediações pedagógicas?

Essas perguntas começaram a me acompanhar de maneira insistente. Elas surgiam quando eu corrigia provas, quando planejava aulas, quando conversava com os estudantes sobre suas famílias, quando lia o Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis e percebia que, apesar de o Bracuí ser mencionado como lugar de memória, essa menção não se traduzia em práticas pedagógicas concretas no cotidiano escolar. Como explicar essa contradição entre o reconhecimento institucional e o silêncio em sala de aula? Como explicar que o Brigue Camargo, mencionado uma única vez no documento curricular, não apareça como conteúdo trabalhado de modo significativo nas turmas que, muitas vezes, mantêm relação direta com o território — ainda que sua história não seja apenas de Angra, mas parte do processo mais amplo do tráfico ilegal de africanos escravizados e da formação do Brasil oitocentista?

No cotidiano da escola, passei a perceber a existência de um distanciamento estrutural entre currículo e território. A história local permanecia como um apêndice, uma curiosidade, algo que poderia ser citado pontualmente, mas não incorporado às práticas de ensino nas escolas do município. O ensino seguia centrado em conteúdos distantes da experiência dos estudantes, desconsiderando justamente aquilo que poderia fortalecer sua relação com a cidade, com a comunidade e consigo mesmos. E, à medida que fui percebendo essa distância, fui compreendendo também o impacto dela: quando a escola não reconhece as narrativas da comunidade, contribui para o enfraquecimento da identidade dos estudantes e para a naturalização de silêncios que são fruto de processos históricos de apagamento.

Foi então que compreendi que havia uma lacuna importante — não apenas teórica, mas também pedagógica, política e afetiva — que precisava ser investigada. Embora existam

pesquisas sobre o Quilombo Santa Rita do Bracuí e sobre a identidade quilombola; embora haja estudos que discutem currículo, ensino de História e relações étnico-raciais; e embora o Camargo esteja presente na memória dos moradores e mencionado oficialmente no documento curricular, a articulação entre tradição oral do Bracuí, caso do Brigue Camargo e ensino de História da rede municipal ainda se mostra pouco explorada. Não há, até o momento, estudos que investiguem de forma sistemática como essas narrativas podem ser incorporadas às práticas escolares, ou como podem transformar o ensino quando compreendidas no interior do campo dos saberes históricos.

Essa ausência não é apenas curricular. Ela produz um afastamento concreto entre a escola e o território, fragiliza a relação dos estudantes com sua própria história e contribui para a reprodução de desigualdades simbólicas. Como pode a escola cumprir seu papel de formar sujeitos críticos se desconsidera as narrativas vivas do território? Como pode fortalecer a autoestima dos estudantes se não reconhece a ancestralidade que habita o lugar onde eles vivem? Como pode ensinar sobre tráfico ilegal de africanos escravizados e pós-abolição sem dialogar com uma comunidade quilombola viva, que guarda em sua memória familiar e coletiva as marcas desses processos históricos?

CAPÍTULO 1 – TRADIÇÃO ORAL, COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA NO QUILOMBO SANTA RITA BRACUÍ

1.1. Tradição oral, memória e território no Quilombo Santa Rita do Bracuí

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.”

Tierno Bokar

Certa vez, D. Marilda, liderança do Quilombo Santa Rita do Bracuí, narrou a história do Brigue Camargo, navio negreiro afundado pelo próprio capitão, Nathaniel Gordon, em uma tentativa de ocultar as provas do desembarque ilegal de aproximadamente 500 africanos escravizados em 1852. Em suas narrativas, ela sempre destacava o detalhe de que o capitão teria fugido vestido de mulher, elemento que, por seu caráter inusitado, fazia com que o episódio parecesse improvável. Durante a infância, esse acontecimento — que provocou um escândalo diplomático entre Brasil e Estados Unidos e foi noticiado nos principais jornais da Corte — lhe soava como um daqueles “causos” contados pelos mais velhos. O relato misturava humor e tragédia, e ela não imaginava que aquela memória preservasse um dos episódios mais emblemáticos da repressão ao tráfico ilegal no Segundo Reinado. A história atravessou sua vida como referência persistente: o território carregava marcas de um passado ausente do currículo escolar e das narrativas históricas mais difundidas sobre a escravidão no Brasil.

Anos depois, ao entrar em contato com a documentação referente ao Brigue Camargo, por meio das pesquisas desenvolvidas por Martha Abreu, Hebe Mattos e pelo projeto “Jongos, Calangos e Folias”, do LABHOI-UFF, sua percepção se transformou. Aquilo que, na infância, parecia exagero revelou-se um marco histórico fundamental para compreender as dinâmicas do tráfico ilegal no litoral sul fluminense e sua relação com a expansão econômica do Vale do Paraíba cafeeiro. A fazenda Santa Rita aparecia, então, vinculada às redes ilegais de desembarque de africanos escravizados conduzidas pela família Breves, uma das mais poderosas do Império. Embora amplamente documentada pelas autoridades da época, essa experiência permaneceu pouco incorporada ao ensino escolar e a parte significativa da historiografia produzida ao longo do século XX. Ainda assim, foi preservada pela população do Bracuí por meio da palavra, das práticas cotidianas e dos vínculos construídos no território.

Essa memória evidencia não apenas a força da tradição oral, mas também aquilo que Michel-Rolph Trouillot define como processos de silenciamento na produção histórica, responsáveis por determinar quais experiências alcançam maior centralidade nas narrativas nacionais e quais permanecem em posições marginais. Para Trouillot (2016), esses silêncios não resultam da ausência de registros, mas de escolhas feitas em diferentes momentos da produção histórica — na seleção dos arquivos, na construção das narrativas e na definição do que merece centralidade na narrativa histórica.

Vale pontuar que a documentação oficial da época — registros policiais, ministeriais e diplomáticos — registrou com detalhes o tráfico ilegal e o caso do Brigue Camargo. O silenciamento, portanto, não decorreu de uma falha nos arquivos, mas de uma escolha deliberada da escrita da história ao longo do século XX. Os historiadores desconsideraram esses registros em prol de uma narrativa que minimizava o crime do tráfico clandestino, muitas vezes tratando-o apenas como 'lei para inglês ver' — o que acabou por proteger o Estado e as elites das responsabilidades decorrentes da manutenção da escravidão ilegal. Assim, a memória preservada no Bracuí não preenche uma lacuna de registros inexistentes, mas confronta uma escolha política de esquecimento que tentou suprimir a agência negra e a historicidade do grupo.

É nesse contexto que a narrativa de D. Marilda permite compreender a profundidade da tradição oral no Bracuí. Sua fala não se restringe a uma lembrança individual, mas constitui-se como prática de transmissão histórica, cuidado comunitário e continuidade territorial. Ao narrar a história do Camargo, ela reafirma a existência de uma memória coletiva que também se sustenta para além dos registros escritos. Essa memória se manifesta nas formas de sociabilidade, nas atividades comunitárias, nos vínculos com a terra e nas relações estabelecidas no cotidiano do Bracuí, no qual o conhecimento circula entre gerações. A oralidade, nesse sentido, sustenta formas próprias de elaboração da experiência histórica e da vida coletiva no presente.

Essa compreensão de que a memória quilombola não apenas preserva experiências historicamente marginalizadas, mas também participa da construção da historicidade do território, ganha força na relação da comunidade com o testamento de 1878, atualmente preservado no Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Durante décadas, a tradição oral no Bracuí funcionou como importante meio de preservação da memória desse registro escrito, ao qual os descendentes não tiveram acesso físico ou formal por longo tempo. A comunidade manteve viva a lembrança da doação das terras, transmitida entre gerações como parte constitutiva de sua trajetória coletiva e de sua luta pela continuidade da vida no território.

Longe de constituírem narrativas em oposição, a palavra dos mais velhos e o registro documental revelam formas complementares de elaboração do passado. A documentação do século XIX registrou o caso do navio Camargo e sua repercussão política no Império; a tradição oral preservou essa memória mesmo durante o período em que o tema ocupou espaço reduzido na produção historiográfica. Nesse sentido, a experiência do Bracuí evidencia como determinadas dimensões da história da escravidão e do pós-abolição¹ no Brasil permaneceram vivas sobretudo por meio das memórias preservadas pelas próprias comunidades negras, apesar da limitada circulação dessas experiências nas narrativas históricas mais difundidas.

Nesse processo, a relação com a universidade estabeleceu-se como um diálogo de saberes de mão dupla: se a pesquisa acadêmica contribuiu para ampliar a visibilidade institucional da narrativa quilombola, a própria universidade também se transformou ao reconhecer a densidade de um conhecimento que, como afirma D. Marilda, “sempre foi história”. Mais do que objeto de pesquisa, a comunidade produziu interpretações próprias sobre sua trajetória, sua relação com o território e sua inserção na história da escravidão e do tráfico ilegal, reafirmando a importância histórica desse saber territorial.

A maneira como D. Marilda constrói suas narrativas revela um processo que ultrapassa a lembrança individual. Ao narrar o afundamento do navio e a fuga do capitão, ela reafirma a presença desses acontecimentos na vida cotidiana do Bracuí, mostrando como memória comunitária e registros históricos dialogam na construção de sentidos históricos. Não se trata de algo distante: o passado atua sobre o presente e orienta a compreensão da vida coletiva.

Amadou Hampâté Bâ (2010) contribui para a compreensão desse processo ao afirmar que a tradição oral sustenta modos de existir, e não apenas conteúdos transmitidos ao longo do tempo. No Bracuí, a palavra preserva dimensões da experiência que, embora registradas pela documentação oficial da época, foram posteriormente marginalizadas pela historiografia nacional. Trata-se de um conhecimento que se mantém vivo porque foi narrado, compartilhado e atualizado ao longo das gerações. No Bracuí, a palavra preserva dimensões da experiência que, embora registradas pela documentação oficial da época, foram posteriormente deixadas à margem do conhecimento acadêmico — e a confirmação

¹ Embora a abolição formal da escravidão no Brasil tenha ocorrido em 13 de maio de 1888, para a comunidade do Quilombo Santa Rita do Bracuí o marco inicial da experiência de liberdade remete ao testamento de José de Souza Breves (1878) e à abertura de seu inventário em 1879, quando foram concedidas a alforria e a doação de terras aos seus antigos escravizados. O termo "pós-abolição" é aqui empregado como categoria historiográfica, conforme definido por Mattos e Rios (2005), referindo-se ao período de lutas por terra, reconhecimento e cidadania que se intensificou localmente a partir desse marco — independentemente do marco legal nacional de 1888.

documental da história do Camargo não veio validar a narrativa oral, mas dialogar com formas de compreensão do passado já construídas pela comunidade.

Em suas falas, D. Marilda costuma afirmar que “aqui é História Oral”, referindo-se à história do quilombo. A expressão sintetiza uma forma própria de elaboração da experiência histórica no Bracuí: um modo de produzir sentido ancorado na memória transmitida entre gerações e no vínculo com a terra. Ao se apropriar da noção de História Oral, incorporada também no diálogo com a universidade, a comunidade passou a elaborar essa experiência a partir de novas referências conceituais, sem romper com práticas de transmissão já existentes no Bracuí. Como observa Catroga (2015), a história opera sempre no interior de referenciais culturais e sociais que influenciam aquilo que pode ser reconhecido como verdade em determinado tempo e contexto.

Verena Alberti (2005) destaca que a tradição oral não se define apenas pelo conteúdo das narrativas, mas também pela sua dimensão performática. Para a autora, a história não está somente no que se diz, mas no modo como se diz. As pausas, o ritmo, a entonação, os gestos e o corpo que fala fazem parte do processo de transmissão e conferem legitimidade à memória. No Bracuí, essa dimensão performática da oralidade integra a própria experiência comunitária. Contar histórias significa transmitir saberes, reafirmar formas coletivas de viver e marcar a presença histórica da comunidade em um espaço marcado pela escravidão, pelo tráfico ilegal e pelas disputas em torno do direito à terra.

Essa compreensão dialoga diretamente com a reflexão de Fernando Catroga (2015) sobre as relações entre memória e tempo. Para o autor, a memória não corresponde à simples recuperação de um acontecimento passado, mas a uma articulação contínua entre passado, presente e futuro, entendidos como temporalidades que se entrelaçam e se atualizam mutuamente. Como afirma Catroga:

A memória é inseparável da relação entre passado, presente e futuro, que... não são diferenças pontuais ou somas aritméticas, mas modos temporais entrelaçados. Como houve passado, presente e futuro no passado, há passado, presente e futuro no presente, e haverá passado, presente e futuro no futuro. (Catroga, 2015, p. 35–36).

No Bracuí, essa temporalidade se manifesta de forma concreta. Ao narrar a história do Camargo, a comunidade inscreve sua trajetória nas disputas do presente e projeta um futuro em que sua experiência histórica seja reconhecida como parte da história do Brasil. Cada narrativa compartilhada carrega, assim, um horizonte de continuidade: contar a história é também afirmar que ela não deve ser esquecida. Como observa Catroga (2015, p. 35), “a memória é a retrospectação comandada pela ideia de futuro”.

Lembrar o passado não se confunde com nostalgia. Trata-se também de uma prática política. Quando D. Marilda insiste em narrar a história da doação das terras, os casos de expulsão e as estratégias de resistência construídas ao longo do tempo, ela afirma um futuro no qual a comunidade seja reconhecida como quilombo e o território respeitado como espaço de memória e vida. Não se trata apenas de conservar acontecimentos passados, mas de organizá-los à luz das experiências do presente. Em uma sociedade ainda marcada pelas desigualdades produzidas pela escravidão e pelo pós-abolição, lembrar torna-se também uma forma de resistir ao apagamento histórico das experiências negras e quilombolas.

O território participa ativamente desse processo. Os caminhos, as celebrações e as práticas coletivas atualizam vínculos e reafirmam pertencimentos. Caminhar até a capela de Santa Rita, visitar o cemitério dos antepassados ou participar de um mutirão conecta passado e presente, sustentando os vínculos que estruturam a vida comunitária. O território, assim, não aparece apenas como cenário da memória, mas como parte constitutiva de sua atualização. Como sintetiza Catroga, “recordo-me, logo existo” (Catroga, 2015, p. 40).

O encontro com a universidade introduziu novos elementos nesse processo, sem romper com aquilo que já existia na memória da comunidade. Inicialmente, os moradores não conheciam o nome do navio, do capitão ou sua origem, mas conheciam o essencial: houve um naufrágio, uma perseguição e um episódio de violência ligado ao tráfico ilegal que marcou profundamente a trajetória do Bracuí. Quando essas informações passam a circular também no meio acadêmico — o nome Camargo, a rota, os agentes envolvidos —, elas não substituem a narrativa local, mas ampliam as possibilidades de compreensão dessa experiência ao reconhecer a profundidade de uma memória preservada pela tradição oral. Como observa Pollak (1992), a memória coletiva reorganiza-se continuamente, incorporando novos elementos sem perder os sentidos construídos pela experiência comunitária.

A partir do diálogo entre a pesquisa acadêmica e a experiência comunitária, emergem narrativas que não precisam coincidir plenamente para produzir sentido histórico. Elas podem se complementar, se tensionar ou mesmo divergir. No Bracuí, é justamente nesse encontro entre memória, território e historiografia que se constroem formas de pertencimento e interpretações sobre a trajetória da comunidade, revelando como determinadas dimensões da história da escravidão e do pós-abolição no Brasil foram preservadas nas experiências e narrativas mantidas pelas próprias comunidades negras.

Essa articulação entre saber ancestral e diálogo com pesquisadores não enfraquece a tradição oral; ao contrário, contribui para sua ampliação. Ao longo de mais de vinte anos de relação entre o Quilombo Santa Rita do Bracuí e o LABHOI/UFF, D. Marilda entrou em contato com ferramentas conceituais, modos de escuta e procedimentos metodológicos próprios da história oral acadêmica. No entanto, manteve aquilo que estrutura sua prática narrativa: a centralidade da memória e da palavra transmitida no interior da comunidade. Nesse processo, construiu uma forma própria de narrar e transmitir a experiência histórica, articulando tradição e pesquisa sem romper com os sentidos produzidos coletivamente no território. Por isso, sua atuação não se limita à condição de fonte, mas se afirma como autoria, na medida em que traduz o território em narrativa e possibilita ao pesquisador acessar conhecimentos que dificilmente seriam alcançados apenas pela documentação escrita.

A tradição oral no Bracuí, portanto, não está isolada nem pode ser entendida como vestígio de um passado distante. Trata-se de uma prática viva, presente nas cozinhas onde mulheres preparam a comida enquanto compartilham histórias, nos terreiros de jongo em que os cantos remetem a experiências de resistência, nas festas de Santa Rita que articulam fé, ancestralidade e memória, nas conversas ao pé das árvores e nos caminhos percorridos para visitar parentes. Nessas situações, a palavra circula como gesto de cuidado, transmissão e vínculo entre gerações.

A cada geração, essas memórias são reorganizadas, preservando aquilo que se mostra fundamental para a vida coletiva: o vínculo com a terra, a solidariedade entre as famílias e o sentimento de pertencimento. Ao analisar o Quilombo Santa Rita do Bracuí, Costa (2021) destaca a centralidade das trocas intergeracionais e das práticas cotidianas na transmissão de saberes comunitários, demonstrando como memória, trabalho coletivo e vínculos territoriais se articulam no interior da comunidade quilombola. Essa dinâmica também aparece nas reflexões de Silva (2018) sobre o movimento social quilombola, especialmente quando oralidade e memória se tornam instrumentos de organização política, resistência e afirmação territorial.

Por isso, a memória não se reduz à lembrança individual. Ela se constrói como experiência compartilhada, elaboração contínua do tempo vivido e forma de existência política no presente. Trata-se de uma resposta histórica aos processos de violência, expropriação e marginalização que atravessaram a experiência da comunidade desde o período escravista. A tradição oral constitui, assim, uma importante forma de resistência ao esquecimento. Mais do que preservar histórias, ela reafirma sentidos compartilhados,

fortalece vínculos comunitários e sustenta experiências ligadas ao enraizamento da comunidade no território.

A narrativa de D. Marilda ocupa lugar central nesse processo. Sua fala traduz a experiência da comunidade de maneira profundamente situada, articulando os ensinamentos recebidos dos mais velhos, os aprendizados construídos no diálogo com pesquisadores e a vivência cotidiana no território desde a infância. Sua autoridade não se funda em uma posição formal, mas nesse lugar de encontro entre experiência, memória e trajetória coletiva acumuladas ao longo do tempo.

A tradição oral do Bracuí, portanto, não pode ser compreendida como simples relato do passado. Ela afirma-se como forma de transmissão de saberes, organização da memória coletiva e fundamento político da continuidade da vida no território. Ao articular identidade, memória e luta, a oralidade torna-se também uma maneira de compreender a própria história da escravidão, do pós-abolição e das marcas que ainda atravessam a experiência das comunidades negras no Brasil. Mais do que lembrar, trata-se de permanecer.

1.2. Quilombismo, ancestralidade e continuidade histórica

Compreender o Quilombo Santa Rita do Bracuí exige ampliar a compreensão ainda recorrente que reduz o “quilombo” apenas a lugar de fuga. Essa imagem, amplamente reproduzida nos livros didáticos e nas narrativas escolares, não dá conta da complexidade das experiências negras que atravessam esse território nem das múltiplas formas de organização construídas pelas populações negras no Brasil após a escravidão. No Bracuí, o quilombo não surge de um rompimento abrupto, mas de um processo contínuo de pertencimento construído — algo que os mais velhos narram como fundamento da vida comunitária.

A distinção entre quilombo histórico e quilombo contemporâneo só se torna produtiva quando permite enxergar essa continuidade. Abreu e Mattos (2011) demonstram que muitas comunidades negras permaneceram exatamente onde já estavam no século XIX, reorganizando suas relações sociais e territoriais após a abolição formal. Não se trata, portanto, apenas de fuga, mas de rearticulação da vida coletiva diante das estruturas de exclusão que atravessaram o pós-abolição. No Bracuí, essa presença se materializa no cotidiano: as famílias que habitam o território hoje são descendentes diretas das que viveram e trabalharam na antiga fazenda dos Breves. Trata-se de gerações que

mantiveram laços de parentesco, celebraram juntas, trabalharam lado a lado e reconstruíram a vida mesmo diante das violências produzidas pela escravidão, pela expropriação territorial e pelo racismo estrutural.

O levantamento técnico realizado em 2009 por Hebe Mattos e Martha Abreu, que resultou no Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí, estabeleceu um diálogo de saberes no qual a pesquisa acadêmica não apenas documentou, mas foi também profundamente transformada pela densidade da memória territorial. Antes mesmo do reconhecimento jurídico, já existiam formas coletivas de organização da vida: roças compartilhadas, cozinhas amplas que acolhiam várias gerações, casas próximas e circulação constante entre parentes. Como demonstra Pessoa (2015), a Fazenda Santa Rita não era um ponto isolado, mas peça-chave de um complexo agroexportador escravista dos Souza Breves, que articulava estrategicamente o porto de desembarque no litoral às grandes fazendas de café localizadas 'serra acima', na região de Bananal e no Vale do Paraíba, integrando o Bracuí ao coração da economia imperial.

Para Beatriz Nascimento (2021), o quilombo constitui uma prática viva de liberdade, organização coletiva e produção de existência negra no Brasil. Quando afirma que o quilombo é movimento, ancestralidade e reinvenção, sua teoria se materializa nas experiências observadas no Bracuí: a solidariedade entre famílias, a circulação das crianças entre as casas, o Jongo que atravessa gerações e os mutirões que reúnem parentes e vizinhos. Essa organização comunitária ultrapassa as classificações jurídicas estáticas, reafirmando o território como uma experiência histórica em constante renovação

A própria Nascimento (2021, p. 145) afirma que "o que procuramos neste estudo é a continuidade histórica". No Bracuí, essa formulação deixa de ser conceito analítico e se torna experiência sentida na pele: não é possível caminhar pelo território, ouvir D. Marilda ou participar de uma roda de Jongo sem perceber que o quilombo não é resquício de um outro tempo — é modo de existir que se renova a cada geração.

A territorialidade reforça essa dimensão. A cartilha Quilombo Santa Rita do Bracuí: Cultura, Geografia e História (2024) descreve casas voltadas umas para as outras, quintais integrados, trilhas que conectam famílias e roças que se reorganizam conforme o ciclo do tempo e das relações comunitárias. Esses elementos não possuem apenas dimensão geográfica, mas também pedagógica: cada percurso ensina e cada espaço guarda marcas da memória coletiva. É por isso que D. Marilda defende que a educação quilombola está intrinsecamente ligada ao território, compreendendo a comunidade como espaço

fundamental de transmissão de saberes e de formação política das novas gerações, em um processo que projeta expectativas de futuro a partir do que foi vivido. Sob essa ótica, compreendo que esse saber territorializado oferece caminhos para que toda a educação pública de Angra dos Reis reconheça a centralidade do Bracuí na história nacional, rompendo com o silenciamento historiográfico que por muito tempo isolou essas vozes.

A ancestralidade também se manifesta na narrativa da doação das terras pelos Breves, em 1878. Essa memória — preservada pela oralidade durante décadas em que o documento original esteve inacessível à comunidade — é o alicerce da compreensão coletiva sobre os direitos territoriais. Estudos como os de Silva (2018) demonstram que essa lembrança funciona como eixo identitário: é por ela que as famílias reafirmam que “a terra não é de agora”, mas dos antepassados. Assim, a história da doação ultrapassa o registro cartorial; ela constitui-se como arquivo vivo e referência política para a luta pelo território, provando que a memória quilombola resiste e afirma direitos onde o apagamento institucional tentou suprimir a historicidade do grupo.

Essa memória fundamenta-se no que Fernando Catroga (2015) denomina traços e vestígios: sinais que seguem significativos para o grupo porque continuam orientando sua leitura do presente. No Bracuí, esses elementos não vivem apenas nos registros escritos — a documentação oficial da época, embora abundante em detalhes sobre a ilegalidade, foi preterida pelo cânone historiográfico. Vivem nos caminhos percorridos, nos rituais mantidos, nos gestos que dizem pertencimento sem precisar de palavras. Ao atravessarem gerações, deixam de ser lembranças para se tornarem corpo, laço e fundamento da luta contemporânea pelo território.

O território, assim, não se define apenas por limites geográficos, mas pelas vivências que nele se constroem. Caminhar pelos trajetos antigos, participar das celebrações, zelar pela capela, acompanhar o Jongo, preparar comida nas cozinhas coletivas e permitir que as crianças circulem entre casas e quintais constituem gestos diários de transmissão da memória e da ancestralidade. A história se inscreve nas conversas, nos rituais e nas práticas que atravessam gerações. D. Marilda sintetiza essa relação entre memória, corpo e território ao afirmar que os quilombolas são a própria memória materializada: “nós somos um museu ambulante, nós temos a nossa história nos nossos traços, no nosso jeito de ser, na nossa cor, no nosso tudo. O museu somos nós” (Francisco; Abreu, 2025, p. 16). Essa percepção desloca a ideia de quilombo como eco de um tempo superado para afirmá-lo como centro de produção de saber contemporâneo, capaz de intervir no presente e projetar novos horizontes para a educação histórica em

Angra dos Reis e do Brasil.

Essa forma de viver e significar a terra dialoga diretamente com a reflexão de Beatriz Nascimento (1989), para quem o quilombo não pode ser compreendido apenas como refúgio do passado, mas como forma de existência e território simbólico. Para a autora, a territorialidade quilombola ultrapassa a dimensão da demarcação física:

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. [...] É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível de uma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. [...] A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (Nascimento, 1989, *apud* Ratts, 2006, p. 54)

Ao afirmar que a terra é o seu quilombo, Beatriz Nascimento (1989) ressignifica o espaço como forma coletiva de organização da vida, na qual ancestralidade, pertencimento e reinvenção orientam práticas comunitárias e modos de existir. No Bracuí, essa perspectiva se materializa no cotidiano e reforça a compreensão de que a história não constitui um registro estático e fechado, mas uma prática continuamente atualizada nas relações entre memória, corpo e terra. Como afirma D. Marilda, a trajetória quilombola segue inscrita nos modos de ser, viver e organizar a comunidade, reafirmando o território como reafirmando o território como espaço vivo de memória e pertencimento.

Nesse sentido, a concessão do título de Notório Saber² a D. Marilda também representa o reconhecimento institucional de conhecimentos produzidos no território e preservados pela experiência comunitária, pela tradição oral e pela palavra dos mais velhos. Mais do que uma homenagem individual, esse reconhecimento afirma a legitimidade de saberes historicamente construídos fora dos espaços acadêmicos formais, mas fundamentais para compreender a experiência da população quilombola no Brasil.

O Relatório Antropológico de 2009 demonstra que festas, rituais, reuniões e práticas agrícolas atualizam a presença dos antepassados, reafirmando o quilombo como memória em movimento. Esse entendimento dialoga com Abdias Nascimento (2002), para quem o quilombo constitui projeto de resistência, autonomia e continuidade cultural. Mesmo que a comunidade não utilize cotidianamente o termo "quilombismo", vive-o na prática: na defesa do território, no respeito aos mais velhos, no cuidado com as tradições e na transmissão intergeracional dos saberes.

² O título de Notório Saber em Saberes, Artes e Ofícios Tradicionais foi concedido a Marilda de Souza Francisco pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no ano de 2025. Este título reconhece sua autoridade como guardiã da memória e intelectual quilombola, consolidando a relação de reciprocidade entre o saber acadêmico e o conhecimento tradicional produzido no território do Quilombo Santa Rita do Bracuí.

É nesse movimento que quilombismo, ancestralidade e território deixam de ser categorias analíticas e se tornam experiência. A memória da doação das terras, a história do Camargo, o Jongo, o cuidado com a capela, as festas, as cozinhas coletivas e os caminhos da serra compõem um repertório cotidiano por meio do qual a comunidade transmite pertencimentos e formas próprias de compreender sua trajetória. Compreender o quilombo, portanto, exige reconhecer que sua história não cabe apenas nos arquivos — ela se inscreve nos corpos, nos gestos e nas relações que atravessam séculos sem se reduzir à condição de vestígio.

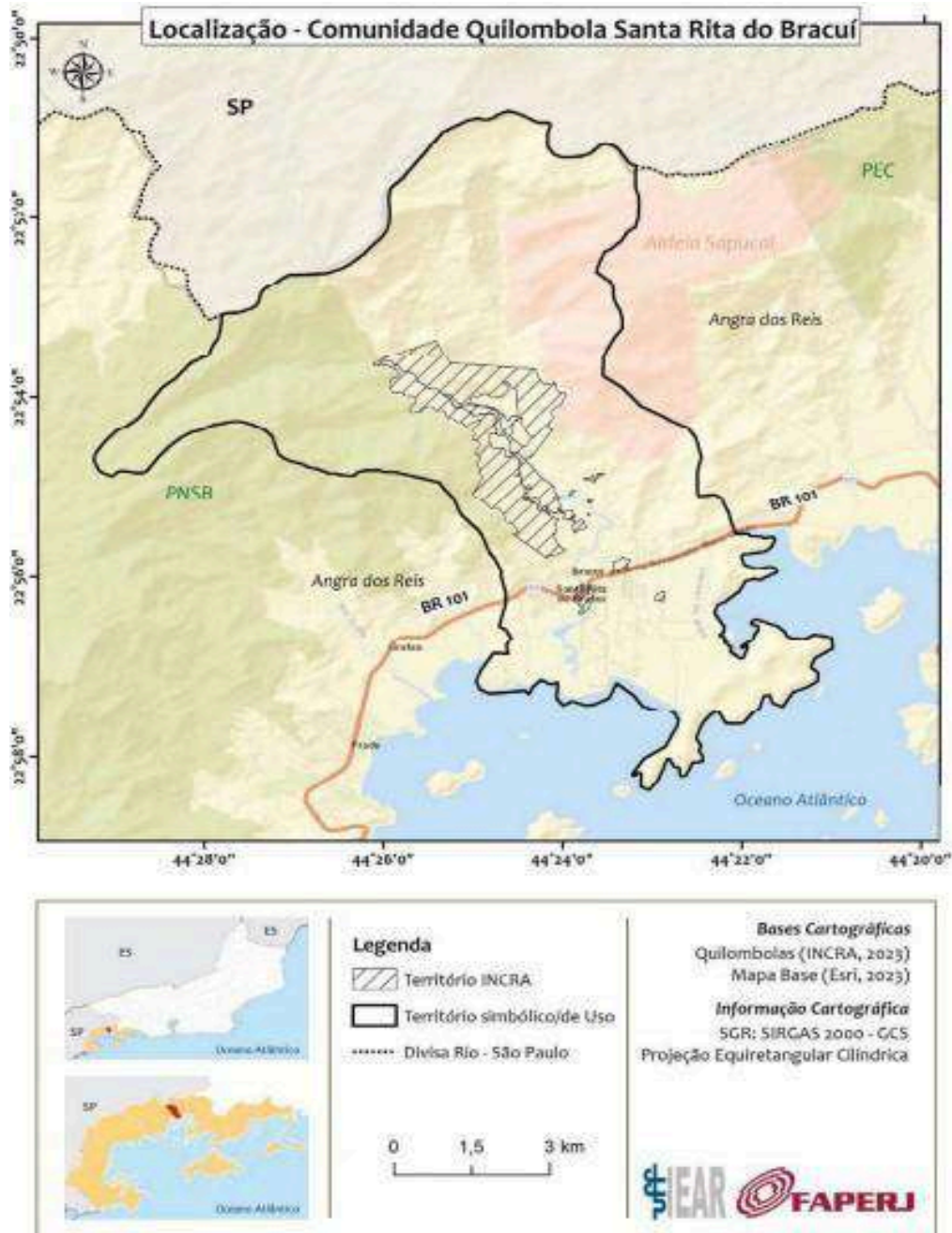
1.3. Memória, identidade e território

Compreender a continuidade histórica do Quilombo Santa Rita do Bracuí exige olhar para a memória não como lembrança estática, mas como fundamento político da identidade e da territorialidade. No Bracuí, ela organiza relações, orienta decisões, produz pertencimento e preserva experiências frequentemente ausentes das narrativas oficiais. Em um país marcado pelo silenciamento sistemático das experiências negras, recordar ultrapassa o ato de rememorar — torna-se forma de reivindicar existência histórica e direito ao território. Aquilo que se preserva na memória do grupo não é casual: é o que continua significativo para a vida coletiva.

Catroga (2015) contribui para essa compreensão ao afirmar que a memória não é neutra, pois envolve seleção, silenciamento e disputa. Ela atua como força política ao definir aquilo que um grupo decide preservar como verdade coletiva. Essa formulação dialoga diretamente com o modo como a tradição oral opera no Bracuí. Não é toda informação que atravessa gerações, mas aquilo que sustenta a vida da comunidade: o território, o parentesco, a luta pela terra, as histórias de violência e resistência, os caminhos percorridos pelos antepassados, a lembrança da doação das terras pelos Breves e os episódios de expulsão e retorno.

No cotidiano, essa memória viva manifesta-se nos detalhes: na forma como os mais velhos descrevem onde ficava o engenho, quais eram as trilhas que levavam ao porto clandestino, por onde se caminhava para pescar, como se conectavam as casas e quais áreas eram de uso coletivo, além das referências preservadas nos pontos de Jongo. Cada um desses sinais ultrapassa a simples descrição espacial: trata-se da atualização de experiências acumuladas por gerações que mantiveram o território como centro de suas vidas. O território é lembrado porque foi vivido — e segue vivido porque continua sendo lembrado.

Mapa 1 - Atual território do quilombo Santa Rita do Bracuí. Note a diferença entre o território demarcado pelo Incra e o território simbólico, que foi tomado durante a construção da Rio-Santos pela especulação imobiliária.



Fonte: Livro “Quilombo Santa Rita do Bracuí: cultura, geografia e história”.

Essa relação entre memória e território aparece com nitidez no Relatório Antropológico do INCRA (2009), que demonstra que a área reconhecida pelos moradores ultrapassa os limites reivindicados formalmente nos processos institucionais. O território percebido pela comunidade é construído pelas práticas cotidianas, pelas histórias narradas e pelos percursos que testemunham ocupação contínua desde o século XIX. Como destaca o relatório:

O território delimitado pela comunidade como área do Quilombo de Santa Rita

do Bracuí relaciona-se diretamente com a história, memória e patrimônio cultural construídos pelos descendentes de escravos, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Toda sua demanda, há mais de 100 anos, legitima-se nessas histórias de pertencimento e exclusão, experienciados nos dramas sociais que acabaram configurando os limites e reduções de seu território original e a própria construção da identidade negra e quilombola (Mattos; Abreu, 2009, p. 113).

Esse trecho sintetiza a profundidade da relação entre memória, identidade e território. A comunidade luta pela terra porque nela reconhece sua origem, sua trajetória histórica e seu direito de existir. Essa luta não se sustenta apenas nos processos formais de titulação, mas também nas narrativas familiares que preservam quem morava em cada espaço, onde se pescava, onde se fazia farinha, por onde passavam os caminhos que conectam roças, rios e mata. Cada narrativa inscreve a presença negra no território e reafirma a consciência de pertencimento que estrutura a identidade quilombola no Bracuí.

A memória oral não atua apenas como registro do passado, mas como instrumento político de legitimação territorial. Ela demonstra que a ocupação do Bracuí não é recente, mas resultado de uma trajetória multigeracional construída desde o período escravista e reorganizada no pós-abolição. Ao preservar práticas e experiências compartilhadas, a oralidade confronta narrativas que buscaram desvincular comunidades negras de seus territórios.

Mattos e Abreu (2009) destacam que a memória da doação das terras pelos Breves foi elemento fundamental para a autoidentificação e para o processo de reconhecimento do Bracuí enquanto quilombo. Mesmo diante de expulsões, violências fundiárias e tentativas de apagamento, a comunidade preservou a lembrança do testamento e a transmitiu entre gerações — mesmo sem acesso direto ao documento original. Como demonstra o Relatório Antropológico do INCRA (2009), essa memória sobreviveu antes mesmo da comprovação documental, evidenciando como a oralidade atuou como forma de proteção e arquivo vivo da experiência comunitária.

A cartilha Quilombo Santa Rita do Bracuí – Cultura, Geografia e História (2024) reforça esse entendimento: o território quilombola não se limita às áreas formalmente tituladas. Ele inclui lugares de memória, antigos caminhos, áreas de pesca, roças e espaços de circulação que a própria comunidade reconhece como seu "território de vida" — invisíveis para o Estado, mas preservados pela palavra. Mesmo quando a materialidade de determinados lugares se altera, os significados resistem. A memória territorializa a experiência ao conectar corpo e espaço, história e pertencimento.

Quando Catroga (2015) afirma que a memória constitui um ato político, essa formulação ganha concretude no Bracuí. Selecionar o que se lembra é decidir o que deve

continuar existindo. Narrar o território é reivindicar o direito de estar nele; repetir a história da doação é resistir a décadas de expropriação. A oralidade desafia a hierarquia colonial que legitimou o documento escrito enquanto desqualificava outras formas de saber — e é justamente a palavra dos mais velhos que preserva a historicidade da comunidade e sustenta o reconhecimento de seus direitos. As histórias sobre expulsões, alianças, retornos e resistências tornam-se, assim, instrumentos de leitura do presente e de formação política, forjando uma identidade territorial construída não apenas pelo espaço ocupado, mas pela maneira como esse espaço vive na experiência do grupo.

A memória também opera como instrumento de reparação. A obra *História, Memória e Reparação* (2025) evidencia o tráfico ilegal tardio, as violências fundiárias e os processos de vulnerabilização vividos pela comunidade ao longo do século XX. Ao recuperar essas experiências, a memória restitui dignidade, reconecta gerações e reafirma a historicidade de uma comunidade atravessada pelas consequências duradouras da violência escravista.

O diálogo com Beatriz Nascimento (2021) torna-se, assim, fundamental. Para a autora, memória, corpo e território constituem dimensões inseparáveis do processo de diáspora africana. A memória enraíza-se no corpo, e o corpo torna-se extensão do território ancestral. Quando Nascimento (2021) propõe que a identidade quilombola se constrói no reconhecimento mútuo entre sujeitos que se veem uns nos outros, aproxima-se diretamente da experiência do Bracuí: a comunidade reconhece-se no território, e o território devolve os sinais dessa trajetória. As ruínas, as casas antigas, os caminhos, os pontos de pesca e os vestígios do engenho funcionam como marcas materiais de uma trajetória coletiva continuamente atualizada pela memória - tudo isso compõe um espelho no qual a identidade se reconhece e se fortalece.

A memória atua, ainda, como fundamento de reivindicação jurídica e territorial. A lembrança da ocupação contínua, das famílias que seguiram no território, das experiências do pós-abolição e das estratégias de sobrevivência reafirma o caráter coletivo dessa herança histórica. O processo contemporâneo de titulação quilombola apoia-se justamente nessa articulação entre memória, enraizamento territorial e pertencimento coletivo.

Dizer que o território quilombola se sustenta na memória, portanto, não constitui mera metáfora. Como afirma Catroga (2015), a memória também corresponde a uma forma de existência política. No Bracuí, ela estrutura identidades, recupera dignidades e oferece base concreta para a reivindicação de direitos historicamente negados à população negra no Brasil. A história da comunidade não se guarda apenas em arquivos institucionais, mas nas pessoas que carregam, narram e atualizam essa experiência cotidianamente.

Compreender a relação entre memória, identidade e território significa reconhecer que permanecer também constitui uma forma de resistência. Permanecer na terra é permanecer na história; permanecer na memória é fortalecer vínculos de pertencimento. A permanência do Bracuí enquanto quilombo confronta violências passadas e presentes ao reafirmar a legitimidade de uma existência construída por séculos de luta e organização coletiva.

1.4. Racismo estrutural e violências cotidianas

Se a memória organiza e sustenta o território, é justamente porque ela se confronta com estruturas que historicamente tentaram apagá-la. Nada do que se narra no Bracuí atravessou o tempo sem disputa. A memória existe porque resistiu — e resistiu porque enfrentou tentativas sistemáticas de silenciamento. É nesse ponto que a discussão sobre racismo estrutural se torna central para compreender a experiência da comunidade. O Quilombo Santa Rita do Bracuí expressa, simultaneamente, estruturas históricas de exclusão racial e formas contínuas de enfrentamento das desigualdades produzidas pela formação social brasileira.

O apagamento das experiências negras na história do Brasil pode ser compreendido a partir do conceito de epistemicídio formulado por Sueli Carneiro. A autora demonstra que o epistemicídio consiste na deslegitimação sistemática das produções de conhecimento de grupos racializados, negando-lhes autoridade intelectual, histórica e política (Carneiro, 2005). Para ela, o racismo atua também como dispositivo de inferiorização intelectual, negando à população negra a condição de sujeito legítimo do conhecimento (Carneiro, 2005) — o que permite compreender como determinadas experiências históricas foram sistematicamente excluídas dos arquivos, das instituições e das narrativas oficiais. No Bracuí, esse processo se manifesta tanto na marginalização das narrativas orais preservadas pela comunidade quanto nas tentativas históricas de desqualificar seus modos próprios de produzir conhecimento. Ao mobilizar a memória coletiva como fonte legítima de interpretação do passado, o quilombo confronta esse processo e reafirma a legitimidade histórica de sua experiência.

Essa lógica se materializa na invisibilização da presença negra nos registros oficiais, nas disputas territoriais que atravessaram gerações e nas interrupções documentais que tentaram romper a trajetória da comunidade. O Relatório Antropológico do INCRA (2009) demonstra que as famílias mantêm laços contínuos com o território desde o século XIX, embora suas presenças tenham sido reiteradamente negadas por instituições estatais que, durante décadas, favoreceram elites locais, herdeiros de antigas fazendas e interesses

privados. Essa negação não constitui um episódio isolado, mas integra a dinâmica do racismo estrutural que atravessou o pós-abolição brasileiro e produziu profundas desigualdades no acesso à terra e ao reconhecimento de direitos da população negra.

A memória assume papel ainda mais central nesse cenário. Como observa Catroga (2015), lembrar constitui sempre um ato político, pois envolve selecionar, transmitir e atribuir sentidos ao passado em meio a disputas de poder. A tradição oral do Bracuí opera justamente dessa maneira: preserva experiências que ficaram ausentes das narrativas oficiais e reafirma histórias que enfrentaram séculos de silenciamento. A palavra dos mais velhos — que guarda lembranças do cativo, da doação das terras pelos Breves, dos caminhos antigos, dos conflitos e das expulsões — resiste às tentativas de deslegitimação que historicamente marcaram a produção do conhecimento sobre a região.

Essa dimensão política da memória aparece com força no e-book *História, memória e reparação*, que analisa como a trajetória do Bracuí permaneceu historicamente abafada ao longo de mais de um século. Como destaca a publicação:

A pesquisa visa hoje ampliar a visibilidade das histórias e memórias abafadas e silenciadas por mais de um século, contribuindo para assegurar os direitos da comunidade quanto à sua identidade, acesso à propriedade da terra e sustentabilidade (Francisco, Abreu, 2025, p. 22).

Reconhecer esse processo significa compreender que, no Quilombo Santa Rita do Bracuí, a memória ultrapassa a condição de lembrança: ela também atua como forma de reparação histórica diante de processos prolongados de invisibilização.

Alex Ratts (2006) oferece uma chave fundamental para compreender essa dinâmica ao analisar a trajetória de Beatriz Nascimento (1942 - 1995), indicando que a escrita da história brasileira privilegiou perspectivas brancas e marginalizou experiências da população negra. Em reflexão apresentada originalmente em 1977 para o documentário *O negro: da senzala ao soul*, Nascimento (2006, p. 94) destaca, apropriando-se de uma tese de José Honório Rodrigues (1970), que "a história do Brasil foi escrita por mãos brancas, e somente parte da verdade pôde vir à luz". A observação dialoga com sua crítica ao que define como um "tempo espetacular", isto é, uma narrativa histórica voltada aos grandes acontecimentos e incapaz de compreender plenamente a "história vivida" da população negra.

Essa invisibilização da presença negra no Bracuí não representa apenas uma lacuna historiográfica, mas resulta diretamente de processos históricos que definiram quais vozes seriam reconhecidas como legítimas e quais experiências permaneceram à margem dos arquivos, dos mapas e das narrativas oficiais.

Beatriz Nascimento (1989, *apud* Ratts, 2006, p. 68–71) aprofunda essa compreensão

ao relacionar corpo, território e memória, uma vez que nos permite compreender por que o quilombo opera como espaço de resistência histórica. Para a autora, a memória negra enraíza-se no corpo, e esse corpo se projeta sobre o território ancestral. No Bracuí, essa perspectiva se manifesta nos caminhos trilhados pelos mais velhos, nas casas que acolhem famílias extensas, nas cozinhas onde comida e história são compartilhadas e nos rituais religiosos que reafirmam pertencimentos. Esses gestos cotidianos registram continuamente a comunidade no território e atualizam laços ancestrais construídos ao longo de gerações.

Essa perspectiva ganha concretude na cartilha Quilombo Santa Rita do Bracuí: Cultura & Geografia (2024), que descreve o território como espaço em que a vida comunitária organiza relações, práticas e memórias. Cozinhas coletivas, quintais compartilhados, mutirões, festas e rituais funcionam como práticas de solidariedade e coesão cultural diante das desigualdades produzidas pelo racismo estrutural. Articulados à memória e à ancestralidade, esses elementos sustentam formas de existência coletiva que resistem aos processos históricos de apagamento das experiências negras e quilombolas.

Abdias Nascimento (2002) fortalece essa compreensão ao formular o quilombismo como projeto contínuo de liberdade, autonomia e reconstrução coletiva da população negra. Embora a comunidade do Bracuí não utilize essa terminologia em seu cotidiano, suas práticas expressam concretamente esse princípio: a defesa do território, a preservação da memória ancestral, o fortalecimento dos laços comunitários e a transmissão intergeracional dos saberes. O quilombismo vivido no Bracuí manifesta-se na articulação entre memória, solidariedade e enraizamento territorial diante de estruturas históricas que buscaram fragmentar, deslocar e invisibilizar comunidades quilombolas no Brasil.

Tal enfrentamento, entretanto, não ocorre apenas no plano territorial ou memorial, mas também no campo da produção do conhecimento. A noção de epistemicídio ilumina de forma precisa a experiência do Bracuí: as tentativas de negar documentos, desacreditar narrativas orais, interromper registros históricos e invisibilizar trajetórias quilombolas não constituem episódios isolados, mas parte de um processo histórico mais amplo de destruição e desqualificação de saberes produzidos pela população negra. Ao silenciar experiências ligadas à doação das terras pelos Breves, ao tráfico ilegal tardio e às formas de resistência construídas no pós-abolição, a escrita oficial contribuiu para reforçar esse apagamento. A comunidade resistiu a essas tentativas justamente porque preservou seus saberes por meios próprios, sobretudo pela tradição oral.

A tradição oral atua em direção contrária ao epistemicídio: preserva experiências que o racismo tentou apagar, mantém vivas histórias desconsideradas pela burocracia estatal e

sustenta laços históricos frequentemente ignorados pelas instituições oficiais. Como destaca o e-book *História, Memória e Reparação*, "o Bracuí é guardião da história do tráfico africano na região através de seu patrimônio, memória e vigorosa tradição oral" (Francisco; Abreu, 2025, p. 21–22). No mesmo sentido, a publicação ressalta que "as histórias e memórias abafadas e silenciadas por mais de um século revelam o profundo apagamento das experiências negras na região" (Francisco; Abreu, 2025, p. 22).

No Bracuí, recordar ultrapassa o simples ato de lembrar: significa enfrentar processos históricos de apagamento e reafirmar conhecimentos que sobreviveram apesar das tentativas sistemáticas de silenciamento. A memória coletiva, articulada à resistência territorial e às práticas comunitárias, sustenta a dignidade da comunidade e reafirma sua força histórica diante das estruturas do racismo no Brasil.

Toda escrita da história define-se pelas tensões entre aquilo que foi registrado e aquilo que foi silenciado. Pollak (1989) lembra que toda memória coletiva se constitui em disputa com narrativas hegemônicas que selecionam o que deve ser lembrado e o que deve ser apagado. Catroga (2015), por sua vez, observa que essas disputas se inscrevem em diferentes regimes de verdade, responsáveis por estabelecer critérios de legitimidade e definir quem pode falar sobre o passado. No Bracuí, confrontar os arquivos oficiais com as memórias orais significa também confrontar essas estruturas de poder. A narrativa produzida pela comunidade não apenas complementa a documentação escrita, mas questiona os limites do que historicamente foi considerado narrável e afirma o território como espaço legítimo de produção de conhecimento histórico.

CAPÍTULO 2 - O CASO DO BRIGUE CAMARGO: ORALIDADE, ARQUEOLOGIA E ENSINO DE HISTÓRIA

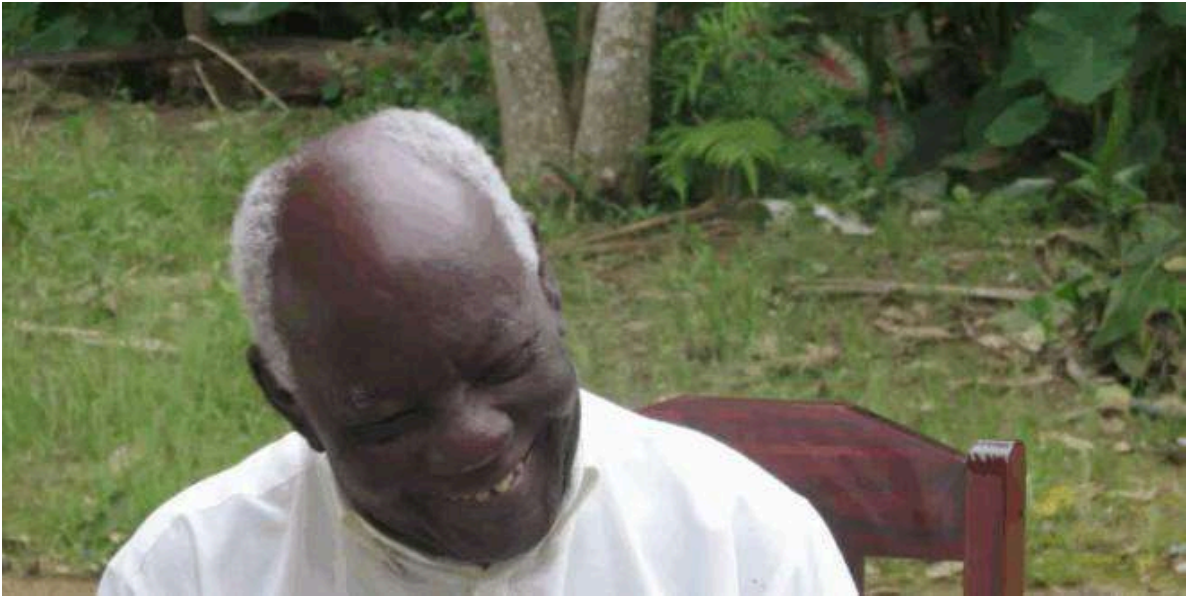
2.1. Memória, tradição oral e o Brigue Camargo

A memória no Bracuí se move como um fluxo contínuo. Ela não permanece imóvel: reorganiza lembranças, gestos, silêncios e interpretações, mantendo vivo aquilo que o tempo sozinho não explica. No território, não é guardada apenas nos fatos, mas nos modos de caminhar, de conversar, de cuidar e de repetir histórias. Por isso, a comunidade entende que seu passado não está fixado apenas em documentos, mas na oralidade que circula entre casas, mutirões, roças e festas. É nessa circulação que a identidade quilombola se fortalece: pela palavra dita, pela escuta atenta, pelo corpo que se lembra.

Antes mesmo do reconhecimento oficial como comunidade quilombola, as famílias do Bracuí já narravam sua ancestralidade com segurança. Essas histórias sustentaram a organização dos parentescos, a defesa da terra e a permanência das casas. Em diferentes momentos da vida comunitária — conversas de fim de tarde, mutirões, reuniões, festas de Santa Rita — a frase “a gente sempre viveu aqui” reaparece como eixo da memória compartilhada. Ela não é apenas afirmação: é método de continuidade. As narrativas funcionam como sistema comum de interpretação do passado, organizando vínculos e oferecendo significado ao presente.

É nesse conjunto de narrativas que o Brigue Camargo ganha lugar. No documentário *Passados Presentes* (2011), o senhor Manoel Moraes aparece como figura central desse processo, transmitindo suas lembranças com gestos lentos e pausados, como quem sabe que a história exige ritmo próprio para ser compreendida. Ele não descreve o naufrágio como registro técnico, mas como experiência ancestral, conectada aos que chegaram à costa e aos que permaneceram na região. Mesmo quando o nome do navio ainda não era conhecido, a comunidade reconhecia nos lugares os sinais deixados pelos mais velhos: caminhos, ruínas, pontos de passagem e marcas associadas à chegada de africanos escravizados. Quando documentos, pesquisas acadêmicas e vestígios materiais se aproximaram dessa história, não substituíram o que já era narrado no Bracuí; passaram a dialogar com uma memória elaborada no próprio território.

Imagem 1 - Sr. Manoel Moraes – Frame extraído do documentário “Passados Presentes”



Fonte: Documentário “Passados Presentes” (2011).

As histórias associadas ao Camargo surgem como referências a rotas antigas, locais de travessia, pontos de passagem pela mata e ruínas quase apagadas pelo tempo. A memória do navio não começa com o nome da embarcação; começa com a chegada dos africanos oriundos da região Centro-Ocidental do continente, especialmente do amplo território conhecido como Congo-Angola, de onde “vinham [...] etnias variadas, mas pertenciam a um mesmo grupo linguístico-cultural, conhecido por Bantu” (Mattos et al., 2009, p. 50). Como demonstram Mattos e Abreu (2009), entre os grupos que desembarcaram no litoral sul fluminense estavam africanos de origem banto, particularmente do Congo e de Angola, recorrentemente presentes nos registros do tráfico ilegal do século XIX. No Bracuí, essa herança se manifesta na tradição oral, nos cantos de Jongo, nos termos preservados pela fala cotidiana e nos gestos transmitidos entre gerações. Quando moradores mais velhos percorrem os caminhos da serra, fazem-no como quem lê um livro que só pode ser lido ali. Reconhecem árvores, pedras, curvas, rastros de antigas roças. Cada marco funciona como vestígio de uma história inscrita nos lugares, mesmo quando ela não recebeu centralidade nas narrativas históricas mais difundidas.

Mapa 2 - Quilombo Santa Rita do Bracuí



Fonte: Cartilha “Quilombo Santa Rita do Bracuí: cultura, geografia e história”.

A fala de D. Marilda, *griotte* da comunidade, ilumina esse processo com profundidade. No e-book *História, Memória e Reparação*, organizado por Marilda de Souza Francisco e Martha Abreu (2025), ela narra:

Quando eu era criança, meu pai sempre gostava de contar a história do Bracuí. Então, ele contava, por exemplo, a história de como o alambique da cachaça funcionava. Além do meu pai, tinham também os outros mais velhos: o Seu Manoel Moraes, o Seu Adriano e a minha irmã, Celina, todos contavam alguma coisa sobre o Bracuí. (...) Muitas histórias que meu pai contava, eu achava que ele tinha inventado, mas não era não: era história mesmo que aconteceu no local. Várias pessoas contavam a mesma história, com outras palavras ou com outros jeitos, mas era a mesma história (Francisco; Abreu, 2025, p. 2–3).

Imagem 2 - D. Marilda.



Fotógrafo: Marco Aurélio Portugal

A observação de D. Marilda de que diferentes pessoas contavam “a mesma história, com outros jeitos” evidencia como a variação das falas não enfraquece a memória — ao contrário, a fortalece. Muda-se a forma, mas o núcleo permanece. É essa constância que permite que o Camargo exista como memória compartilhada, sustentada pela repetição e reinvenção das narrativas, e não como um fragmento isolado perdido no tempo.

Outra dimensão fundamental é a relação entre oralidade e pesquisa acadêmica. Quando novas informações começaram a circular — o nome do navio, sua rota, testemunhos históricos, fragmentos materiais — a comunidade não abandonou o que já sabia. Pelo contrário: passou a articular esses elementos ao que os mais velhos narravam havia décadas. A oralidade não é estática; é um sistema de seleção, organização e integração, pois “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p. 204). Ela acolhe o que dialoga com a experiência vivida e rejeita o que não encontra sentido na vida comunitária.

Nesse processo, o território se mantém como componente estruturante da memória. Caminhos, ruínas, trilhas, rios, áreas de mata fechada e antigas roças funcionam como vestígios que orientam relatos. O Relatório Antropológico (2009), de Hebe Mattos e Martha Abreu, destaca que os próprios moradores indicaram esses espaços como referências fundamentais para entender a ocupação negra no Bracuí. A paisagem, portanto, converte-se em texto: cada elemento geográfico carrega uma história, e cada história devolve sentido ao espaço.

Esses vestígios não são metáforas. São marcas materiais e afetivas que revelam como a memória orienta práticas contemporâneas e reforça laços intergeracionais. A ancestralidade aparece no trabalho cotidiano, na circulação entre as casas, nas roças comunitárias, nos rituais religiosos e na solidariedade que atravessa décadas. Assim, a memória do Camargo não é episódica; ela funciona como eixo organizador da vida presente.

Essa relação entre memória territorial e pesquisa acadêmica é de reciprocidade. A universidade não chegou ao Bracuí apenas para registrar o que a comunidade já sabia: ela também se transformou nesse encontro. D. Marilda, ao entrar em contato com o conceito de “história oral” trazido pelos pesquisadores, reconheceu nele uma descrição do que o Bracuí sempre praticou. Ao apropriar-se desse conceito, ela o fez retroagir sobre a própria tradição da comunidade — nomeando, com linguagem acadêmica, uma prática que antecedia qualquer terminologia. Nesse movimento, o saber não circulou em sentido único: o encontro com a comunidade reconfigurou também as perguntas e os métodos da pesquisa acadêmica.

A fala posterior de D. Marilda aprofunda essa percepção. Quando ela comenta que “agora casa é bioconstrução³, peixinho é PANC⁴... sempre fizemos isso. Peixinho é peixinho, a gente sempre comeu”, aponta para uma postura crítica da comunidade frente às novas

³ Técnica de construção que busca criar ambientes saudáveis e sustentáveis, utilizando recursos naturais e materiais de baixo impacto ambiental, como terra e bambu.

⁴ Plantas de Alimentação Não Convencional.

linguagens e metodologias: a técnica ancestral de construir com barro e bambu e o conhecimento de plantas comestíveis pouco conhecidas fora da comunidade sempre estiveram presentes no Bracuí, muito antes de receberem nomes acadêmicos. O Bracuí recebe conceitos externos, mas não perde a consciência de que sua forma própria de viver, narrar e resistir antecede qualquer terminologia acadêmica. Isso vale para o Camargo: o documento chega para confirmar o que já estava presente na memória.

Isso mostra que a oralidade é também método — feito de pausas, silêncios, hesitações e escolhas. No Bracuí, o silêncio não representa falta de informação: ele expressa cuidado com a transmissão, respeito com a história que se narra. Há conteúdos que só circulam entre parentes, e outros que são compartilhados em momentos específicos, para determinadas pessoas e em contextos precisos. Essa seletividade não é falha nem esquecimento: é escolha deliberada sobre o que pode ser dito, a quem e quando — uma ética da transmissão que protege o que é sagrado e publiciza o que precisa ser afirmado. O e-book *História, Memória e Reparação*, escrito por Marilda de Souza Francisco e Martha Abreu (2025, p. 22), reforça essa dimensão ao afirmar que “a memória negra preserva o que o Estado silenciou por mais de um século”. A oralidade, assim, é ao mesmo tempo arquivo e instrumento político.

A memória do Camargo também cumpre papel político. Ela sustenta a compreensão contemporânea da ancestralidade e fortalece reivindicações históricas da comunidade. A Constituição de 1988 assegura, no artigo 68, o direito das comunidades quilombolas às terras que ocupam — e esse reconhecimento depende da continuidade territorial comprovada por laudos antropológicos, entrevistas, memórias coletivas e documentos históricos. Nesse sentido, as narrativas dos mais velhos funcionam como prova viva, compondo o que o relatório define como “sentido de permanência”.

A dimensão política da memória tornou-se ainda mais evidente na década de 2020, quando as pesquisas arqueológicas sobre o Camargo passaram a dialogar diretamente com o cotidiano da comunidade. A reportagem do jornal *O Dia* (2024) destaca que R\$ 1,7 milhão foram destinados pelo Fundo dos Embaixadores dos Estados Unidos para trabalhos de prospecção, registro e preservação cultural ligados ao navio. A pesquisa instalou uma base de trabalho dentro do quilombo e contratou jovens para formação técnica — mergulho, registro audiovisual, catalogação.

Esse movimento ampliou o conhecimento sobre o naufrágio e produziu novos horizontes de trabalho para a comunidade. A fala de Emerson Mec, liderança quilombola, sintetiza esse impacto: “A comunidade sempre manteve viva a memória do Camargo e hoje ser inserida como protagonista nessa descoberta é maravilhoso.” (O DIA, 2024). Esse

protagonismo não é novidade: é continuação de uma memória longa, que agora encontra reconhecimento público.

Em 2025, um novo capítulo se abriu quando o G1 noticiou que o Bracuí foi incluído no decreto federal de regularização de territórios quilombolas, reconhecendo a área como de interesse social. Maria de Souza Francisco afirmou: “Com esse decreto, a titulação do Quilombo de Santa Rita, está eminente. É uma titulação que pode acontecer já” (G1, 2025)

Esse avanço jurídico é resultado direto da memória coletiva: sem a narrativa do Camargo, da doação das terras, dos vínculos intergeracionais, não haveria base para a reivindicação territorial. A memória, aqui, não narra o que passou — ela constroi o que vem.

À medida que a comunidade participa de pesquisas, encontros, projetos e formações, sua memória se expande, mas sempre mantendo o eixo da autonomia narrativa. A oralidade também se articula à história oral como método. Como observa Alberti (2005, p. 56), “a análise da entrevista tal como efetivamente transcorreu permite que se apreendam os significados não diretamente ou intencionalmente expressos”. No Bracuí, essa dimensão é concreta: o silêncio de Manoel Moraes não é ausência; é escolha. A variação entre narrativas não enfraquece a memória; revela sua vitalidade.

A memória do Brigue Camargo ultrapassa o registro histórico do naufrágio. Ela organiza a forma como o Bracuí compreende sua origem, estrutura sua relação com o território e fundamenta sua luta por reconhecimento. A oralidade, enquanto prática ancestral de preservação, e a história oral, enquanto metodologia de pesquisa, não se opõem — operam juntas para produzir uma narrativa viva, política e profundamente territorializada.

2.2. O Brigue Camargo no contexto do tráfico atlântico

A trajetória do capitão norte-americano Nathaniel Gordon, responsável pelo Camargo em 1852, adiciona novos elementos ao contexto do tráfico atlântico tardio. Gordon roubou o navio em 1851 e, durante uma operação clandestina para entregar africanos escravizados a Souza Breves, ateou fogo e afundou o brigue ao perceber que sua ação seria descoberta. O episódio relaciona diretamente o Bracuí aos emaranhados políticos e econômicos entre Brasil e Estados Unidos no século XIX. Gordon continuou atuando no tráfico até ser capturado em 1860 com mais de mil africanos a bordo do navio Erie, tornando-se o único cidadão dos EUA executado por tráfico de escravos, então considerado crime capital.

No Bracuí, o episódio do Brigue Camargo funciona como marco histórico que alicerça a memória quilombola e organiza a herança transmitida entre gerações no próprio território. Muito antes de o nome da embarcação ser identificado em registros históricos ou de pesquisadores iniciarem seus trabalhos de campo, a comunidade já preservava uma narrativa

densa e autônoma: um brigue afundado propositalmente próximo à enseada, um grupo de africanos que chegou disperso pela mata, traçando rotas que se tornaram espaços de reorganização e vida. Como registram Mattos e Abreu (2009, p. 23), trata-se de "um processo que havia sido sepultado pela história, embora nunca tenha morrido na tradição oral de seus protagonistas negros e descendentes de escravos". Essa memória, transmitida pela palavra dos mais velhos, funciona como chave para compreender a formação do quilombo — e resistiu justamente onde a historiografia do século XX escolheu não narrar.

É a partir dessa memória que a comunidade interpreta o contexto mais amplo do tráfico ilegal no século XIX. Para os moradores do Bracuí, a história não começa com a pesquisa acadêmica, mas com as narrativas que circularam entre casas, roças e caminhos da serra. Essas narrativas sempre apresentaram a chegada forçada como parte constitutiva do território — como algo que marcou definitivamente a presença africana na região e moldou os modos de viver que estruturaram o quilombo. A partir desse núcleo de sentido, o contexto maior do tráfico atlântico ganha profundidade e direção.

O período que se segue à Lei de 1831 — a chamada “lei para inglês ver”, que proibia formalmente a importação de africanos escravizados — não interrompeu o tráfico, mas o tornou clandestino e ainda mais violento. A partir daí, navios passaram a operar à margem da fiscalização, articulando redes complexas que dependiam de rotas escondidas, apoio de elites locais — entre elas a família Souza Breves, proprietária da Fazenda Santa Rita do Bracuí, e seus aliados próximos, como Pedro Ramos, dono da Fazenda Grataú — e o uso estratégico da geografia para o desembarque clandestino. É nesse cenário que o litoral sul fluminense se tornou um dos principais pontos de desembarque clandestino.

Antes mesmo da proibição de 1831, o comércio atlântico de cativos já operava por meio de redes densas e altamente especializadas. Florentino demonstra que o abastecimento do Rio de Janeiro dependia de circuitos que ligavam Angola, Congo e Benguela, configurando um eixo centro-ocidental que estruturava a economia escravista do Sudeste (Florentino, 2014). Esses circuitos não se desarticularam diante das pressões internacionais; ao contrário, consolidaram práticas, agentes e alianças capazes de sobreviver a mudanças legislativas. Para o autor, os mecanismos do comércio atlântico seguiram funcionando mesmo diante da crescente vigilância internacional. Essa base sólida explica por que o sistema conseguiu adaptar-se rapidamente às novas circunstâncias impostas pela ilegalidade pós-1831.

A promulgação da Lei Feijó inaugurou uma fase de reconfiguração, e não de interrupção. Mamigonian evidencia que a norma funcionou menos como um instrumento de combate ao tráfico e mais como catalisadora de práticas clandestinas. Para a autora, a Lei de

1831 não pôs fim ao tráfico, pois as autoridades locais continuaram a facilitar a entrada de africanos mediante falsificação de documentos, classificações arbitrárias e práticas administrativas que mascaravam a ilegalidade. Florentino complementa essa análise ao mostrar que os mesmos mecanismos que sustentavam o comércio legal — financiamento, logística marítima, redes de confiança — foram mobilizados para manter o fluxo de cativos, agora de modo sub-reptício. Assim, os dois autores convergem na interpretação de que o pós-1831 se caracteriza não pela ruptura, mas pela intensificação da clandestinidade.

A partir desse diálogo, torna-se possível compreender a dimensão histórica do tráfico clandestino no Brasil imperial. Mamigonian (2017) estima que cerca de 800 mil africanos foram introduzidos ilegalmente entre 1830 e 1856, um dado que revela a amplitude da prática e a conivência estatal em sua manutenção. Ao mesmo tempo, Florentino argumenta que essa continuidade só foi possível porque as estruturas econômicas e sociais do escravismo dependiam desse fluxo, o que produziu um ambiente de tolerância, quando não de cumplicidade direta, entre autoridades, comerciantes e proprietários. As análises convergem para uma explicação sistêmica: o tráfico ilegal pós-1831 não foi exceção, mas parte constituinte do funcionamento do Estado imperial e das economias locais que se sustentavam no trabalho escravizado.

Assim, o episódio do Brigue Camargo precisa ser compreendido como expressão dessa lógica mais ampla. O litoral sul-fluminense, incluindo o Bracuí, integrou circuitos clandestinos que se aproveitaram tanto da fragilidade da fiscalização quanto da proximidade com portos utilizados em operações ilegais. As trilhas, rotas e vestígios lembrados pela comunidade quilombola dialogam diretamente com o que Florentino identifica como a persistência dos mecanismos do comércio atlântico mesmo diante da crescente vigilância internacional, e com o que Mamigonian descreve como um "regime de ilegalidade" que moldou a experiência africana no Brasil pós-1831. O Bracuí não aparece como um caso isolado, mas como parte de uma rede atlântica cuja materialidade e memória ainda atravessam o território e as narrativas locais.

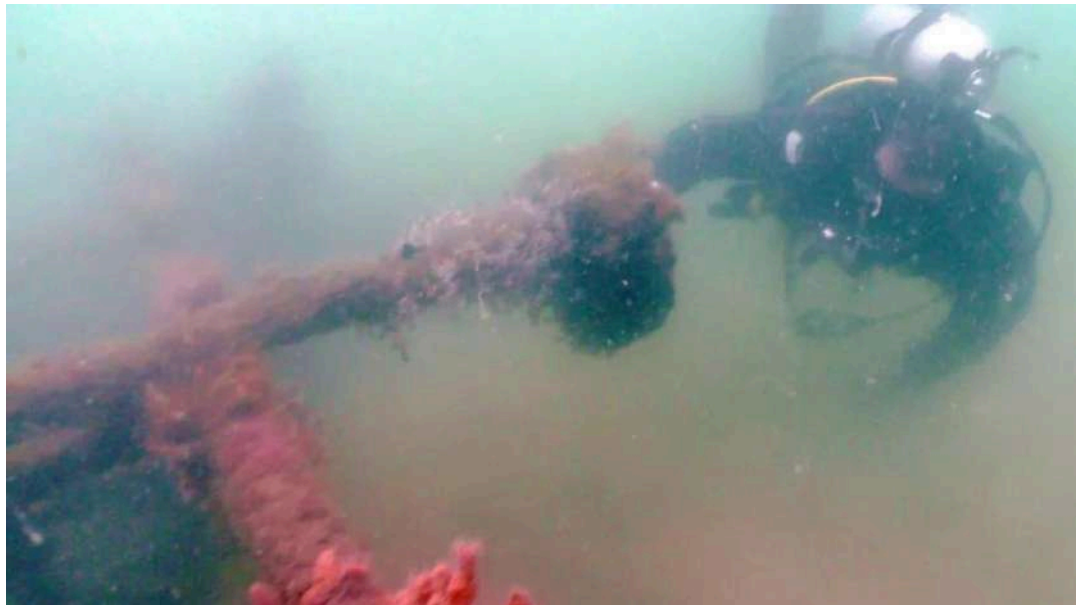
Santos, Marins e Rambelli (2024) mostram que a região de Angra dos Reis oferecia condições ideais para essas operações: enseadas profundas, mata fechada, ilhas que dificultavam a vigilância naval, canais estreitos, circulação por trilhas internas e uma costa acidentada que favorecia a dispersão rápida de grupos recém-desembarcados. Essa configuração geográfica permitiu que navios clandestinos chegassem à região sem despertar atenção imediata e que os africanos desembarcados fossem conduzidos ao interior para escapar da repressão.

Mapa 3 - Região da busca dos vestígios do Brigue Camargo



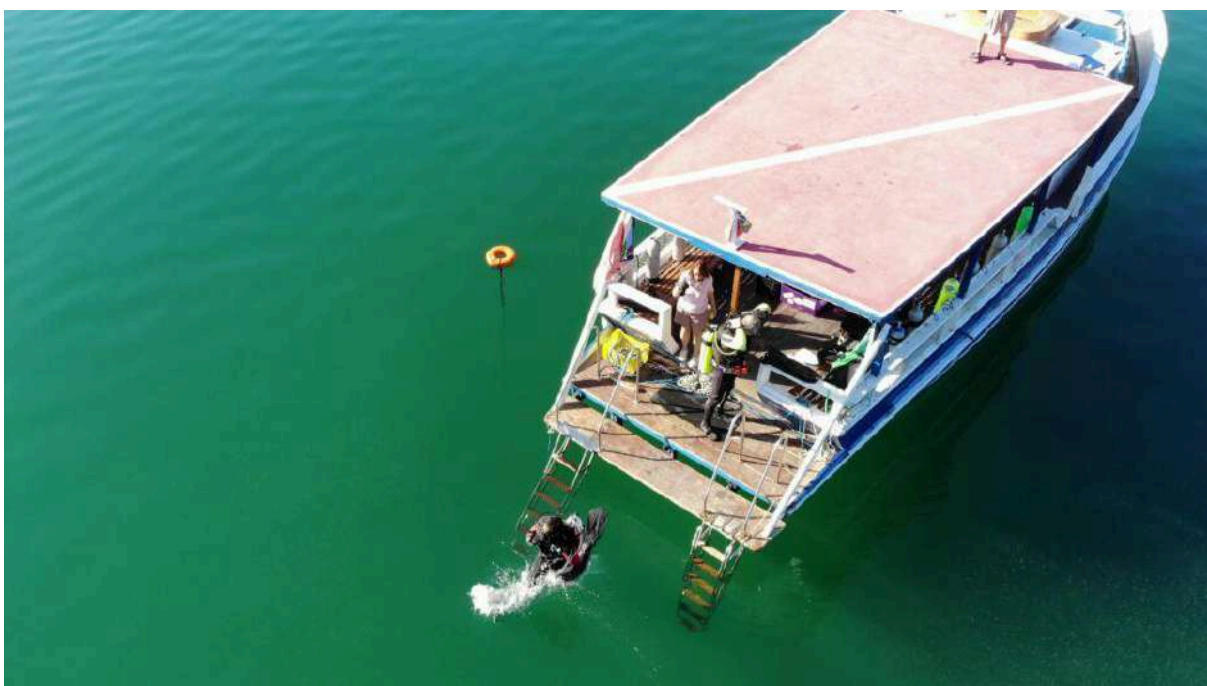
Fonte: site AfrOrigens

Imagem 3 - As buscas pelos vestígios do Camargo são dificultadas pela baixa visibilidade e excesso de sedimentos, uma vez que o ponto de naufrágio fica próximo ao rio Bracuí



Fonte: BBC News Brasil

Imagem 4 - Equipe de mergulho do Slave Wrecks Project e do Instituto AfrOrigens.



Fonte: Slave Wreck Project, foto de Yuri Sanada.

Pessoa (2015), em sua tese, demonstra que esse sistema só funcionava porque estava articulado a redes econômicas e políticas mantidas pelas elites fluminenses. Famílias como os Souza Breves — entre os maiores traficantes do Brasil Imperial — integravam uma engrenagem que conectava as fazendas do Vale do Paraíba ao litoral. A antiga fazenda Santa Rita do Bracuí fazia parte desse arranjo maior: suas terras, recursos e posição geográfica contribuíam para o funcionamento do tráfico ilegal e para a circulação de trabalhadores escravizados que alimentavam a economia cafeeira.

Essa estrutura ajuda a compreender por que a memória comunitária, antes mesmo dos documentos, associava a história do quilombo à travessia forçada e ao naufrágio de um navio. Os moradores do Bracuí preservaram não os detalhes técnicos da embarcação, mas o sentido da travessia. Eles narram a chegada como ruptura violenta seguida de reorganização da vida — um movimento que, com o passar das gerações, se tornou fundante da identidade local. A oralidade guardou aquilo que os historiadores não incorporaram nas narrativas nacionais.

Essa ausência nos arquivos não é acaso. Como lembra Alberti (2005), documentos precisam ser lidos tanto pelo que dizem quanto pelo que evitam dizer. No caso do tráfico clandestino, o silêncio é parte da fonte histórica: revela destruição de provas, conivência institucional, acordos tácitos e fragilidade do Estado diante do poder das elites escravistas. Mattos e Abreu (2009), ao analisar o período entre 1831 e 1850, descrevem esse fenômeno como “repressão negociada”, na qual a legislação proibitiva era esvaziada por uma prática

cotidiana que favorecia os grandes proprietários.

A pesquisa de Sousa (2017) reforça essa interpretação ao indicar que naufrágios intencionais eram prática recorrente entre traficantes quando havia risco de apreensão. Navios podiam ser queimados ou afundados de propósito, eliminando rastros do crime. Embora o nome “Camargo” não apareça nos documentos imperiais, há registros dispersos sobre embarcações destruídas na região, o que se harmoniza com o caráter clandestino dessas operações. A ausência do nome, longe de enfraquecer a narrativa local, confirma o que a tradição oral preservou: que a memória negra resiste justamente onde os historiadores silenciaram.

A presença das famílias negras no território também reforça essa interpretação. O Relatório Antropológico do INCRA (2009) evidencia que grupos de descendentes de africanos estavam estabelecidos no Bracuí desde muito antes da titulação quilombola, vivendo próximos ao rio, às roças, às trilhas e às antigas estruturas da fazenda. Esse levantamento identifica práticas agrícolas recorrentes, redes de parentesco densas e circulação constante entre casas e espaços de trabalho, sugerindo presença ininterrupta desde o século XIX.

Os relatos dos mais velhos costuram esse vínculo à memória do Camargo. As falas mencionam caminhos que levam à serra, clareiras usadas como pontos de reorganização, lugares de pesca e rotas internas que teriam sido percorridas por grupos que chegaram após o naufrágio. Esses elementos não surgem isoladamente: formam um mapa afetivo que orienta a comunidade na compreensão de sua própria história. A tradição oral, assim, articula violência e resistência — a chegada forçada não é narrada como fim, mas como recomeço: a reestruturação de famílias, a circulação por caminhos ancestrais, o início de práticas que atravessaram séculos. Como mostram Mattos e Abreu (2009), a experiência negra no pós-abolição não foi marcada pela ruptura, mas pelo arraigamento. As pessoas seguiram onde viviam durante a escravidão, reorganizando redes de trabalho e vida em territórios historicamente seus, ainda que disputados por fazendeiros, grileiros e empreendimentos imobiliários.

A reportagem do G1 (2025) destaca que a inclusão do Bracuí no decreto federal de regularização fundiária representa reconhecimento institucional de um vínculo territorial muito anterior ao processo administrativo. Maria de Souza Francisco, ao afirmar que “a titulação está iminente”, sintetiza uma luta que começou muito antes da legislação atual, fundada na memória das famílias e nas narrativas transmitidas entre gerações. Esse reconhecimento se articula à força da memória do Camargo, que orienta a compreensão da origem da comunidade e fundamenta reivindicações contemporâneas de reconhecimento

territorial. A fala de Emerson Mec, liderança quilombola, expressa esse protagonismo: "a comunidade sempre manteve viva a memória do Camargo e hoje ser inserida como protagonista nessa descoberta é maravilhoso" (O Dia, 2024). A pesquisa arqueológica, financiada pelo Fundo dos Embaixadores dos Estados Unidos para Preservação Cultural, chegou para dialogar com saberes que a comunidade sempre preservou. Jovens do quilombo foram contratados para formação técnica em mergulho, registro audiovisual e documentação — não como beneficiários passivos, mas como protagonistas de uma história que sempre foi sua.

A arqueologia, nesse caso, não substitui a tradição oral — ela a encontra. Onde os historiadores silenciaram, a memória preservou. Onde a documentação hesita, a comunidade afirma. Onde o Estado omitiu, a oralidade falou. O e-book *História, Memória e Reparação* (2025, p. 22) reforça isso ao afirmar que "o Bracuí é guardião da história do tráfico africano na região". No Bracuí, o Camargo não está apenas no fundo do mar: está nos caminhos da serra, na fala de D. Marilda, no trabalho das roças, nas práticas de solidariedade e na luta contemporânea por titulação. Compreender o Brigue Camargo no contexto do tráfico atlântico não é apenas reconstruir um episódio de naufrágio — é entender como memória, território e ancestralidade se articulam na formação do quilombo.

2.3. Oralidade, fontes documentais e arqueologia: um diálogo necessário

A história do Quilombo Santa Rita do Bracuí, sobretudo quando atravessada pelo Brigue Camargo, revela uma relação particular entre memória oral e documentação escrita. Não se trata de uma relação hierárquica — como se o documento viesse “confirmar” ou “corrigir” a oralidade —, mas de um diálogo complexo, feito de tensões, silêncios, escolhas e disputas. No Bracuí, a oralidade organiza o sentido da experiência coletiva; a história oral, como método, permite compreender como essa memória é construída e transmitida; a documentação escrita, por sua vez, oferece fragmentos que, lidos criticamente, ampliam ou tensionam as narrativas quilombolas.

No caso do Camargo, essa centralidade da oralidade é evidente. As falas dos mais velhos — especialmente de Manoel Moraes, Celina e daqueles que transmitiram suas histórias a D. Marilda — mostram que a comunidade preservava informações essenciais sobre o naufrágio muito antes de pesquisadores identificarem o nome da embarcação. Isso demonstra que a memória quilombola não é apenas resistência ao apagamento, mas forma legítima de produzir conhecimento histórico. Ela preserva aquilo que a documentação não alcança em sua totalidade e sustenta sentidos que conectam passado, território e ancestralidade.

Tratar a oralidade como forma legítima de produção de conhecimento histórico exige rigor metodológico no trato dos depoimentos — atenção às hesitações, ênfases e silêncios que estruturam a fala e revelam o que não está dito diretamente. No Bracuí, essa dimensão se manifesta na forma como os narradores escolhem o que dizer, a quem e em que momento — uma estrutura própria de transmissão que a história oral, enquanto método, permite identificar e respeitar.

Reconhecer essa lógica é essencial para compreender por que, como lembra Portelli, “o valor do testemunho não está apenas na confirmação de fatos, mas no sentido que o narrador atribui a eles” (Portelli, 1997, p. 15). As narrativas podem variar entre aqueles que as contam, mas o núcleo permanece: a travessia forçada, a reorganização após o naufrágio e a presença contínua das famílias no território. A variação, longe de enfraquecer o relato, reforça sua vitalidade.

Do mesmo modo, os documentos escritos não são registros neutros do passado. No século XIX, autoridades, escrivães e chefes de polícia atuavam em meio a interesses políticos, econômicos e diplomáticos diretamente ligados à repressão — e também às cumplicidades — do tráfico clandestino. Por isso, o arquivo do período precisa ser lido em suas lacunas, omissões e indícios fragmentados. Como afirmam Ferreira e Amado (2002), os documentos oficiais registram o ponto de vista das instituições, não das populações subalternizadas. No caso do Bracuí, essa perspectiva é evidente: enquanto a historiografia do século XX pouco incorporou o Camargo às narrativas nacionais, a oralidade preservou nomes, trajetórias, caminhos e vínculos afetivos que atravessaram gerações.

Como lembra Trouillot (2016), os silêncios históricos não resultam apenas da ausência de fontes, mas de escolhas feitas em diferentes momentos da produção historiográfica — na seleção dos arquivos, na construção das narrativas e na definição do que merece centralidade. No caso do Camargo, o problema não está nos registros imperiais, que existem e aparecem em inquéritos, denúncias britânicas, movimentações policiais e debates sobre a repressão ao tráfico ilegal. O problema está na pouca atenção que a historiografia lhes dedicou e na ausência desse episódio das narrativas escolares e da memória pública nacional.

Lidos criticamente, os documentos imperiais revelam não apenas o que aconteceu, mas também os modos pelos quais determinados agentes buscaram controlar a narrativa sobre o crime. Registros de embarcações suspeitas, denúncias britânicas, movimentações policiais e relatos de naufrágios intencionais — como aponta Sousa (2017) — evidenciam práticas comuns ao tráfico clandestino. A ausência do nome “Camargo” nas narrativas históricas mais difundidas reflete não a inexistência de registros, mas as escolhas da historiografia sobre o

que merecia centralidade. Nesse sentido, a tradição oral não preenche uma lacuna deixada pelos documentos: ela preserva dimensões da experiência que a historiografia optou por não narrar.

Essa troca entre memória e documento ganha ainda mais força quando observamos o território. O Relatório Antropológico do INCRA (2009) mostra que trilhas, ruínas, roças, clareiras na mata e antigas áreas de trabalho são constantemente mencionadas pelos moradores como referências ancestrais. Esses lugares de memória entrelaçam passado e presente. O território não é cenário: é documento. Percorrê-lo é aprender a história do quilombo.

Essa observação dialoga com a noção de epistemicídio proposta por Sueli Carneiro (2005), que define o racismo como mecanismo de destruição e desqualificação de saberes produzidos por populações negras. O e-book *História, Memória e Reparação* (2025, p. 22) aprofunda essa perspectiva ao destacar que “as histórias e memórias abafadas por mais de um século revelam o profundo apagamento das experiências negras na região”. No Bracuí, reconhecer a tradição oral como eixo interpretativo é enfrentar diretamente esse processo.

É também a força da oralidade que explica por que a memória do Camargo se mantém mesmo quando detalhes específicos variam entre os narradores. O que se preserva não é apenas a precisão factual do naufrágio, mas o sentido atribuído à chegada forçada, à reorganização e à presença das famílias no território. Essa memória atravessa práticas cotidianas — no Jongo, nas festas, no cuidado com a capela, nas roças — e orienta a compreensão coletiva do território.

Quando lida em conjunto com a memória oral, a documentação escrita oferece elementos que aprofundam a narrativa quilombola. A tese de Sousa (2017) identifica padrões de afundamento voluntário coerentes com a memória comunitária; a tese de Pessoa (2015) demonstra o papel dos Souza Breves no tráfico ilegal — entre eles, a Fazenda Grantaú, anteriormente conhecida como Pedro Ramos, que integrava a rede de recepção de africanos no litoral sul fluminense; os registros dispersos sobre embarcações queimadas ou abandonadas na região reforçam que o naufrágio do Camargo não é exceção, mas prática típica daquele período. Essa complementaridade permite construir uma leitura mais ampla da formação do Bracuí. A tradição oral oferece sentidos; os documentos, indícios; a história oral, método. Mas, no quilombo, o eixo interpretativo é a memória quilombola — porque é ela que nasce do território, da vida compartilhada e do vínculo ancestral.

Como terceiro eixo, a arqueologia amplia esse diálogo ao deslocar o naufrágio do

campo abstrato para a materialidade do tráfico. A investigação subaquática do Camargo, conduzida pelo Instituto AfrOrigens⁵ com apoio do *Slave Wrecks Project*⁶ e financiamento do Fundo dos Embaixadores dos Estados Unidos para Preservação Cultural, não chegou para confirmar uma memória incompleta — chegou para dialogar com saberes já elaborados pela comunidade. As informações transmitidas pelos mais velhos, especialmente sobre áreas de circulação, pontos de referência e memórias do naufrágio, orientaram perguntas e delimitaram caminhos possíveis para a investigação. Nesse sentido, o Bracuí não apenas recebeu a pesquisa: também a conduziu. Jovens quilombolas foram formados em mergulho científico, registro audiovisual e documentação, participando diretamente da investigação — não como beneficiários passivos, mas como produtores de conhecimento sobre uma história que sempre foi sua.

Essa autonomia narrativa aparece também na forma como o Bracuí interpreta seu passado político. A memória da doação das terras feita por José de Souza Breves, transmitida durante décadas sem acesso ao documento original, sustentou a luta por reconhecimento territorial. Mesmo antes que pesquisadores localizassem o testamento, a comunidade já sabia que seus antepassados haviam recebido aquelas terras. A tradição oral forneceu o fundamento que orientou o processo de titulação e legitimou juridicamente a presença das famílias no território. A vitória jurídica anunciada pelo G1 em 2025 não é fruto apenas de documentos, mas da força da memória coletiva que resistiu a décadas de apagamento institucional.

Articular oralidade, documentação escrita e arqueologia não é apenas procedimento metodológico: é reconhecer que o Camargo produziu conhecimento em diferentes registros, cada um com sua lógica própria. No Bracuí, essa articulação tem consequência direta para o ensino de História — e é essa potência pedagógica que orienta a discussão seguinte.

2.4. O Brigue Camargo no Documento Orientador da rede de ensino municipal de Angra dos Reis

Pensar a educação na rede municipal de Angra dos Reis, e em particular no Quilombo Santa Rita do Bracuí exige compreender que o currículo escolar só produz sentido quando dialoga com as experiências concretas dos estudantes e com o território que molda suas vidas. No Bracuí, essa afirmação não é abstrata: ela pulsa na fala de D. Marilda de Souza Francisco (2025) e de outras lideranças, que ensinam que “a vida ensina antes da escola” e que o

⁵ O projeto AfrOrigens é uma parceria entre o LABHOI/UFF, arqueólogos do Iphan e pesquisadores internacionais, dedicado ao estudo de naufrágios ligados ao tráfico atlântico.

⁶ O Slave Wrecks Project é uma rede internacional que promove pesquisas sobre o tráfico global transatlântico de escravizados.

“museu somos nós”. Longe de deslegitimar o espaço escolar, essa percepção evidencia que a aprendizagem ali está visceralmente enraizada na memória ancestral e na oralidade, onde o próprio território atua como um 'museu a céu aberto'. É por essa razão que a inserção da história do Brigue Camargo no Documento Orientador da rede municipal é um ato de reparação pedagógica: o navio não é um conteúdo periférico, mas uma prova material de um crime contra a humanidade que atravessa identidades e fundamenta a agência política da comunidade no presente.

As Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola reforçam que o currículo deve se constituir em diálogo com as referências socioculturais e históricas das comunidades, afirmando que a escola deve reconhecer os vínculos entre conhecimento, território e identidade (BRASIL, 2011). Quando a história do Camargo e do Bracuí entra no currículo, não se trata apenas de incluir um conteúdo novo, mas de legitimar saberes produzidos pela própria comunidade. Como afirma Silva (2018), a organização quilombola expressa a continuidade de experiências históricas e de pertencimento, constituindo um movimento que articula memória, luta e formação política. A escola, ao acolher essas narrativas, torna-se espaço de reconhecimento e afirmação da juventude quilombola. Até a conclusão desta pesquisa, não havia currículo diferenciado para a educação quilombola implementado, pois o mesmo ainda está em processo de elaboração. O Projeto Pedagógico da escola é o instrumento utilizado como base para o planejamento dos professores, construído juntamente com a comunidade quilombola. Já existe iniciativa da secretaria de educação em realizar a nova organização curricular, pautada nas Diretrizes da educação quilombola, com a participação do governo (SEJIN), comissão de educação da câmara de vereadores, Arquisabra e do Conselho Municipal de Educação.

Nilma Lino Gomes (2003) esclarece essa perspectiva ao afirmar que a educação antirracista deve partir das experiências e das formas próprias de produzir conhecimento das populações negras. Para ela, a escola precisa reconhecer que os sujeitos negros produzem saberes e que esses saberes devem orientar a construção curricular (Gomes, 2003). No Bracuí, isso significa reconhecer que o território, as narrativas orais, a memória do Camargo e as práticas comunitárias não são “recursos” pedagógicos, mas fundamentos epistêmicos. São eles que dão densidade à vida dos estudantes e que, portanto, precisam orientar a construção curricular.

Apesar disso, o Documento Orientador de Angra dos Reis ainda reproduz limitações estruturais que dificultam essa integração. Embora mencione a importância da educação das relações étnico-raciais, sua organização curricular segue a lógica da versão final da BNCC,

que apresenta diversidade e diferença apenas como princípios formais, tratando-as de maneira fragmentada e esvaziada de densidade política. Como analisam Cerri e Costa (2021, p. 14-15), a Base funcionou como uma "cortina de fumaça" que, ao rotular propostas decoloniais como "ideológicas", acabou por reafirmar um "ensino conteudista" e restaurar a "tradicional história nacional" eurocêntrica. Esta estrutura, que desloca as agências africanas e indígenas para as margens do currículo, configura o que Sueli Carneiro (2005) define como epistemicídio: um mecanismo de inferiorização intelectual que nega às populações negras a condição de sujeitos de conhecimento e desqualifica seus saberes históricos. Assim, a BNCC organiza a história a partir de grandes narrativas nacionais que citam a diferença, mas não a incorporam como fundamento epistemológico

Essa crítica revela uma fragilidade evidente também no Documento Orientador de Angra: embora ele reconheça temas afro-brasileiros e indígenas, não compreende que, no Bracuí, essas dimensões constituem o próprio tecido da vida cotidiana. Ensinar história em um território quilombola exige reconhecer que o conhecimento ancestral da comunidade é estruturante. Mesmo assim, o documento municipal restringe o caso Camargo ao 7º ano — vinculado ao EF07HI16, que trata do tráfico atlântico —, perdendo a oportunidade de trabalhar essa história como eixo articulador de múltiplas aprendizagens.

A história local, como destacam Erinaldo Cavalcanti (2018) e Márcia Gonçalves (2007), não é uma narrativa “menor” nem restrita ao que acontece no entorno imediato, mas uma forma de compreender como sujeitos concretos produzem experiências históricas situadas em um espaço social específico. Para Cavalcanti (2018), o “local” não é um simples recorte geográfico, mas um “espaço de sociabilidades marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações”. Já Gonçalves (2007) enfatiza que a história local opera como uma “consciência histórica”, capaz de articular identidades por meio da atenção às experiências vividas e às formas como grupos narram seu lugar no mundo. Assim, trabalhar com história local no Bracuí significa compreender o território não apenas como cenário, mas como dimensão ativa de memória, ação política e produção de sentido.

Essa presença isolada está aquém do potencial histórico e pedagógico do quilombo. A história local poderia atravessar o currículo como continuidade histórica, memória coletiva, territorialidade, pós-abolição, cultura afro-brasileira, patrimônio, geografia humana e cidadania. O Bracuí não precisa competir com outras comunidades tradicionais do município — como a aldeia Sapukai ou as comunidades caiçaras — porque seu valor pedagógico não está na “regionalidade”, mas na capacidade de revelar processos nacionais a partir de experiências concretas.

A ausência de narrativas locais no currículo produz efeitos concretos, como mostram pesquisas recentes sobre ensino de história. Silva (2018) demonstra que estudantes negros têm dificuldade de reconhecer-se nos conteúdos escolares quando estes não dialogam com suas experiências de vida, seus territórios e suas referências culturais. Luciana Costa (2021), ao analisar tensões identitárias em escolas quilombolas, reforça que a falta de narrativas locais pode gerar deslocamento e silenciamento, afetando diretamente a construção positiva da identidade negra entre jovens. Em ambos os casos, a história do Bracuí — especialmente no que diz respeito ao Camargo — poderia preencher exatamente a lacuna deixada pelo currículo municipal.

Outro ponto importante é que o Documento Orientador não reconhece a oralidade como parte da formação histórica dos estudantes do Bracuí. Seguindo a lógica da BNCC, privilegia-se a fonte escrita como recurso principal, enquanto a oralidade aparece apenas como possibilidade metodológica. No quilombo, a oralidade é técnica ancestral de preservação e instrumento de leitura do mundo. O currículo, ao ignorar isso, perde uma das dimensões mais potentes da pedagogia quilombola.

Além disso, o currículo municipal tende a tratar o tráfico atlântico como evento distante, desconectado de seu impacto territorial. Essa abordagem reduz o potencial crítico da aprendizagem. No caso do Bracuí, o Camargo não é apenas “mais um navio” — ele representa a travessia, a violência colonial, a reorganização da vida africana na região e a permanência das famílias ao longo de gerações. O Camargo articula trauma, resistência e criação: dimensões que poderiam sustentar debates sobre agência histórica, desigualdades estruturais, formação da sociedade brasileira e processos de racialização.

Nessa direção, a perspectiva de Lélia Gonzalez torna-se fundamental. Para ela, “a cultura negra é criação contínua, território de memória e de luta” (Gonzalez, 1988, p. 76-79). Essa formulação destaca o potencial pedagógico do Bracuí como lugar de produção de conhecimento. No território, memória, ancestralidade, oralidade e vida cotidiana convergem para formar uma pedagogia própria — viva, situada, crítica. Trabalhar o Camargo no currículo não é apenas ensinar um fato histórico: é reconhecer que a memória quilombola produz conhecimento sobre o Brasil.

Monteiro (2012) reforça esse ponto ao criticar modelos de ensino que apresentam a história como narrativa linear e despolitizada, apagando conflitos e experiências subalternas. Bittencourt (2018) também destaca que currículos que não valorizam a pluralidade de sujeitos reduzem a capacidade transformadora da disciplina de história. Ambos convergem para a mesma questão: incorporar a história do Bracuí ao currículo é uma oportunidade de construir

uma educação mais crítica, plural e conectada com a realidade dos estudantes.

Pensar a presença do Camargo no currículo municipal significa repensar o próprio sentido de ensinar história no território. Não basta incluir a travessia atlântica como conteúdo temático: é necessário reconhecer que o quilombo produz conhecimento e que esse conhecimento deve estruturar o currículo. Para os estudantes do Bracuí, a travessia, a chegada forçada, a reorganização das famílias, o arraigamento no território e a resistência ao longo de séculos não são abstrações: são histórias vividas, rituais praticados, caminhos percorridos todos os dias. Por isso, o Camargo não é apenas um navio — é eixo de leitura do mundo, chave epistemológica e fundamento da educação quilombola contemporânea. Integrá-lo ao currículo municipal não é ato de "inclusão temática": é gesto político-pedagógico de reparação, reconhecimento e valorização da memória ancestral — e, portanto, passo necessário para uma educação que realmente faça sentido no território.

CAPÍTULO 3 – O E-BOOK COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

3.1. Justificativa e objetivos do material didático

Durante a apresentação desta pesquisa em um simpósio da ANPUH, fui questionada sobre o fato de escrever sobre tradição oral e, ao mesmo tempo, propor como produto didático um e-book. A pergunta, ainda que legítima e pertinente, me deixou bastante desconcertada naquele momento. Não porque eu discordasse do questionamento, mas porque ainda não havia elaborado uma resposta clara e sistematizada. O incômodo provocado por essa situação não dizia respeito apenas ao formato do material, mas à própria relação entre oralidade, escrita, memória e ensino de História — relação que atravessa toda esta dissertação e que se tornou ainda mais evidente ao longo do processo de construção do e-book.

A escola, tal como está historicamente organizada, é uma instituição profundamente marcada pela centralidade da escrita, do documento e do arquivo. No ensino de História, o conhecimento escolar é legitimado, em grande medida, por registros escritos, livros didáticos, documentos oficiais e textos acadêmicos. Nesse contexto, saberes que circulam pela oralidade, pela memória e pela palavra dos mais velhos tendem a ocupar um lugar secundário, quando não são completamente desconsiderados. Como aponta Catroga (2015, p. 74), a memória coletiva atua como “instrumento e objeto de poder(es) mediante a selecção do que se recorda e do que, consciente ou inconscientemente, se silencia”, revelando que a construção do passado é um campo de constantes disputas identitárias. O questionamento feito no simpósio, portanto, não invalida a proposta do e-book; ao contrário, explicita o desafio central desta pesquisa: pensar formas de mediação entre diferentes regimes de produção e circulação do conhecimento histórico.

Desde o início, a intenção desta pesquisa sempre foi levar o quilombo para a sala de aula e para as aulas de História. Não como um conteúdo complementar, pontual ou folclorizado, mas como parte constitutiva da história do território de Angra dos Reis, da história do Brasil e das conexões atlânticas que marcaram a formação do mundo moderno. Esse movimento exige reconhecer que a ausência da história do Quilombo Santa Rita do Bracuí no currículo escolar não resulta de um simples esquecimento ou da falta de informação. O brigue Camargo, por exemplo, está presente nos registros do período imperial — o silêncio não é dos arquivos, mas dos historiadores que construíram as narrativas nacionais sem incorporá-lo. Nesse contexto, o currículo não é neutro: ele expressa escolhas sobre o que merece ser ensinado, a quem e de que perspectiva. Como aponta Seffner (2019),

trata-se de um campo permanente de tensão entre diferentes projetos e práticas, onde as relações de poder definem o que é ou não legitimado como saber escolar.

Quando a história do Bracuí aparece na escola, muitas vezes surge de forma fragmentada, deslocada ou reduzida a menções pontuais, sem articulação com processos históricos mais amplos, como o tráfico ilegal de africanos, a escravidão, a formação do território e as lutas contemporâneas por reconhecimento e reparação. Essa forma de abordagem contribui para a invisibilização da comunidade quilombola e para a naturalização de um currículo que não reconhece plenamente a diversidade de experiências históricas presentes no território.

Inicialmente, a ideia de produzir um e-book pareceu simples, sobretudo pelo domínio, ainda que mediano, de ferramentas utilizadas cotidianamente na elaboração de atividades de sala de aula. Com o avanço do trabalho, tornou-se evidente que a produção de um material didático com pretensão de uso ampliado exigia muito mais do que domínio técnico. Era necessário considerar um conjunto de variáveis que atravessam o cotidiano escolar e que, muitas vezes, permanecem à margem das discussões acadêmicas.

Entre essas variáveis, destacam-se as condições materiais das escolas de Angra dos Reis, município marcado por realidades bastante distintas, que incluem áreas urbanas, regiões de sertão, ilhas e comunidades com acesso limitado ou instável à internet. Pensar um material digital sem considerar essas especificidades significaria produzir um recurso pouco viável para o uso cotidiano dos professores. Além disso, nem sempre os estudantes dispõem de acesso individual a dispositivos eletrônicos, o que faz com que, em muitos casos, o uso do material dependa de sua impressão e reprodução em sala de aula.

As primeiras versões das atividades foram elaboradas com forte apelo visual, utilizando imagens, fotografias de referência e uma paleta de cores cuidadosamente escolhida. Esse processo foi influenciado por materiais já existentes, como o e-book *Quilombo Santa Rita do Bracuí — Cultura, Geografia e História* (2024), produzido no âmbito da FAPESP pela UFF, e *História, Memória e Reparação* (2025), organizado por Marilda de Souza Francisco e Martha Abreu. Concebido para toda a rede municipal de Angra dos Reis — e não apenas para a escola quilombola —, o e-book parte do território do Bracuí para alcançar estudantes quilombolas e não quilombolas, afirmando que essa história diz respeito à formação do município e do país. Também foram incorporados depoimentos disponíveis em plataformas digitais, registros audiovisuais do projeto *Passados Presentes* (2011) e documentários e falas registradas em seminários acadêmicos, entre eles o seminário “O caso do navio escravagista Camargo - Resgatando a materialidade de uma história brasileira e

internacional sobre um crime contra a humanidade”, realizado no Arquivo Nacional, em 07 de julho de 2023. A atuação do LABHOI/UFF foi fundamental nesse processo — não apenas pela produção de pesquisas sobre o Bracuí, mas pela consolidação de uma prática historiográfica que reconhece a oralidade, a memória e a participação comunitária como dimensões legítimas da produção do conhecimento histórico. Essa parceria, no entanto, não foi de mão única: se a universidade trouxe ferramentas conceituais e metodológicas, o quilombo transformou o modo como essas ferramentas foram aplicadas. D. Marilda, ao se apropriar do conceito de história oral e fazê-lo dialogar com o que o Bracuí sempre praticou, mostrou que o saber comunitário não apenas alimenta a pesquisa acadêmica — ele a reorienta.

A partir dessas fontes, foram transcritas falas de D. Marilda, da professora Martha Abreu e do arqueólogo Luiz Felipe, presidente do Instituto AfrOrigens, reunindo um conjunto diverso de registros orais, escritos e audiovisuais. Solicitou-se ainda ao pesquisador Tiago Campos o testamento dos Breves, documento prontamente cedido, com o objetivo de possibilitar o trabalho com fontes primárias em sala de aula. A intenção foi reunir materiais dispersos e transformá-los em um recurso que facilitasse o trabalho do professor, considerando a rotina intensa e a sobrecarga que caracterizam o cotidiano escolar.

Ao imprimir as atividades e simular sua utilização em turmas numerosas, com 30 ou 35 estudantes, as limitações do material tornaram-se evidentes. Um e-book excessivamente colorido e visualmente carregado mostrou-se pouco adequado para impressão, além de dificultar a leitura e a compreensão das propostas. Esse momento foi decisivo para a reformulação do material. Tornou-se necessário repensar a organização visual, o uso das cores, das imagens e a própria concepção do e-book, aproximando-o, em sua materialidade, de uma folha de atividades utilizada no cotidiano da escola.

Nesse processo de revisão, ficou claro que a produção de um material didático com a qualidade pedagógica, gráfica e editorial necessária para seu uso ampliado não poderia ser realizada de forma individual, sem comprometer o rigor da proposta. A decisão de encaminhar o e-book para uma editora comercial especializada não decorreu de uma dificuldade isolada, mas do reconhecimento dos limites do trabalho individual diante da complexidade do projeto. Trata-se de uma escolha ética e metodológica, coerente com o próprio percurso desta pesquisa, que se constrói a partir de parcerias, trocas e da articulação entre saberes acadêmicos, comunitários e profissionais.

Essa reformulação dialoga diretamente com uma questão recorrente no ensino de História: as dificuldades de leitura, escrita e compreensão do vocabulário histórico apresentadas por muitos estudantes da rede pública, cenário agravado pela pandemia da

Covid-19. Nesse contexto, a noção de letramento histórico torna-se central, pois “ensinar história implica possibilitar que os estudantes atribuam sentido às narrativas sobre o passado, compreendendo-a como uma construção social situada, e não como um conjunto de informações prontas a serem memorizadas” (Rocha, 2020, p. 276).

O trabalho com fontes em sala de aula é fundamental para renovar a metodologia de ensino, pois, como afirma Bittencourt (2018, p. 132), “a utilização do documento na sala de aula tem sido defendida por renovar a metodologia do ensino de História, possibilitando ao aluno a compreensão do processo de construção do conhecimento histórico”. Nessa perspectiva, o e-book não se limita à transmissão de conteúdos, mas busca oferecer ao professor um recurso que permita trabalhar a história local de forma articulada à História do Brasil e da África. Ao mobilizar diferentes linguagens e fontes situadas no território, o material contribui para o letramento histórico dos estudantes, respeitando sua progressão cognitiva e as condições concretas da escola pública.

A justificativa para a produção deste material didático ancora-se, também, na carência de recursos específicos sobre o Quilombo Santa Rita do Bracuí voltados para o ensino escolar. Embora existam pesquisas acadêmicas, documentários e produções institucionais de grande relevância sobre a comunidade, esses materiais nem sempre chegam à sala de aula de forma organizada ou articulada ao currículo. O e-book surge, assim, como uma mediação possível entre a produção acadêmica, a memória quilombola, os saberes produzidos no território e o cotidiano da escola pública.

Essa proposta está alinhada às Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para a Educação Escolar Quilombola, ao reconhecer as populações quilombolas como sujeitos históricos e produtores de conhecimento. Essa responsabilidade se estende tanto aos estudantes quilombolas quanto aos não quilombolas. No caso dos primeiros, há o cuidado para que a escola não produza mais uma experiência de apagamento ou exposição indevida. No caso dos segundos, o material não foi pensado para “ensinar sobre o outro”, mas para evidenciar que o Quilombo Santa Rita do Bracuí integra a formação histórica do território e, portanto, diz respeito a todos.

Os objetivos do e-book, portanto, ultrapassam a transmissão de conteúdos. Busca-se oferecer ao professor um material que possibilite trabalhar a história local de forma articulada à História do Brasil e da África, mobilizando diferentes tipos de fontes e linguagens e dialogando com as condições concretas da escola pública. Ao mesmo tempo, pretende-se contribuir para a formação histórica dos estudantes, permitindo que reconheçam a História

como uma construção social marcada por disputas, silenciamentos e relações de poder, e que se percebiam como sujeitos históricos inseridos em um território específico.

Ao assumir esse conjunto de escolhas, o e-book se configura como uma proposta situada, consciente de seus limites, mas atenta à sua potência pedagógica. Ao articular memória, território e prática docente, o material reafirma o compromisso desta pesquisa com a realidade social e histórica do Quilombo Santa Rita do Bracuí.

3.2. Estrutura e conteúdo do e-book

A estrutura do e-book não foi definida de maneira fechada desde o início do processo, mas construída ao longo de sua elaboração, a partir de tentativas, revisões e da reflexão constante sobre sua utilização em sala de aula. Por essa razão, a forma final do material expressa um percurso de amadurecimento metodológico, no qual as escolhas estruturais foram sendo revistas à medida que seus limites e possibilidades se tornavam mais evidentes, em diálogo direto com a prática docente e com os objetivos apresentados no item anterior deste capítulo.

O e-book foi pensado como um material de apoio ao professor, reunindo, em um único suporte, diferentes tipos de fontes e propostas de atividades. Para sua elaboração, foram observadas atividades de duas coleções aprovadas pelo PNLD 2024–2027 e utilizadas na rede municipal de Angra dos Reis: *Amplitude – História*, publicada pela Editora do Brasil S/A, e *Jovem Sapiens – História*, voltada para os anos finais do Ensino Fundamental, elaborada por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini e publicada pela editora Scipione. Ambas foram selecionadas por grupos de docentes de História dos quais participei.

A proposta não foi reproduzir essas atividades, mas tomar sua estrutura como referência para elaborar propostas adaptadas ao Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis e à história local. Desse modo, atividades semelhantes às presentes nos livros didáticos foram re-elaboradas a partir de fontes orais, escritas, visuais e materiais relacionadas ao Quilombo Santa Rita do Bracuí, com textos menos complexos e voltados ao desenvolvimento da leitura, da escrita e da interpretação histórica.

Houve a preocupação de inserir, em todas as propostas de atividades, ao menos um elemento da tradição oral do quilombo, seja uma letra de Jongo, seja um relato oral. Para garantir o acesso ao material, foram incluídos QR codes e transcrições, considerando a possibilidade de o professor não dispor de recursos audiovisuais em sala de aula. Compõem o material narrativas orais de D. Marilda e de outros moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí, depoimentos em vídeo disponíveis em plataformas digitais, documentos históricos

escritos — como o testemunho dos Breves, jornais e relatórios —, imagens do território e dos vestígios relacionados ao brigue Camargo, além de atividades pedagógicas e sugestões de encaminhamento para a sala de aula. A intenção não foi produzir um material exaustivo, mas organizar conteúdos que já existiam e se encontravam dispersos, dificultando seu acesso e uso no cotidiano escolar.

Em um primeiro momento, a organização do e-book foi pensada a partir da divisão por séries do Ensino Fundamental II, em diálogo com a forma tradicional de apresentação do currículo e com a estrutura dos livros didáticos. Essa opção inicial respondia à organização mais recorrente do ensino de História na escola e facilitava, em princípio, a associação direta entre atividades e séries específicas. No entanto, à medida que as atividades foram sendo elaboradas, testadas e discutidas, essa divisão passou a revelar limites importantes. A rigidez da estrutura seriada, a repetição de conteúdos semelhantes em diferentes anos e a dificuldade de adaptação às realidades diversas das turmas indicaram a necessidade de repensar essa lógica.

A reorganização do material a partir de eixos temáticos não significou o abandono da progressão cognitiva prevista para os anos finais do Ensino Fundamental. Essa progressão continuou orientando a elaboração das atividades, considerando os diferentes níveis de abstração e as habilidades esperadas para o 6º, 7º, 8º e 9º anos. O que se alterou foi a forma de organização do e-book, que passou a estruturar os conteúdos por eixos, permitindo que um mesmo tema histórico fosse retomado em diferentes momentos da escolarização, com abordagens e aprofundamentos distintos, conforme a realidade da turma e as escolhas do professor.

Essa mudança não decorreu apenas de uma necessidade prática, mas de uma compreensão conceitual amadurecida ao longo do processo de elaboração do material. Os conceitos mobilizados pelo e-book — como memória, fontes históricas, escravidão, território e reparação — não se restringem a um único ano de escolaridade, mas atravessam todo o currículo de História dos anos finais do Ensino Fundamental. A opção pelos eixos reconhece que esses conceitos são retomados, aprofundados e ressignificados ao longo da escolarização, mobilizando diferentes habilidades simultaneamente. A organização por eixos materializa, assim, a compreensão de que o ensino de História não se desenvolve de forma linear nem homogênea, mas por movimentos de retomada, deslocamento e aprofundamento conceitual.

A estrutura final do e-book organiza-se, portanto, a partir de quatro eixos temáticos, entendidos como formas de articular conteúdos, fontes e propostas metodológicas a partir de diferentes regimes de produção do conhecimento histórico.

O Eixo 1 – História, memória e fontes, organiza atividades voltadas à compreensão de como o conhecimento histórico é produzido a partir de diferentes tipos de fontes, especialmente aquelas tradicionalmente marginalizadas pela historiografia escolar, como a memória oral e os vestígios materiais. Ao trabalhar com relatos de moradores, imagens do território, ruínas e objetos, o eixo problematiza a centralidade exclusiva do documento escrito e evidencia seus limites, destacando a importância da oralidade e da materialidade na reconstrução do passado. Esse eixo dialoga diretamente com o objetivo do material de valorizar a tradição oral do Quilombo Santa Rita do Bracuí como fonte legítima de conhecimento histórico.

O Eixo 2 – Escravidão, tráfico e ilegalidade, concentra-se na análise do tráfico ilegal de africanos no século XIX, enfatizando a distância entre a legislação abolicionista e as práticas sociais efetivamente realizadas no período. A partir do estudo do caso do brigadeiro Camargo, o eixo permite compreender a continuidade da escravidão após sua proibição legal, evidenciando mecanismos de clandestinidade, violência e apagamento histórico.

O Eixo 3 – Narrativas, silêncios e disputas de memória, problematiza a História como um campo de disputas narrativas, no qual diferentes narrativas sobre o passado coexistem, entram em conflito ou são silenciadas. As atividades estimulam a comparação entre narrativas oficiais e memórias comunitárias, evidenciando processos de apagamento histórico e a exclusão de determinados grupos da produção do registro escrito.

O Eixo 4 – Quilombo ontem e hoje: território, cultura e direitos, articula passado e presente ao tratar o quilombo como uma realidade histórica e contemporânea, marcada pela continuidade das lutas por território, reconhecimento e direitos. As atividades abordam a formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí, suas expressões culturais — como o Jongo — e as disputas territoriais contemporâneas, compreendendo cultura, memória e direitos como dimensões indissociáveis.

As atividades desse eixo também problematizam as transformações do território ao longo do século XX, especialmente os impactos da construção da Rodovia Rio-Santos e da especulação imobiliária, que reduziram drasticamente a extensão do território tradicional do quilombo, inclusive rompendo sua ligação histórica com o mar. A distinção entre o território do quilombo e o território da antiga Fazenda Santa Rita do Bracuí é mobilizada como chave interpretativa para compreender conflitos fundiários, disputas de memória e processos contemporâneos de resistência.

Os eixos que estruturam o e-book estão organizados a partir de uma progressão metodológica, e não de uma lógica seriada ou cronológica. A sequência proposta parte da

discussão sobre como o conhecimento histórico é produzido (Eixo 1), avança para a análise de um processo histórico específico — o tráfico ilegal de africanos no século XIX (Eixo 2), problematiza as disputas narrativas e os silêncios que marcam esse passado (Eixo 3) e, por fim, articula essas reflexões à realidade contemporânea do Quilombo Santa Rita do Bracuí, compreendido como território de memória, cultura e luta por direitos (Eixo 4). Essa organização permite ao estudante desenvolver, de forma integrada, operações de pensamento histórico, leitura crítica das fontes e compreensão da História como processo vivo e em disputa. Cada eixo é composto por três atividades, organizadas de modo a possibilitar tanto o trabalho sequencial quanto o uso independente. Cada atividade apresenta uma estrutura comum, composta por uma página de orientação ao professor, uma página de contextualização dirigida ao estudante e uma página de atividade para realização em sala de aula, com tempo médio estimado de aproximadamente cinquenta minutos, garantindo flexibilidade de uso e respeito à autonomia docente.

A organização visual do e-book acompanha essa lógica de viabilidade. As páginas foram pensadas com hierarquia gráfica simples, privilegiando fundo branco, tipografia legível e uso contido de cores, de modo a facilitar a impressão e a reprodução do material em escolas que nem sempre dispõem de recursos tecnológicos adequados. Nesse contexto, a imagem ocupa lugar central na estrutura das atividades, sendo tratada como fonte histórica e não como elemento ilustrativo acessório.

Para sintetizar essas escolhas, o Quadro 1 apresenta a articulação entre as atividades propostas, as fontes mobilizadas, as intencionalidades pedagógicas e as habilidades previstas no Documento Orientador Curricular de História do município de Angra dos Reis.

Quadro 1 – Articulação entre atividades, fontes, intencionalidade pedagógica e habilidades curriculares (Angra dos Reis).

Eixo	Atividade	Fonte utilizada	Tipo de fonte	Intencionalidade pedagógica	Habilidades (Documento Curricular de Angra dos Reis)
Eixo 1	Leitura do território	Imagem do território do Bracuí	Imagem / território	Compreender o território como construção histórica	EF06HI01; EF06HI03

Eixo 1	Memória como fonte	Relato oral – D. Marilda	Fonte oral	Valorizar a memória oral como fonte histórica	EF06HI03; EF07HI09
Eixo 1	Território e resistência	Texto contextual	Texto narrativo	Relacionar território e resistência	EF07HI09
Eixo 2	Documento e contexto	Transcrição de jornal do século XIX – Brigue Camargo	Documento escrito	Analisar narrativa oficial sobre o tráfico ilegal	EF07HI16; EF08HI12
Eixo 2	Lei e prática	Leis de 1831 e 1850	Documento legal	Problematizar a contradição entre lei e prática social	EF07HI19; EF08HI12
Eixo 2	Memória e silêncio	Memória oral quilombola	Fonte oral	Comparar narrativas históricas	EF08HI12; EF09HI01
Eixo 3	Tipos de fontes	Imagem, documento e relato	Fontes diversas	Reconhecer a diversidade de fontes históricas	EF08HI05; EF09HI03
Eixo 3	Quem conta a história?	Texto e relato oral	Narrativas	Identificar disputas de narrativa histórica	EF09HI03; EF09HI06
Eixo 3	Silêncios históricos	Conjunto de fontes	Fontes cruzadas	Perceber apagamentos e ausências nos registros históricos	EF09HI06
Eixo 4	Quilombo ontem e hoje	Constituição Federal de 1988 – Art. 68 do ADCT	Documento legal	Diferenciar quilombo histórico e quilombo contemporâneo	EF09HI10
Eixo 4	Território em disputa	Reportagens atuais sobre o Bracuí	Fonte jornalística	Analisar conflitos territoriais contemporâneos	EF09HI20

Eixo 4	Cultura e resistência	Jongo	Prática cultural	Reconhecer a cultura como forma de resistência e identidade	EF08HI20; EF09HI06
--------	-----------------------	-------	------------------	---	-----------------------

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Documento Orientador Curricular de História do município de Angra dos Reis.

A leitura do quadro permite observar que as atividades não se organizam a partir de uma lógica seriada, mas por eixos temáticos que atravessam diferentes conteúdos do Ensino Fundamental II. Cada atividade mobiliza ações cognitivas distintas — observar, comparar, classificar, organizar, interpretar e produzir — ampliando as possibilidades de aprendizagem histórica em contextos escolares diversos. As atividades propostas não apenas abordam conteúdos históricos, mas incorporam problemas reais do território, como a perda do acesso ao mar, a redução do espaço quilombola e as disputas fundiárias, permitindo que os estudantes compreendam a história como processo vivido e em disputa.

Dessa forma, a estrutura final do e-book expressa um processo de construção atento não apenas ao conteúdo histórico, mas às condições possíveis do ensino de História na escola pública. Ao articular fontes diversas, eixos temáticos e propostas flexíveis de uso, o material reafirma a centralidade da memória, do território e das fontes históricas na produção do conhecimento histórico escolar, preservando a autonomia docente e reconhecendo a sala de aula como espaço de mediação, escolha e criação. Ainda que situado no território do Bracuí, o e-book também apresenta uma metodologia possível para o trabalho com história local, oralidade, fontes diversas e disputas de memória em outros contextos escolares.

A centralidade da memória oral e das narrativas quilombolas na organização do material aponta, por fim, para a necessidade de compreender o e-book não apenas como recurso didático, mas como dispositivo político-pedagógico, questão que orienta o próximo item deste capítulo.

3.3. O e-book como dispositivo político-pedagógico

O e-book apresentado nesta pesquisa não pode ser compreendido apenas como um material didático no sentido estrito do termo. Ao longo de sua construção, tornou-se evidente que ele se configura como um dispositivo político-pedagógico, na medida em que materializa escolhas, tensiona hierarquias de saber e intervém diretamente na forma como a História é ensinada e compreendida na escola. Essa dimensão não foi pensada de maneira abstrata ou declaratória, mas construída no próprio processo de elaboração do material, a partir do confronto entre teoria, prática docente e responsabilidade ética com a comunidade quilombola

de Santa Rita do Bracuí.

Um dos elementos centrais desse processo foi a recusa em estabelecer uma dicotomia entre o que convencionalmente se nomeia como “saber acadêmico” e “saber tradicional”. Desde o início, a intenção não foi traduzir a memória oral da comunidade para uma linguagem considerada legítima pela escola, mas criar condições para que essa memória circulasse como conhecimento histórico, em diálogo com outras formas de registro do passado. O que se buscou foi um encontro de saberes, no qual a narrativa oral, o documento escrito, a imagem e o vestígio material fossem tratados como fontes de igual legitimidade, ainda que distintas em suas naturezas e possibilidades interpretativas.

Nesse sentido, o caso do brigue Camargo ocupa um lugar emblemático no e-book. A narrativa preservada pela comunidade do Bracuí, transmitida por gerações, não é apresentada como lenda ou curiosidade, mas como conhecimento histórico que orientou, inclusive, a pesquisa científica contemporânea. A confirmação arqueológica do naufrágio não “valida” a memória oral; ela evidencia que essa memória já operava como forma de conhecimento, capaz de preservar informações, organizar sentidos e sustentar a identidade coletiva da comunidade. Ao explicitar essa relação, o material evidencia que os registros existem — o Camargo está documentado — mas que foram os historiadores que escolheram não incorporá-lo às narrativas nacionais, tensionando a ideia de que apenas o registro escrito produz História.

Essa escolha possui implicações diretas para o ensino de História. Ao apresentar a memória quilombola como fonte histórica legítima, o e-book desloca a posição tradicionalmente atribuída aos sujeitos negros e quilombolas no currículo escolar, frequentemente tratados como objetos de estudo, e não como produtores de conhecimento. Esse deslocamento é político, na medida em que desafia narrativas hegemônicas sobre a escravidão, o pós-abolição e a formação do território, ao mesmo tempo em que afirma a agência histórica da comunidade.

O caráter político-pedagógico do material também se expressa nas escolhas metodológicas que orientam as atividades propostas. Elas não foram concebidas como exercícios de fixação de conteúdo, mas como práticas investigativas que convidam o estudante a observar, comparar, formular hipóteses e interpretar fontes históricas. Ao articular leitura de imagens, escuta de narrativas orais, análise de documentos escritos e confronto entre diferentes registros do passado, o e-book aproxima o aluno de procedimentos próprios do trabalho historiográfico, ainda que em nível escolar, reforçando a compreensão da História como construção social, marcada por escolhas, disputas e silenciamentos.

Essa abordagem adquire especial relevância em um contexto marcado pela desvalorização do conhecimento científico e, particularmente, das Ciências Humanas. Ensinar História, nesses termos, torna-se um gesto de resistência cotidiana. Não se trata apenas de transmitir informações, mas de criar condições para que os estudantes compreendam que o conhecimento histórico é produzido a partir de métodos, critérios e disputas de sentido, e que diferentes narrativas coexistem e competem no espaço público. Ao lidar com temas como tráfico ilegal, escravidão, território e reparação, o material convoca o estudante a refletir sobre permanências e rupturas, articulando passado e presente de forma situada.

Outro aspecto fundamental do e-book como dispositivo político-pedagógico diz respeito à relação com a prática docente. Ao reunir fontes, atividades e orientações em um único material, o e-book busca reduzir a distância entre a produção acadêmica e o cotidiano da escola, sem substituir o trabalho intelectual do professor. As sugestões de uso não prescrevem uma única forma de aplicação, mas reconhecem a autonomia docente e a diversidade de contextos escolares. O material se propõe, assim, como apoio e interlocutor do professor, e não como modelo a ser seguido.

A preocupação ética atravessa todo o e-book e se manifesta de forma particular na maneira como o Quilombo Santa Rita do Bracuí é representado. Houve o cuidado de não reduzir a história da comunidade ao sofrimento, à violência ou à vitimização. Embora essas dimensões sejam fundamentais para a compreensão do passado, o material procura evidenciar também a resistência, a continuidade histórica, a luta pela terra, a produção cultural e os modos de vida quilombolas. A valorização do Jongo como patrimônio vivo e o reconhecimento de D. Marilda como detentora de Notório Saber integram essa escolha, afirmando a comunidade como sujeito histórico ativo.

Ao inserir trechos de pesquisas recentes, documentos históricos e links para acervos digitais, o e-book conecta os estudantes ao que há de mais atual na historiografia e nas investigações arqueológicas relacionadas ao tráfico ilegal e à escravidão. Essa opção contribui para romper com a ideia de que o conhecimento escolar é necessariamente simplificado ou defasado em relação à produção acadêmica, demonstrando que é possível trabalhar temas complexos na escola, desde que se considerem a linguagem, o contexto e as condições concretas de aprendizagem. A parceria com o Instituto AfrOrigens também assume dimensão político-pedagógica, ao garantir a participação ativa da comunidade nas pesquisas arqueológicas, a formação técnica de jovens quilombolas e a devolução social do conhecimento produzido, reforçando o protagonismo comunitário e ampliando os sentidos da memória do Camargo no presente.

Compreender o e-book como dispositivo político-pedagógico implica, portanto, reconhecer que ele intervém em disputas mais amplas sobre memória, currículo e direito à História. Ao levar para a sala de aula a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí e do brigue Camargo, o material afirma que essas narrativas não são periféricas, mas centrais para a compreensão da história local e nacional. Trata-se de uma aposta na escola como espaço de produção de conhecimento, de reconhecimento de saberes historicamente silenciados e de construção de uma educação histórica comprometida com a justiça social e a reparação.

Dessa forma, o e-book não encerra um percurso, mas o inaugura. Ele se apresenta como uma possibilidade entre outras, consciente de seus limites, mas atento ao seu potencial de provocar deslocamentos no ensino de História. Ao levar para a sala de aula narrativas historicamente silenciadas, o material reafirma que ensinar História é também disputar sentidos sobre o passado, o território e os sujeitos que têm direito à memória.

3.4. Descolonização do currículo, valorização de saberes quilombolas e prática docente

A proposição do e-book *Vozes do Bracuí – Entre a Serra e o Mar* insere-se em um debate mais amplo sobre a descolonização do currículo de História e sobre os limites das formas tradicionais de abordagem da escravidão, do pós-abolição e das populações negras e quilombolas na escola. Ao longo deste trabalho, tornou-se evidente que a ausência da história do Quilombo Santa Rita do Bracuí no currículo escolar não se explica apenas pela falta de materiais didáticos, mas por uma lógica curricular que, historicamente, hierarquizou saberes, fontes e narrativas. Reconhecer a oralidade como forma legítima de produção e transmissão do conhecimento implica desestabilizar a centralidade exclusiva da escrita no currículo escolar e ampliar as possibilidades de construção do conhecimento histórico.

Descolonizar o currículo, neste trabalho, não significa apenas substituir conteúdos ou incluir novos temas. Significa deslocar as formas pelas quais o conhecimento histórico é produzido, validado e legitimado no espaço escolar. Nesse sentido, o e-book não propõe simplesmente “acrescentar” a história quilombola ao currículo existente, mas tensionar a própria estrutura que define o que pode ou não ser ensinado como História. Ao assumir a memória oral como fonte histórica legítima e ao articulá-la com documentos escritos, vestígios arqueológicos e produções acadêmicas, o material amplia o repertório epistemológico do ensino de História e evidencia outras possibilidades de construção do conhecimento histórico escolar.

Essa perspectiva dialoga diretamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação Escolar Quilombola, que reconhecem a valorização dos saberes, das memórias e dos modos de vida das comunidades quilombolas como parte constitutiva da formação escolar. Ao trazer a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí para o centro das atividades propostas, o e-book contribui para a efetivação dessas diretrizes não de forma normativa ou prescritiva, mas a partir de uma experiência concreta, situada no território e atravessada por disputas históricas reais.

No material, os saberes quilombolas não aparecem como exotização cultural nem como recorte identitário isolado. Eles aparecem como produção de conhecimento histórico. A presença de D. Marilda como narradora, reconhecida como Mestra em Notório Saber, e a centralidade do Jongo como patrimônio cultural vivo reforçam a compreensão de que esses saberes não pertencem apenas ao passado nem se restringem à tradição. Eles seguem produzindo sentidos, memórias e formas de resistência no presente. Ao reconhecê-los como parte do conhecimento escolar, o e-book contribui para deslocar a posição subalterna historicamente atribuída às populações negras e quilombolas no currículo de História.

A oralidade ocupa lugar central nesse deslocamento. Em comunidades africanas e afro-diaspóricas, a palavra falada sempre teve papel fundamental na preservação da memória coletiva, na transmissão de valores e na garantia da continuidade histórica. No contexto da diáspora e da experiência colonial, muitos desses elementos foram tensionados ou enfraquecidos, sobretudo pela imposição da escrita como principal forma de legitimação do saber. A dúvida expressa por D. Marilda em relação ao relato de seu pai sobre o brigue Camargo pode ser compreendida a partir desse deslocamento histórico, no qual o valor da palavra dos mais velhos passa a ser questionado em contextos marcados pela escolarização formal e pela centralidade do documento escrito.

Mais que tradição, a oralidade é compreendida, neste trabalho, como tecnologia ancestral que garante a ligação entre as gerações e a própria sobrevivência cultural. São as histórias contadas, retomadas e re-elaboradas que mantêm os laços comunitários e transmitem os conhecimentos dos mais velhos. Essa compreensão dialoga diretamente com Hampâté Bâ, para quem, em muitas sociedades africanas, a palavra falada constitui arquivo, método e forma legítima de transmissão do conhecimento, sustentando modos próprios de ensinar, lembrar e interpretar o passado que não dependem da escrita para existir. Como discutido no capítulo anterior, essa transmissão não é aleatória: há conteúdos que circulam apenas entre parentes, outros que são compartilhados em momentos específicos, para pessoas e contextos determinados. Essa seletividade não é falha nem esquecimento — é escolha deliberada sobre o que pode ser dito, a quem e quando. O e-book reconhece essa ética da transmissão ao tratar

a oralidade quilombola não como dado bruto a ser pedagogizado, mas como forma de conhecimento com lógica e método próprios.

Levar essa discussão para a sala de aula significa criar condições para que os estudantes reflitam sobre diferentes regimes de memória e sobre os efeitos da colonização na forma como o conhecimento é produzido, validado e transmitido. O objetivo não é inverter hierarquias, como se a oralidade devesse substituir o documento escrito. Trata-se de evidenciar que o conhecimento histórico é plural, situado e atravessado por disputas, silenciamentos e relações de poder.

Nesse movimento, o Jongo ocupa um lugar fundamental. Ele não aparece apenas como manifestação cultural ou patrimônio imaterial, mas como documento histórico vivo, portador de memória, experiência e resistência. Ao ser trabalhado em sala de aula, permite discutir continuidade histórica, territorialidade, identidade e formas de organização comunitária, articulando passado e presente de maneira concreta.

Essas escolhas possuem implicações diretas para a prática docente. O e-book não foi concebido como material de formação docente *stricto sensu*, mas sua utilização em sala de aula demanda do professor uma postura reflexiva em relação às fontes, às narrativas e às abordagens adotadas no ensino de História. Ao lidar com saberes quilombolas e com a história local, o professor se depara com a necessidade de rever práticas cristalizadas, questionar o uso exclusivo do livro didático e repensar a forma como o currículo é operacionalizado no cotidiano escolar.

Ao mesmo tempo, o material reconhece os limites concretos dessa prática. Não se trata de exigir do professor um domínio aprofundado de debates historiográficos complexos, mas de oferecer subsídios que possibilitem trabalhar com diferentes tipos de fontes e narrativas de forma crítica e contextualizada. A organização do e-book por eixos temáticos, a possibilidade de adaptação das atividades e a diversidade de encaminhamentos metodológicos dialogam com essa preocupação, respeitando as condições reais de trabalho na escola pública.

Por fim, o e-book busca contribuir para que o ensino de História se aproxime das experiências vividas pelos estudantes e das realidades dos territórios em que as escolas estão inseridas. Ao valorizar os saberes quilombolas e problematizar as hierarquias do currículo, o material propõe um deslocamento que não é apenas teórico, mas profundamente pedagógico: reconhecer que ensinar História implica lidar com memórias, identidades e disputas que atravessam o presente.

Dessa forma, a descolonização do currículo aparece menos como um objetivo abstrato e mais como um processo possível, construído a partir de escolhas metodológicas concretas,

do diálogo com os saberes das comunidades e do reconhecimento do professor e dos estudantes como sujeitos históricos. Trata-se, portanto, de uma reflexão situada na prática docente e em diálogo com o território, e não de uma proposta de formação docente formal.

É importante reconhecer que o e-book apresentado possui limites. Trata-se de um material situado, construído a partir de um território específico — Angra dos Reis —, de uma comunidade quilombola particular — Santa Rita do Bracuí — e de uma experiência docente vinculada à rede municipal de ensino. Ainda assim, a história desse território se conecta a processos mais amplos, como o tráfico ilegal de africanos no século XIX, a escravidão, o pós-abolição, as disputas por terra, a memória e a reparação. Dessa maneira, o material não esgota as possibilidades de abordagem da história do Quilombo Santa Rita do Bracuí, nem pretende dar conta da diversidade de experiências quilombolas existentes no país. Sua potência reside em apresentar uma possibilidade de mediação entre território, oralidade, fontes históricas e ensino de História.

Como perspectiva futura, a pesquisa aponta para a ampliação do diálogo entre produção acadêmica, escola e comunidades tradicionais, bem como para o desenvolvimento de outros materiais didáticos que tomem a história local como eixo estruturante do ensino de História. No início do projeto, chegou a ser esboçada uma história em quadrinhos, que permanece como possibilidade a ser desenvolvida posteriormente. O e-book, nesse sentido, não se apresenta como ponto de chegada, mas como parte de um processo contínuo de reflexão sobre currículo, memória e ensino, que pode ser retomado, aprofundado e transformado a partir de novas experiências, outros territórios e diferentes contextos escolares.

Assim, o Capítulo 3 não encerra a discussão proposta nesta dissertação, mas marca um ponto de síntese entre reflexão teórica, prática docente e produção de material didático. Ao articular memória, território e prática docente, reafirma a escola como espaço de produção de conhecimento histórico, de disputa de narrativas e de reconhecimento de saberes quilombolas, evidenciando que ensinar História é, necessariamente, um gesto político situado.

CAPÍTULO 4 - VOZES DO BRACUÍ: ENTRE A SERRA E O MAR – ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E TERRITÓRIO

4.1. Apresentação

“Oi, gente, presta atenção na história que vou contar. Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar. Eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar.”

Marilda de Souza Francisco

O e-book apresentado neste capítulo é resultado direto desta pesquisa e, ao mesmo tempo, a razão pela qual ela foi realizada. Desde o início, eu não buscava apenas compreender a tradição oral do Quilombo Santa Rita do Bracuí ou analisar o caso do Brigue Camargo como episódio do tráfico ilegal de pessoas escravizadas — eu buscava uma forma de levar essas narrativas à escola. O primeiro título pensado para este trabalho foi "O caso do Brigue Camargo e o Quilombo Santa Rita do Bracuí". No entanto, ao longo da pesquisa, ficou evidente que o centro não era apenas o caso, nem apenas o navio, nem apenas o crime. O centro eram as vozes. As vozes que permaneceram quando os historiadores silenciaram. As vozes que continuaram circulando mesmo quando o currículo não as reconhecia e os historiadores não as incorporaram às narrativas nacionais.

A proposta que orienta este produto educacional é levar a voz do Bracuí para as escolas. Levar a voz de Dona Marilda, dos mais velhos, dos jovens, das crianças. Levar a voz de um território que fala de luta, de resistência, de ancestralidade e de respeito. Não se trata de acrescentar um "conteúdo local" ao currículo, mas de reconhecer que há formas legítimas de produzir conhecimento histórico que não nasceram dentro da universidade, mas que dialogam com ela.

O subtítulo Entre a Serra e o Mar sintetiza a imagem que atravessou minha escrita desde o início. A serra me remete às trilhas, às roças, aos caminhos percorridos por gerações que reorganizaram a vida após a violência da escravidão. O mar, por sua vez, não é paisagem neutra. Ele é memória da diáspora forçada, da travessia atlântica, do sequestro de homens e mulheres arrancados de suas terras, expropriados de seus nomes, trazidos à força para sustentar um projeto senhorial de país. Entre a serra e o mar constrói-se o território do Bracuí — um território marcado pela violência histórica, mas também pela resistência e pela continuidade.

A imagem do Jongo de Dona Marilda, no qual a cabeça repousa na cabeceira do rio, sempre me acompanhou. O rio corta o território e organiza a vida cotidiana, mas também

aponta para o mar. Essa articulação entre rio, serra e mar não é apenas simbólica; ela estrutura a forma como a comunidade compreende sua origem e projeta seu futuro. Como afirma Fernando Catroga (2015), memória e história não se opõem: são modos complementares de dar sentido ao tempo.

O diálogo com Amadou Hampâté Bâ (2010) foi central nesse percurso. Ao afirmar que "cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima", ele nos lembra que a oralidade não é ausência de escrita, mas outra forma de arquivo. No Bracuí, a palavra preservou aquilo que os historiadores não incorporaram às narrativas nacionais. A confirmação documental do caso do Camargo não criou o passado; encontrou o que a comunidade já sabia. Quando Dona Marilda afirma que "aqui é história oral", ela não está apenas descrevendo uma prática de transmissão de memória. Ela está nomeando politicamente seu lugar de fala. Ao apropriar-se de um termo consagrado pela historiografia acadêmica, ela desloca a fronteira que separaria o saber universitário do saber da comunidade e reivindica legitimidade epistemológica. Esse gesto não apaga as diferenças entre memória, tradição oral e história como campo disciplinar, mas evidencia que esses saberes se encontram, dialogam e constroem sentidos. Reconhecer esse movimento é reconhecer que, no Bracuí, a produção do conhecimento histórico também é um ato político.

Transformar essa reflexão em material didático é, para mim, assumir que o ensino de História não pode permanecer distante do território. O e-book organiza-se a partir dos eixos história, memória e território, articulando tradição oral, documentos escritos, vestígios materiais, registros audiovisuais e pesquisas arqueológicas. A proposta não é inverter hierarquias, nem afirmar que a memória é soberana sobre outras formas de registro histórico. É colocar diferentes fontes em diálogo, reconhecendo sua legitimidade e seus limites.

Este produto educacional foi elaborado tendo como público principal estudantes do Ensino Fundamental II e professoras e professores da rede pública, especialmente aqueles que atuam em contextos nos quais a história local e as experiências de comunidades tradicionais ainda aparecem de forma fragmentada no currículo. Seu objetivo pedagógico é contribuir para o desenvolvimento do letramento histórico, conforme discutido no Capítulo 3, estimulando os estudantes a analisar diferentes tipos de fontes, comparar narrativas, identificar silenciamentos e compreender o conhecimento histórico como construção social situada.

A estrutura do e-book organiza-se em quatro eixos temáticos articulados entre si: História, memória e fontes; Escravidão, tráfico e ilegalidade; Narrativas, silêncios e disputas de memória; e Quilombo ontem e hoje: território, cultura e direitos. Cada eixo apresenta atividades construídas a partir de situações-problema, análise comparativa de fontes, produção

de sínteses escritas e propostas de trabalho coletivo, mobilizando habilidades previstas no Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis. Essa organização não pretende engessar o trabalho docente, mas oferecer caminhos possíveis para integrar o território do Bracuí às discussões mais amplas do currículo de História.

Assim, o e-book materializa as reflexões desenvolvidas nos capítulos anteriores, especialmente no que diz respeito à articulação entre território, oralidade e ensino de História. O produto concretiza, em linguagem didática, a compreensão de que o território não é apenas cenário do passado, mas produtor de conhecimento histórico e espaço de disputa por memória e direitos.

Quando perguntam a Dona Marilda o que tem de bom no quilombo, ela responde: são as pessoas. Essa frase me provocou uma reflexão fundamental para esta pesquisa. Quantas vezes, ao longo de nossas aulas de História, deixamos as pessoas “de fora”? Ao fazer uma visita externa a um espaço de memória, pensamos na importância do lugar dentro de um contexto maior, mas quantas vezes colocamos as pessoas no centro da narrativa histórica? D. Marilda, sempre ela, também fala de maneira muito simples e potente, que quando visitam o quilombo, a primeira coisa que perguntam é sobre o tronco. Ora, por que, ainda hoje, ao visitar um território quilombola, o primeiro elemento que muitas pessoas buscam é o tronco? Por que a memória da dor e do castigo continua sendo tratada como a imagem mais representativa da experiência das pessoas escravizadas nos livros de História? A escravidão moderna é um dos maiores crimes contra humanidade, isso é inegável. Mas precisamos contar histórias outras da escravidão, como as estratégias de sobrevivência, como a história de Cirilo, os cantos, as danças e a busca de um viver outro em relação com a natureza. O território não é apenas terra; é gente, é vínculo, é memória viva. Levar o Bracuí para a sala de aula significa ampliar a escuta e reconhecer que ensinar História é também decidir quais vozes serão ouvidas.

O material apresentado a seguir corresponde ao e-book *Vozes do Bracuí: entre a serra e o mar. Ensino de História, memória e território*, estruturado em quatro eixos temáticos e pensado para o Ensino Fundamental II. Ele não pretende encerrar o debate, mas abrir caminhos. Ao dialogar com a tradição oral, com a pesquisa histórica e com as demandas contemporâneas por reconhecimento territorial, este produto educacional se coloca como convite para que a escola reconheça saberes historicamente marginalizados e construa outras formas de ensinar e aprender História a partir do território.

4.2. Estrutura de organização do e-book

- Apresentação
- Sugestão de uso
- Eixo 1
- Eixo 2
- Eixo 3
- Eixo 4
- Para saber mais
- Referências

4.2.1 Apresentação

Este e-book é resultado da minha dissertação de mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UFRJ), mas foi pensado, desde o início, como um material de troca com outros professores. Ele nasce da prática docente, da sala de aula e, sobretudo, da escuta: a percepção das histórias que circulam fora dos livros didáticos, das dúvidas que aparecem no cotidiano escolar e dos silêncios que ainda marcam as publicações e o ensino de História.

O Quilombo Santa Rita do Bracuí é uma comunidade quilombola localizada em Angra dos Reis (RJ), formada por descendentes de pessoas escravizadas ligadas à antiga Fazenda Santa Rita, pertencente à família Breves. O território preserva práticas culturais, memórias e formas de organização comunitária transmitidas entre gerações, sendo referência central para a compreensão da história do tráfico ilegal e do pós-abolição no litoral sul fluminense. A aproximação com essa comunidade não parte da ideia de trabalhar apenas um "conteúdo local", mas do encontro com diferentes formas de produzir e transmitir conhecimento histórico que dizem respeito à história do Brasil.

A tradição oral ocupa um lugar central neste material. Compreendida não apenas como lembrança individual, mas como forma social de transmissão do passado — conforme a noção de memória histórica discutida por Fernando Catroga (2015) —, ela foi, historicamente, uma das principais maneiras pelas quais a história do Bracuí pode ser preservada e transmitida. Em um contexto marcado pela exclusão do acesso à escrita e pelo apagamento de determinadas experiências, a oralidade foi um caminho possível para registrar, lembrar e comunicar o passado. Aqui, ela não aparece isolada nem hierarquizada em relação a outras fontes: as narrativas da comunidade são colocadas em diálogo com documentos, mapas, registros

oficiais, pesquisas históricas e investigações arqueológicas — às vezes se confirmando, às vezes se tensionando.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido neste e-book dialoga diretamente com as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que instituem o ensino da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Ao abordar a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí a partir da memória, da tradição oral e das lutas por direitos, o material reafirma essas leis não como exigência formal, mas como compromisso com uma educação antirracista e com a valorização de saberes historicamente invisibilizados.

O território do Quilombo Santa Rita do Bracuí aparece, ao longo das atividades, como espaço vivido, lembrado e disputado. Mar, rio e serra não são tratados como elementos que "falam por si", mas como espaços interpretados por diferentes sujeitos, em diferentes momentos históricos. Território, memória e tradição oral se constituem mutuamente, em processos marcados por continuidades, rupturas e conflitos, sem que um elemento se sobreponha ao outro.

Pensado a partir da realidade da escola pública, este material dialoga com professoras e professores que lidam cotidianamente com turmas heterogêneas e o desafio constante de tornar os conteúdos históricos significativos para os estudantes. Por isso, as propostas aqui reunidas foram organizadas de modo flexível, permitindo diferentes usos e adaptações. Cada eixo parte da história do Quilombo Santa Rita do Bracuí para discutir temas mais amplos do currículo, como escravidão, tráfico ilegal, pós-abolição, memória, apagamentos históricos e disputas por narrativa — sem transformar a história do Bracuí em conteúdo isolado, mas utilizá-la como possibilidade de atravessar o currículo como um todo.

Ao longo das atividades, a memória de lideranças como Dona Marilda de Souza Francisco aparece como referência de conhecimento — não como ilustração ou complemento, mas como parte das formas pelas quais a História é produzida e transmitida. Suas narrativas, assim como as de outros moradores da comunidade, ajudam a problematizar quem tem o direito de contar a história e quais saberes costumam ser reconhecidos no espaço escolar.

O brigue Camargo — navio envolvido no tráfico ilegal de africanos escravizados que aportou clandestinamente em Angra dos Reis em dezembro de 1852 — é um dos casos mais documentados do tráfico ilegal no Brasil após a Lei Eusébio de Queirós. Cerca de 500 pessoas oriundas de Moçambique e Quilimane foram desembarcadas nas terras da Fazenda Santa Rita e conduzidas serra acima. Para apagar as provas do crime, a embarcação foi intencionalmente incendiada e afundada. A memória desse episódio foi preservada nas narrativas orais do quilombo, colaborando com as pesquisas históricas e as investigações de arqueologia

subaquática em curso na Baía da Ilha Grande.

Esse caso é trabalhado no e-book como exemplo de como diferentes fontes iluminam aspectos distintos de um mesmo acontecimento. Enquanto os registros escritos documentaram que os africanos foram levados "serra acima", sem se preocupar com mortes ou com o destino individual das pessoas, a memória da comunidade destaca histórias sobre quem estava a bordo, os possíveis sobreviventes e o que aconteceu após o naufrágio. Quando colocadas em diálogo, essas narrativas ampliam a compreensão do passado.

A história do Quilombo Santa Rita do Bracuí é também uma história do pós-abolição. A liberdade formal não garantiu terra, direitos ou reparação. A permanência no território, as disputas fundiárias, os impactos da construção da rodovia Rio–Santos e a pressão da especulação imobiliária atravessam o século XX e chegam ao presente. Nesse percurso, as práticas culturais e as lideranças comunitárias têm papel fundamental na manutenção da memória, na permanência no território e na construção da identidade quilombola.

Partindo da ideia de que a História é uma construção social, este material trabalha com diferentes fontes e perspectivas, sem hierarquizá-las previamente. Memória oral, documentos escritos, imagens, vestígios materiais e livros de História são tratados como narrativas situadas, que precisam ser analisadas, comparadas e discutidas com os estudantes. As atividades propostas não dependem exclusivamente de internet ou recursos digitais e podem ser adaptadas a diferentes contextos de sala de aula, sem estarem vinculadas a séries específicas.

Este e-book nasce, por fim, da inquietação sobre como trabalhar o ensino de História a partir de histórias que costumam ficar à margem dos livros didáticos. Ao colocar em diálogo a tradição oral do Quilombo Santa Rita do Bracuí, os documentos escritos e outros registros históricos, o material convida professores e estudantes a refletirem sobre quem produz conhecimento histórico, quais vozes são escutadas e quais histórias seguem ausentes das salas de aula e da história pública. Longe de esgotar a temática, ele se apresenta como um convite para que possamos seguir construindo, juntos, outras formas de ensinar e aprender História.

4.2.2. Sugestão de uso do e-book para o(a) professor(a)

Este e-book foi pensado como material complementar ao trabalho docente, não como um roteiro fechado de aulas. As atividades propostas devem ser entendidas como possibilidades abertas, que podem ser adaptadas, reorganizadas, ampliadas ou combinadas de acordo com o contexto de cada escola, de cada turma e da intencionalidade pedagógica do(a)

professor(a).

Cada eixo apresenta três atividades que mobilizam diferentes fontes históricas — narrativas orais, documentos escritos, imagens, vestígios materiais e práticas culturais. As propostas podem ser utilizadas no formato apresentado ou servir de base para a criação de novas atividades, a partir das perguntas, fontes e situações-problema sugeridas. As fichas de atividades, disponibilizadas como anexo, foram pensadas para facilitar o uso em sala de aula, sem limitar as possibilidades de mediação.

As fontes orais estão presentes em quase todas as atividades, sempre em diálogo com outros registros históricos. A proposta não é trabalhar a oralidade de forma isolada, mas colocá-la em relação com documentos, mapas, imagens e pesquisas, ajudando os estudantes a compreenderem que o conhecimento histórico se constrói a partir do encontro entre diferentes fontes e sujeitos.

As atividades não estão vinculadas a uma série específica e podem ser utilizadas em diferentes anos do Ensino Fundamental II, de acordo com o currículo formal e com a mediação do(a) professor(a). Sempre que indicado, são sugeridas habilidades do documento orientador curricular de Angra dos Reis, sem caráter prescritivo. Cabe ao professor decidir como e quando mobilizá-las.

Sugere-se que, ao longo do trabalho com o e-book, o(a) professor(a) construa com a turma um Mural de Conceitos, registrando palavras-chave, ideias, dúvidas e relações que surgem durante as atividades — como memória, fonte histórica, tradição oral, território, apagamento, resistência, reparação e direito. Esse mural pode ser retomado e ampliado ao longo das aulas, funcionando como um registro coletivo do processo de aprendizagem.

Este material não esgota as possibilidades de trabalho com a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí. Pelo contrário, ele aponta caminhos e incentiva a produção de novos materiais didáticos. A partir das atividades propostas, é possível desenvolver pesquisas com os estudantes, entrevistas com moradores da comunidade, análises de outras fontes históricas, produções audiovisuais, exposições escolares e projetos interdisciplinares.

Sempre que possível, recomenda-se ampliar o trabalho com o uso de outros materiais — vídeos, reportagens, sites institucionais, livros e artigos sobre o quilombo, o tráfico ilegal de africanos, a tradição oral e a história local. O contato direto com a comunidade também é uma possibilidade importante: visitas pedagógicas ao Quilombo Santa Rita do Bracuí, participação em eventos culturais, rodas de conversa com lideranças e moradores ajudam os estudantes a compreender que a história é feita por pessoas concretas, que vivem, trabalham e lutam cotidianamente para permanecer em seu território.

O Quilombo Santa Rita do Bracuí é construído e mantido pelas ações cotidianas das pessoas que vivem na comunidade quilombola e que enfrentaram, ao longo do século XX, o apagamento histórico, a perda de direitos e os conflitos fundiários. Reconhecer essa história implica olhar para as experiências, as vozes e as estratégias de resistência dessas populações, entendendo o território como resultado de práticas, relações e lutas concretas. Professores de toda a rede pública de Angra dos Reis interessados em aprofundar o trabalho podem buscar parcerias, estabelecer diálogo com a comunidade e construir, junto com os estudantes, novas formas de aprender e ensinar História a partir das experiências vividas, da memória e da luta por direitos.

4.2.3. Eixo 1: história, memória e fontes

Este eixo propõe refletir com os estudantes sobre como o conhecimento histórico é construído e quais fontes utilizamos para conhecer o passado. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, a história não se preserva apenas em documentos escritos, mas também nas narrativas orais, nas práticas culturais, nos vestígios materiais e nas experiências vividas pelas pessoas da comunidade.

As atividades deste eixo convidam os estudantes a reconhecer essas diferentes formas de registro como fontes históricas legítimas, analisando seus usos, limites e possibilidades. Ao colocar em diálogo documentos, memórias, objetos e narrativas, a proposta é problematizar a ideia de uma única fonte "mais válida" e compreender que a História se constrói a partir do diálogo entre diferentes registros e perspectivas.

Do ponto de vista pedagógico, há uma necessidade de ampliar o repertório de fontes trabalhadas na escola. Durante muito tempo, o ensino de História privilegiou os textos e os documentos escritos como principal suporte do conhecimento histórico, o que acabou invisibilizando experiências de grupos que tiveram pouco acesso à escrita ou cujas histórias não foram incorporadas às narrativas nacionais. No caso do Quilombo Santa Rita do Bracuí, grande parte da história da comunidade foi preservada por meio da tradição oral, das práticas culturais e da relação cotidiana com o território. Trabalhar com essas fontes em sala de aula permite que os estudantes compreendam tanto sua legitimidade quanto seus limites, desenvolvendo uma leitura mais crítica do passado — inclusive da História que está nos livros.

O percurso didático começa com uma atividade que problematiza quem guarda a história do Bracuí, introduzindo o conceito de fonte histórica a partir da comparação entre vestígios materiais e memória oral da comunidade. Em seguida, os estudantes são convidados

a analisar duas formas de narrar um mesmo acontecimento, por meio do caso do brigue Camargo, comparando uma fonte escrita e uma fonte oral. O eixo se encerra com uma atividade que apresenta a arqueologia subaquática como possibilidade de investigação histórica, articulando vestígios materiais, documentos escritos e memória.

É possível mobilizar, entre outras, habilidades previstas no Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis, como a identificação e análise de diferentes tipos de fontes históricas, o reconhecimento da diversidade de registros do passado — especialmente em relação à história local — e a comparação de interpretações sobre um mesmo acontecimento a partir de fontes distintas. A escolha e a articulação dessas habilidades ficam a cargo do(a) professor(a), de acordo com o ano de escolaridade e com a proposta pedagógica desenvolvida em sala de aula.

4.2.4. Habilidades do Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis mobilizadas

O quadro a seguir apresenta uma articulação possível entre os eixos temáticos, as atividades propostas, os anos de escolaridade em que podem ser desenvolvidas e as habilidades do Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis mobilizadas em cada proposta. Essas indicações não têm caráter prescritivo. Uma mesma atividade pode ser utilizada em diferentes anos do Ensino Fundamental II, assumindo níveis distintos de complexidade conforme a maturidade pedagógica da turma, a mediação do(a) professor(a) e os objetivos de aprendizagem definidos no planejamento. As habilidades indicadas funcionam como referência para orientar o trabalho docente e explicitar o diálogo do material com o currículo da rede.

Quadro 2 – Articulação entre eixos, atividades, anos de escolaridade e habilidades a partir do Documento Orientador Curricular de Angra dos Reis

Eixo	Atividade do eixo	Anos de escolaridade indicados	Habilidades do Documento Orientador
Eixo 1	Atividade 1 – Quem guarda a história do Bracuí?	6º e 7º anos	EF06HI02; EF06HI03ANGR; EF06HI07

Eixo 1	Atividade 2 – Duas formas de contar um acontecimento: o caso do Brigue Camargo	7º e 8º anos	EF06HI02; EF07HI08; EF07HI10
Eixo 1	Atividade 3 – O fundo do mar também guarda história	7º e 8º anos	EF06HI02; EF07HI10; EF08HI19
Eixo 2	Atividade 4 – Quando o tráfico se tornou ilegal	7º e 8º anos	EF07HI15; EF07HI16; EF08HI19
Eixo 2	Atividade 5 – O brigue Camargo: crime, clandestinidade e apagamento	7º e 8º anos	EF07HI16; EF08HI19; EF08HI20
Eixo 2	Atividade 6 – Tráfico ilegal e formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí	8º ano	EF07HI16; EF08HI14; EF08HI19
Eixo 3	Atividade 7 – Duas narrativas da mesma história	8º ano	EF07HI10; EF08HI19
Eixo 3	Atividade 8 – O que foi silenciado na história do Bracuí, de Angra e do Brasil?	8º e 9º anos	EF08HI19; EF08HI27; EF09HI03
Eixo 3	Atividade 9 – Quem tem o direito de contar a História?	8º e 9º anos	EF08HI22; EF09HI03; EF09HI04
Eixo 4	Atividade 10 – Progresso para quem?	7º e 8º anos	EF07HI11; EF08HI06; EF08HI17

Eixo 4	Atividade 11 – O Jongo: cultura, memória e resistência	7º e 8º anos	EF07HI03; EF08HI22; EF09HI04
Eixo 4	Atividade 12 – Memória, território e luta por direitos	8º e 9º anos	EF08HI14; EF09HI06; EF09HI21

Fonte: Elaboração da autora, a partir do Documento Orientador Curricular de História do município de Angra dos Reis.

4.2.5. Eixo 2: Escravidão, tráfico e ilegalidade

Este eixo propõe discutir com os estudantes o tráfico ilegal de africanos no século XIX e a continuidade do tráfico mesmo depois de sua proibição por lei. A partir dessa temática, as atividades convidam a refletir sobre a distância entre o que estava previsto na legislação e o que, de fato, continuou acontecendo nas práticas sociais.

O caso do brigue Camargo é utilizado como ponto de partida para compreender como funcionavam os mecanismos de clandestinidade, violência e ocultamento que permitiram a continuidade do tráfico ilegal e da escravidão de pessoas que já tinham direito à liberdade. Ao mesmo tempo, o eixo ajuda a perceber como esses processos tiveram impacto direto na formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí e na trajetória das pessoas que passaram a viver nesse território.

As propostas incentivam a leitura crítica das leis abolicionistas, a análise de diferentes fontes sobre o tráfico ilegal e a reflexão sobre as disputas e contradições presentes na sociedade escravista brasileira do século XIX. A partir dessas atividades, busca-se compreender que a existência das leis não garantia automaticamente sua aplicação, especialmente em uma sociedade marcada por interesses econômicos, relações de poder e permanências escravistas. A intenção é mostrar aos estudantes que a História se constrói a partir das relações entre normas, práticas sociais, conflitos e experiências vividas pelos sujeitos históricos.

4.2.6. Eixo 3: narrativas, silêncios e memória

Este eixo convida os estudantes a refletirem sobre como a História é ensinada, escrita e construída a partir de escolhas: o que é lembrado, o que é registrado e o que acaba ficando de fora. Diferentes grupos produzem narrativas distintas sobre os mesmos acontecimentos, e

essas narrativas não circulam com o mesmo peso nos livros didáticos, nos documentos oficiais e na memória pública.

No caso do Quilombo Santa Rita do Bracuí, muitas experiências históricas foram preservadas principalmente pela memória oral da comunidade, enquanto aparecem pouco na documentação escrita, nada nos livros de História, ou são registradas a partir do ponto de vista das autoridades e das elites locais. Trabalhar com essas diferenças permite compreender a História como um campo de disputas, no qual narrativas entram em tensão, certos acontecimentos são silenciados e outros ganham destaque. A pesquisa histórica busca, com documentos escritos ou orais, as evidências do que aconteceu. Busca chegar o mais perto possível do que de fato ocorreu, sabendo que as fontes são produzidas por pessoas com lugares sociais e políticos distintos.

As atividades deste eixo estimulam a comparação entre fontes, a identificação de apagamentos históricos e a reflexão sobre quem tem o poder de produzir, registrar e legitimar narrativas sobre o passado — nos livros, nos museus e nos documentos oficiais. A proposta é ajudar os estudantes a perceber que o silêncio também comunica e que compreender a História implica questionar não apenas o que é contado, mas também o que foi deixado de lado.

4.2.7. Eixo 4 – quilombo ontem e hoje: território, cultura e direitos

Este eixo propõe compreender o quilombo não apenas como uma experiência do passado, mas como uma realidade que segue presente. O Quilombo Santa Rita do Bracuí se formou em um contexto marcado pela escravidão e pelo tráfico ilegal de africanos, mas continua existindo hoje como comunidade que vive, resiste e luta pelo reconhecimento de seu território, de sua cultura e de seus direitos.

Ao longo do século XX, mudanças profundas afetaram a vida da comunidade. A construção da Rodovia Rio–Santos e o avanço da especulação imobiliária alteraram o espaço tradicional do quilombo, reduziram sua extensão e romperam relações históricas com o mar. Diante dessas transformações, as pessoas da comunidade precisaram criar estratégias para permanecer no território e preservar sua história.

Práticas culturais como o Jongo aparecem neste eixo não como elementos folclóricos, mas como formas de transmissão de memória, de organização coletiva e de afirmação identitária. Por meio da cultura, da oralidade e da atuação das lideranças comunitárias, a história do quilombo segue sendo contada, atualizada e disputada no presente.

As atividades deste eixo convidam os estudantes a refletirem sobre o quilombo como

uma realidade histórica e contemporânea, marcada pela continuidade das lutas por terra, identidade e direitos. A proposta é articular passado e presente, ajudando a compreender que cultura, memória e território ganham sentido a partir das ações e das experiências das pessoas que vivem e constroem o quilombo no dia a dia — e que a luta por direitos inclui também a luta por reparação histórica.

4.3. Atividades do eixo 1

ATIVIDADE 1 — Quem guarda a história do Bracuí?

Texto de introdução ao estudante

Onde a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí pode ser encontrada? A história de um lugar não está apenas nos livros. Ela é construída a partir de diferentes fontes, como os vestígios materiais deixados no espaço e as memórias das pessoas que vivem naquele território. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, o passado pode ser conhecido tanto pelas ruínas dos antigos engenhos quanto pelas narrativas dos moradores da comunidade. Há dois engenhos na história do quilombo: o localizado próximo à Igreja de Santa Rita, associado ao trabalho escravo e com ruínas mais preservadas, e o mencionado abaixo por D. Marilda — uma fábrica de açúcar à beira-mar, hoje dentro de um condomínio privado, que não teve trabalho escravo.

As ruínas dos engenhos são vestígios materiais que indicam a existência de um espaço de trabalho ligado à produção de açúcar. Já as memórias compartilhadas por moradores mais velhos, como Dona Marilda, constituem narrativas de experiência que ajudam a compreender como esse lugar foi vivido e como a comunidade se organizou e se transformou ao longo do tempo.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como a História é produzida a partir do diálogo entre diferentes tipos de fontes. Os vestígios materiais e as narrativas de memória não contam a história sozinhos, mas se complementam na construção do conhecimento histórico sobre o quilombo. O relato de D. Marilda, está disponível no perfil do Arquivo Nacional e pode ser acessado através do seguinte link:

Fontes históricas utilizadas

- **Relato oral — Participação de D. Marilda** no Seminário “O caso do navio escravagista Camargo - Resgatando a materialidade de uma história brasileira e internacional sobre um crime contra a humanidade”. Arquivo Nacional, realizado em

07 e julho de 2023. Minutagem: 1:46:00⁷.

Transcrição:

Hoje nós temos lá uma ruína de um engenho. Na verdade, era uma fábrica de açúcar na beira do mar, né? Que tá dentro de um condomínio que a gente não pode visitar nem levar os grupos... A gente até leva, mas logo fala: 'Olha, só pode olhar por fora, não pode fazer foto, não pode não sei quê'. Mas a ruína é nossa. (transcrição realizada pela autora)

O engenho a que D. Marilda se refere era uma fábrica de açúcar, sem trabalho escravo. O engenho que teve trabalho escravo ficava próximo à Igreja de Santa Rita — cujas ruínas hoje são um vestígio material ainda mais significativo da história do quilombo.

- **Relato oral – ponto de jongo sobre o território do Bracuí**

Oi, gente, presta atenção na história que vou contar. Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar. Eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar (Francisco; Abreu, 2025, p. 9).

- **Registro audiovisual**

Assistir a participação de D. Marilda no seminário em:



- **Vestígio material — Imagem das ruínas do Engenho Central do Bracuhy**

Imagem 5 - Ruínas do Engenho Central do Bracuhy



Fonte: Angra Notícias

⁷ O relato de D. Marilda está disponível no canal do Arquivo Nacional e pode ser acessado através do seguinte link: <https://www.youtube.com/live/LViGARTCzs4?si=0cFI-vh5U6M4v05S&t=6360>. Acesso em: 20 maio 2026.

Situação-problema

Como é possível conhecer a história do Quilombo Santa Rita do Bracuí se grande parte dessa história não está registrada em documentos escritos, mas nas ruínas, na tradição oral e na memória dos moradores?

Enunciado ao estudante

Observe a imagem das ruínas do antigo engenho, assista ao trecho da entrevista de Dona Marilda e a letra do ponto de Jongo. Em seguida, responda:

- a) Observe a imagem das ruínas. É possível identificar que tipo de construção era e como era usada? Por quê?
- b) No depoimento de Dona Marilda, o que ela conta sobre as ruínas que hoje estão dentro de um condomínio particular?
- c) É possível identificar o tamanho do território do quilombo através da letra do ponto de Jongo? De que forma?
- d) De que maneira a memória das pessoas, principalmente dos mais velhos, e vestígios materiais, como as ruínas mostradas na foto, se complementam para contar a história de um lugar?
- e) Converse com pessoas mais velhas que você, seja na sua casa, na escola ou em outro lugar que você frequente. Escreva ou conte algo que você aprendeu sobre o seu bairro ou a sua cidade a partir do que essas pessoas mais velhas contaram para você.

Atividade coletiva

Simular uma busca por vestígios históricos na escola ou no entorno da comunidade (objetos, marcas no espaço, construções antigas) e produzir um pequeno registro ilustrado com o título: “*O que o chão nos conta?*”.

Produção esperada

Texto explicativo de 3 a 5 linhas ou apresentação oral, reconhecendo a diversidade de fontes históricas e sua complementaridade na construção do conhecimento histórico e como isso está relacionado com o cotidiano do estudante.

ATIVIDADE 2 — Duas formas de contar um acontecimento: o caso do Brigue Camargo

Texto de introdução ao estudante

Uma mesma história pode ser contada de jeitos diferentes?

Um acontecimento do passado pode aparecer em documentos escritos e também na memória das pessoas que viveram ou ouviram falar dele. O naufrágio do Brigue Camargo foi noticiado nos jornais do século XIX — mas não entrou nos livros de História. Foi a memória transmitida pelos moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí que manteve esse acontecimento vivo ao longo do tempo.

Nesta atividade, você vai comparar essas duas formas de contar a história e refletir sobre o que cada uma revela. Fontes escritas e memórias orais não se opõem — elas se complementam na construção do conhecimento histórico sobre o passado.

Fontes históricas utilizadas

- **Documento escrito — Trecho do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, publicado em 12 de dezembro de 1852. O texto registra o primeiro "boato" que chegou à capital sobre o desembarque ilegal no Bracuí**

[...]...circulava um boato na Corte sobre um desembarque de africanos no litoral sul da província fluminense. Em seguida, os africanos teriam sido encaminhados 'serra acima' (vale do café).

Fonte: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 12/12/1852. In: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Bracuí: Edição das Autoras, 2025, p. 25

- **Relato oral – depoimento do sr. Manoel Moraes**

Uma história que eu sei, que na última vez que o barco viajou de lá pra cá, cheio de escravos, porque estava proibido já a venda de escravos, não podia mais, né? Mas, não sei como é que fizeram, que ainda roubaram a oportunidade e arrumaram lá os escravos pra trazer pra cá, pra vender, pra vender novamente, né? Rapitalam os escravos lá, encheram o navio e trouxeram pra cá. Mas veio até aqui numa ilha com o nome... A ilha como é? Não, aqui... Cunhambéba. A ilha Cunhambéba, que enfrenta o Frades. O barco, quando estava lá, passava o ferro de Cunhambéba pra entrar, pra trazer o pessoal pra cá, né? Pra segurar aqui. E ali, quando observaram, que vinha uma escorta atrás deles, pra prender eles. Polícia, né? Aí eles arrumaram... Na história diz que o navio tem um buraco, aquele pino saía, ia abrindo um buraco e a água invadia, né? Então foi assim. Alguns caíam na água. Então saltou bastante, morreu bastante. E o barco afundou na ponta da ilha, né? Que nos tempos atrás, então se via falar nesse barco que a pessoa pescava muito nele, porque dava muito peixe, né? E o pessoal procurava sempre aquele ponto ali pra poder pescar. Quando aí chegava o talento lá cá de novo, aí subia pra Santa Rita. Você já foi na Fazenda Santa Rita, né? Na Santa Rita, se eu não me engano, né? Então ali, talvez eles tivessem morrido pro outro lado. E subir e ir embora pra São Paulo.

- **Registro audiovisual**

Assista ao relato em⁸:

**Situação-problema**

O que o jornal do século XIX e a memória oral da comunidade nos contam, juntos, sobre o naufrágio do Brigue Camargo?

Enunciado ao estudante

Leia o trecho do documento escrito e escute o relato oral da comunidade. Depois, responda:

- a) O que o documento escrito informa sobre o naufrágio?
- b) O que a memória oral relata sobre esse acontecimento?
- c) Que informações aparecem nas duas fontes?
- d) Que informações estão em um documento e não estão no outro, e vice-versa?
- e) Essas duas fontes se completam? Explique como você chegou a essa conclusão.

Atividade coletiva

Criar um "varal de notícias", apresentando duas narrativas sobre o mesmo acontecimento (uma escrita e outra oral), destacando como diferentes lugares de observação produzem narrativas complementares sobre o passado.

Produção esperada

Quadro comparativo entre fonte escrita e fonte oral, identificando semelhanças e complementaridades.

⁸ O relato do senhor Manoel Moraes está disponível no canal do LABHOI UFF Oficial no YouTube e pode ser acessado através do link: <https://youtu.be/S24tzYgaTA0?si=6l6dpFvqrRVnyLYU>. Acesso em: 20 maio 2026.

ATIVIDADE 3 — O fundo do mar também guarda história

Texto de introdução ao estudante

Nem toda fonte histórica está em papel. Alguns acontecimentos do passado deixaram marcas no fundo do mar. O Brigue Camargo, incendiado e afundado para esconder um crime, deixou vestígios materiais que hoje são estudados pela arqueologia subaquática.

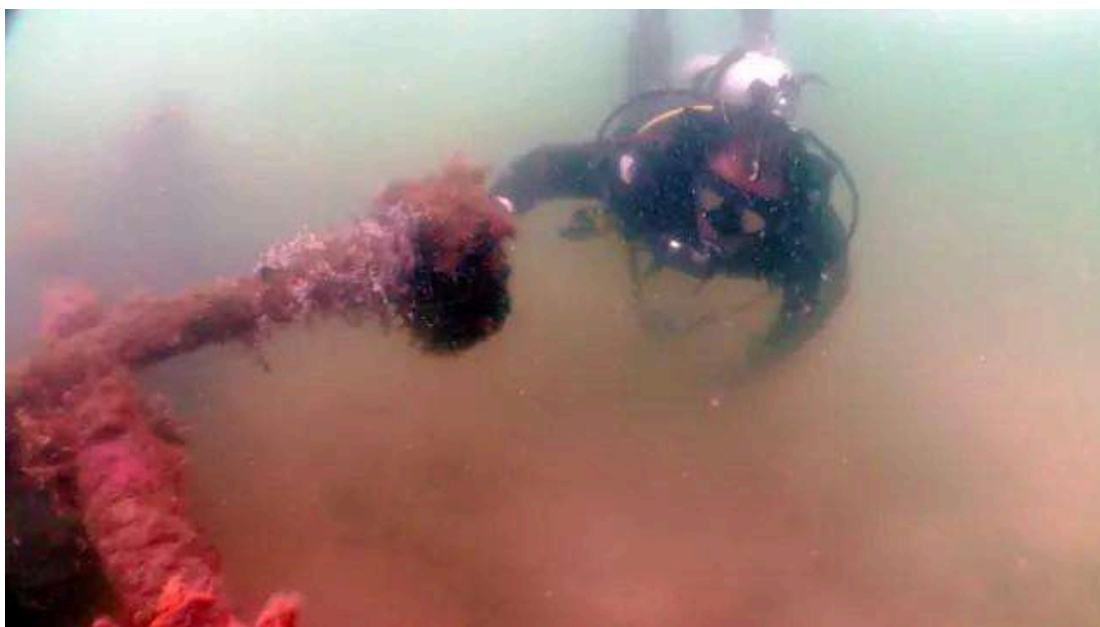
A arqueologia de naufrágios investiga restos de embarcações e objetos submersos para compreender acontecimentos históricos. Esses vestígios ajudam a confirmar a existência do navio, as circunstâncias do naufrágio e o contexto do tráfico ilegal de africanos no século XIX.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como os vestígios encontrados no mar podem ser considerados fontes históricas e sobre o que eles revelam quando são analisados junto com documentos escritos e memórias.

Fontes históricas utilizadas

- **Imagem**

Imagem 6 - Pesquisa arqueológica subaquática do Brigue Camargo.



Fonte: Extra Rio

- **Registro audiovisual** — saiba mais sobre a pesquisa de arqueologia subaquática nesse vídeo sobre as buscas pelo Camargo, a partir de⁹:

⁹ A reportagem sobre o Brigue Camargo está disponível no canal da TV Brasil e pode ser acessada através do link: <https://youtu.be/FeJPuOAhpwY?si=vbzE-guYMuNGO119&t=401>. Acesso em: 20 maio 2026.

**Situação-problema**

Como os vestígios encontrados no fundo do mar podem ajudar a comprovar e interpretar um acontecimento histórico que os historiadores não incorporaram às narrativas nacionais?

Enunciado ao estudante

Observe a imagem da pesquisa arqueológica e preste atenção no vídeo. Em seguida, responda:

- a) Que tipo de fonte histórica são os vestígios encontrados no mar?
- b) O que esses vestígios ajudam a comprovar sobre o que acontece com o Brigue Camargo?
- c) Por que a arqueologia é importante para estudar episódios ligados ao tráfico ilegal de africanos?
- d) O que muda quando analisamos esses vestígios junto com a memória da comunidade e os documentos escritos?

Atividade coletiva

Produzir um pequeno esquema ilustrado com o título: “*O mar como arquivo da história*”.

Produção esperada

Texto explicativo de 3 a 5 linhas ou apresentação oral, reconhecendo a arqueologia subaquática como fonte histórica e relacionando-a à memória e aos documentos.

4.4. Atividades do Eixo 2

ATIVIDADE 4 — Lei e realidade: quando o tráfico se tornou ilegal

Texto de introdução ao estudante

Ao longo do século XIX, o tráfico de africanos escravizados foi sendo proibido por leis. Em 1831 e, depois, em 1850, o Brasil declarou ilegal a entrada de pessoas escravizadas vindas da África. No entanto, essas leis não significaram o fim imediato do tráfico.

Mesmo após a proibição, navios continuaram trazendo africanos de forma clandestina. Essa contradição entre o que a lei dizia e o que acontecia na prática revela que o tráfico ilegal de pessoas escravizadas continuou existindo de maneira clandestina, sustentado por interesses econômicos e pela conivência das autoridades.

Nesta atividade, você vai analisar a distância entre a legislação e a realidade histórica, compreendendo por que o tráfico pôde continuar mesmo depois de proibido.

Fontes históricas utilizadas

- **Documento escrito — Trecho da Lei Eusébio de Queirós (1850)**

Art. 1º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e consideradas importadoras de escravos(...).

Art. 4º A importação de escravos no território do Império fica nelle considerada como pirataria, e será punida pelos seus Tribunaes com as penas declaradas no Artigo segundo da Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum (Brasil, 1850).

Fonte: BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Rio de Janeiro, 4 set. 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-581-4-setembro-1850-559820-publicacaooriginal-82230-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2026.

- **Registro audiovisual – vídeo sobre o tráfico ilegal¹⁰**



¹⁰ O vídeo sobre o comércio ilegal de escravos está disponível no canal do LABHOI UFF Oficial, no YouTube, e também pode ser acessado pelo link: <https://youtu.be/RuqQtDfa28o?si=xoj5FeBpbaQSx49T>. Acesso em: 20 maio 2026.

Situação-problema

Se o tráfico de africanos foi proibido por lei em 1850, por que ele continuou acontecendo no Brasil?

Enunciado ao estudante

Leia o trecho da lei e a fonte histórica apresentada. Em seguida, responda:

- a) O que a Lei Eusébio de Queirós determinava sobre o tráfico de pessoas africanas escravizadas?
- b) O que o vídeo mostra sobre o que continuava acontecendo depois da lei?
- c) Por que podemos dizer que existia uma diferença entre a lei e a prática social?
- d) A lei previa que africanos apreendidos em navios ilegais deveriam ser libertados. Isso foi cumprido? Quem se beneficiava da continuidade do tráfico mesmo sendo ilegal?
- e) Como lidamos hoje com leis que existem mas não são cumpridas? Você conhece algum exemplo?

Atividade coletiva

Elaborar um pequeno esquema com o título: “*O que a Lei Eusébio de Queirós (1850) dizia × o que acontecia de verdade*”.

Produção esperada

Texto ou apresentação oral, relacionando a proibição legal do tráfico com sua continuidade na prática, e refletindo sobre o papel da sociedade quando leis não são cumpridas.

ATIVIDADE 5 — O brigue Camargo: crime, clandestinidade e apagamento

Texto de introdução ao estudante

O brigue Camargo foi uma embarcação envolvida no tráfico ilegal de africanos, incendiada e afundada propositalmente em 1852 nas proximidades da foz do rio Bracuí. Naquela época, o tráfico já era considerado um crime de pirataria pelas leis brasileiras, mas grandes fazendeiros da região organizaram suas propriedades para receber e recuperar os africanos que seriam levados serra acima para trabalharem como escravizados nas plantações de café do Vale do Paraíba. Entre essas fazendas, destacavam-se a de Santa Rita, pertencente ao Comendador Souza Breves, e a do Grataú, de seu afilhado, Pedro Ramos.

O incêndio do navio foi uma estratégia deliberada para destruir as provas materiais do crime e evitar que os responsáveis fossem punidos. Esse episódio revela que o tráfico não era apenas uma prática proibida, mas um sistema organizado de forma clandestina, baseado no ocultamento de informações.

Embora as autoridades da época tenham registrado o caso com muitos detalhes — e os responsáveis tenham sido identificados e processados — a historiografia tradicional do século XX preferiu silenciar essa história por muito tempo. Esse silenciamento nos livros escolares e nas narrativas nacionais é o que chamamos de apagamento histórico. Enquanto os livros calavam, a memória oral da comunidade quilombola do Bracuí preservou a lembrança desse acontecimento, garantindo que a história de seus antepassados não fosse esquecida.

Nesta atividade, você vai analisar como a tentativa de esconder o crime produziu um apagamento nas narrativas da história do Brasil e como a força da palavra dos moradores ajudou a manter viva essa memória.

Fontes históricas utilizadas

- **Documento escrito 1 — Registro policial**

No interrogatório referente ao desembarque de Bracuí, os homens que ficaram presos declararam que viram canoas de moradores das ilhas da redondeza junto à embarcação que trazia africanos; mas *lamentavam não se recordarem dos nomes dos vizinhos ou ignorarem quem eram*. Quanto à embarcação e à sua tripulação, responderam que *nada sabiam*.

Fonte: AESP - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Polícia. C 2467. Cópia do interrogatório feito pelo Juiz Municipal Substituto Coronel João de Bacellar da Silva Leite a moradores das imediações de Ilha Grande. 14 dez. 1852. *Apud* ALONSO, Priscila de Lima. O vale do nefando comércio: o tráfico de africanos no Vale do Paraíba (1830-1860). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

- **Documento escrito 2 — Texto histórico**

Na correspondência entre o delegado de Angra dos Reis, juízes, chefes de polícia e o próprio imperador, ficamos sabendo de muitos detalhes [do caso Camargo]. Em 1853, o Comendador Luciano José de Almeida foi indiciado e José Breves pronunciado por cumplicidade no contrabando. Mais tarde, os que escreviam a história do Brasil silenciaram sobre esse período.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025.

- **Imagem – Navio semelhante ao Brigue Camargo**

Imagem 7 - Brigue da Costa do Maine pintado pelo norte-americano Fitz Henry Lane em 1851: navio é similar às descrições do Camargo



Fonte: Reprodução AfrOrigens/Aventuras Produções.

Situação-problema

Por que o episódio do brigue Camargo foi silenciado pelos historiadores nas narrativas nacionais, mesmo sendo um acontecimento documentado e tão grave?

Enunciado ao estudante

Leia as fontes e responda:

- a) O que o registro policial revela sobre o crime e sobre quem estava envolvido?
- b) Segundo o texto histórico, o caso Camargo foi registrado pelas autoridades da época?

O que aconteceu com os responsáveis?

- c) Por que o navio foi incendiado e afundado?
- d) Se o crime foi documentado e os responsáveis foram processados, por que esse episódio desapareceu dos livros de História?
- e) O que o silêncio dos historiadores sobre esse episódio revela sobre como a história do tráfico ilegal foi contada no Brasil?

Produção esperada

Texto explicativo ou relato oral, relacionando clandestinidade e apagamento histórico.

Atividade coletiva

Produzir um pequeno cartaz com o título: *“Um crime que tentaram esconder - será que conseguiram?”*

ATIVIDADE 6 — Tráfico ilegal e formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí

Texto de introdução ao estudante

A história do Quilombo Santa Rita do Bracuí está ligada ao contexto do tráfico ilegal de pessoas escravizadas. Os antepassados da comunidade eram africanos escravizados que trabalhavam na Fazenda Santa Rita, plantavam açúcar e foram testemunhas de todas as atividades do tráfico clandestino — um crime contra a humanidade.

Após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, os escravizados não receberam terras nem reparação. Muitos, como no Bracuí, buscaram permanecer no território como forma de resistência e manutenção de suas vidas e cultura. Pelas inúmeras dificuldades para se manterem na antiga fazenda ao longo do século XX, os moradores utilizaram a Constituição de 1988 e o Decreto Federal nº 4.887/2003 — que garante às comunidades quilombolas o direito de ter suas terras reconhecidas e tituladas pelo Estado — para buscar o reconhecimento como comunidade quilombola. A memória do tráfico e a vida em comunidade desde o século XIX fortalecem sua luta pela permanência no território.

Nesta atividade, você vai relacionar o tráfico ilegal com a formação do quilombo, compreendendo que o Bracuí é resultado de um processo histórico marcado por violência, apagamento e resistência.

Fontes históricas utilizadas

- **Documento escrito — Texto histórico sobre a formação do Quilombo Santa Rita do Bracuí**

O Quilombo Santa Rita do Bracuí tem sua origem na antiga Fazenda Santa Rita, uma propriedade escravista em Angra dos Reis que, no século XIX, funcionou como um ponto estratégico de recepção para o tráfico ilegal de africanos. A fazenda pertenceu ao Comendador José Joaquim de Souza Breves, um dos maiores proprietários de terras e pessoas escravizadas do Brasil Império. Ao falecer, em 1879, Breves deixou registrado em seu testamento a alforria de seus trabalhadores e a doação de lotes de terra para que as pessoas que ali viviam e trabalhavam permanecessem no território.

Apesar de registrada no testamento de 1879, a transmissão legal da propriedade nunca foi titulada ou reconhecida pelo Estado brasileiro. As famílias negras resistiram e permaneceram na terra, construindo uma comunidade fundamentada em laços de parentesco, no uso comum dos recursos naturais e em uma autonomia conquistada ainda no período do cativeiro. A memória desse direito à terra foi preservada por gerações através da tradição oral e de práticas culturais como o Jongo, funcionando como uma estratégia política de um grupo não letrado para garantir que sua história e seus direitos não fossem apagados. Esse legado histórico e a manutenção dos pontos de memória no território são, ainda hoje, os pilares da luta pelo reconhecimento definitivo do território quilombola.

Texto adaptado a partir de FRANCISCO; ABREU (2025).

- **Registro audiovisual**

Vídeo do sr. Manoel Moraes e D. Marilda falando sobre a Fazenda Santa Rita do Bracuí enquanto local de recepção de escravizados e “ponto de engorda”¹¹.

Assista em:



- **Relato oral - Ponto de Jongo:**

“Eu sou filho de Moçambique gente, sou negro sim senhor.”

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DO QUILOMBO SANTA RITA DO BRACUÍ (ARQUISABRA). Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Angra dos Reis, 2009; p. 49, 52 e 74.

- **Imagem**

Mapa 4 - Mapa das principais rotas de tráfico ilegal para o Bracuí



Crédito: Emmanuel Santos Vilas Boas

Situação-problema

O que o tráfico ilegal de africanos tem a ver com a existência do Quilombo Santa Rita do Bracuí hoje?

Enunciado ao estudante

¹¹ O vídeo com os relatos do Sr. Manoel e da D. Marilda está disponível no YouTube e pode ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=VPRqWOePsR4>. Acesso em: 20 maio 2025.

Leia os textos e responda:

- a) Em que contexto histórico se formou a comunidade do Bracuí?
- b) Que relação existe entre tráfico ilegal e presença negra na região?
- c) Por que a permanência no território pode ser entendida como forma de resistência?
- d) Que consequências desse passado ainda aparecem no presente?

Produção esperada

Texto explicativo de 3 a 5 linhas, relacionando tráfico ilegal e formação do quilombo.

Atividade coletiva

Construir uma linha do tempo sobre os principais acontecimentos apresentados nessa atividade.

4.5. Atividades Do Eixo 3

ATIVIDADE 7 — "Africanos Livres": a liberdade que a lei não garantiu

Texto de introdução ao estudante

Você sabia que, pela Lei de 1831, todos os africanos que chegaram no brigue Camargo em 1852 eram, por lei, pessoas livres? No entanto, traficantes e fazendeiros os tratavam como escravizados, ignorando o que a lei determinava.

Quando a polícia conseguia resgatar essas pessoas de navios ou fazendas ilegais, elas recebiam o nome de "africanos livres". Mas essa liberdade era muito estranha: em vez de poderem ir para onde quisessem, ficavam sob tutela do governo e eram obrigadas a trabalhar por muitos anos em obras públicas, recebendo quase nada por isso. Muitos eram crianças e adolescentes — da mesma idade que você.

Entre os 73 africanos do Camargo apreendidos e levados para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, havia um homem chamado Braz. Ele tinha cerca de 31 anos, falava muito bem o português e, ao ser interrogado pela polícia, disse algo surpreendente: que era "dos depois da lei de 7 de novembro de 1831". Braz sabia que era livre por lei — e reivindicou esse direito.

Nesta atividade, você vai conhecer algumas dessas pessoas e refletir sobre o que significa ser "livre" quando a lei existe mas não é cumprida.

Fontes históricas utilizadas

- **Documento escrito — Trecho histórico sobre os africanos do Camargo**

Na lista dos apreendidos do Camargo que estavam na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, despontava um 'preto Braz'. Ele aparentava ter 31 anos, falava muito bem o português e foi classificado como Benguela. Ao ser inquirido, alegou que era 'dos depois da lei de 7 de novembro de 1831'. A maior parte dos africanos era muito jovem: eram quase crianças os que teriam desembarcado do Camargo. Do presídio, seguiram para outras experiências de trabalho compulsório destinados aos 'africanos livres'. Até 1864, quando o governo imperial efetivou a emancipação geral, os africanos chegados pelo Bracuí viveram sob a tutela do Estado brasileiro, em uma liberdade bastante precária, sendo forçados a prestar serviços em obras públicas, em um trabalho muito próximo à escravidão.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025, p.30

- **Imagem — Placa do Memorial Passados Presentes no Quilombo do Bracuí**

Imagem 8 - Lista com nomes e idades dos africanos sobreviventes do brigue Camargo, resgatados pelas autoridades imperiais em 1853. As informações originais estão no Arquivo Nacional, Série Justiça, Prisões, IJ7, Pasta 12, Casa de Correção, 1852-1853.

13	Luiz	Mucena	20	39	Braz	Benguela	28	65	Romão	Quilimane	28
14	Narcizo	Moçambique	22	40	Estevão	Quilimane	14	66	Vicente	Quilimane	20
15	Domingos	Quilimane	12	41	Simplicio	Quilimane	16	67	Gaspar	Cabundá	20
16	Daniel	Mucena	29	42	Joaquim	Quilimane	14	68	Antonio	Quilimane	20
17	Francisco	Moçambique	12	43	Simão	Quilimane	14	69	Havier	Quilimane	16
18	-	-	-	44	Matheus	Congo	18	70	Jacob	Quilimane	15
19	Romão	Moçambique	30	45	Domingos	Mucena	14	71	Faustino	Mucena	18
20	Gregorio	Moçambique	24	46	Romão	Quilimane	12	72	Januario	Moçambique	14
21	Damião	Quilimane	14	47	Francisco	Quilimane	15	73	Manoel	Mucena	12

Fonte: Livro “História, memória e reparação: o museu somos nós”, de Martha Abreu e Marilda Francisco.

Situação-problema

Se a lei de 1831 declarava livres todos os africanos trazidos ilegalmente para o Brasil, por que o governo os mantinha presos e sob tutela? O que o caso de Braz revela sobre o que os africanos sabiam sobre seus próprios direitos?

Enunciado ao estudante

Leia o texto e observe a imagem da placa do Memorial. Em seguida, responda:

- Observe a listagem da placa do Memorial. Qual era a idade da maioria das pessoas capturadas? Por que você acha que o tráfico trazia pessoas tão jovens?
- O que Braz quis dizer ao afirmar que era "dos depois da lei de 1831"? O que isso revela sobre o que os africanos sabiam sobre as leis brasileiras?
- Qual a diferença entre ser "escravizado" e ser "africano livre" na prática daquela época? Essa liberdade era real?
- Por que o tráfico ilegal de africanos é considerado um crime contra a humanidade, mesmo tendo sido tolerado por muitas autoridades da época?
- O que a história de Braz e das pessoas da lista nos ensina sobre resistência?

Atividade coletiva

Em pequenos grupos, escolham um dos nomes da lista do Memorial e criem um "Cartão de Identidade Histórica", com a origem, a idade e uma frase sobre o direito à

liberdade que lhe foi negado — e que ele ou ela não deixou de reivindicar.

Produção esperada

Texto de 3 a 5 linhas ou apresentação oral, respondendo à pergunta: o que a história de Braz e das pessoas da lista do Memorial nos revela sobre a luta por direitos no século XIX.

ATIVIDADE 8 — O que foi silenciado na história do Bracuí, de Angra e do Brasil?

Texto de introdução ao estudante

Nem tudo o que aconteceu no passado aparece nos livros de História. Alguns acontecimentos são esquecidos, outros são pouco registrados, e há também casos em que o silêncio é resultado de interesses políticos, econômicos ou sociais.

No caso do brigue Camargo e do tráfico ilegal de africanos, o silêncio histórico está ligado ao fato de que se tratava de um crime. Reconhecer esse episódio significaria admitir que o tráfico continuou mesmo depois de proibido por lei e que autoridades e elites locais participaram desse processo. Por isso, os historiadores que escreveram a história do Brasil durante muito tempo preferiram não contar essa história.

Mas o silêncio dos livros não apagou a memória. A comunidade do Quilombo Santa Rita do Bracuí guardou esse passado por gerações, transmitindo-o pela palavra, pela música e pelo modo de viver. Nesta atividade, você vai refletir sobre por que certos acontecimentos não são contados nos livros de História — e sobre quem os manteve vivos.

Fontes históricas utilizadas

- **Documento escrito 1 — Texto histórico**

Um passado marcado pelo tráfico de escravos, pela escravidão e pela luta pela terra, que até então não havia alcançado a historiografia, nem os livros didáticos; um processo que havia sido sepultado pela história, embora nunca tenha morrido na tradição oral de seus protagonistas negros e descendentes de escravos.

Fonte: MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; SOUZA, Mirian Alves de; COUTO, Patrícia Brandão. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Niterói: UFF/INCRA, 2009, p. 7.

- **Documento escrito 2 — Texto histórico**

Mais tarde, os que escreviam a história do Brasil também silenciaram sobre esse período e só recentemente os historiadores têm contribuído para uma ampla revisão da escravização ilegal e para as necessárias ações de reparação.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025.

- **Relato oral — Depoimento de D. Marilda**

O povo negro sempre guardou a sua história, só que não interessava a ninguém, interessava só a nós. A história ficava com a gente. E eu sempre digo: nós somos um museu ambulante, nós temos a nossa história nos nossos traços, no nosso jeito de ser, na nossa cor, no nosso tudo. O museu somos nós.

Fonte: FRANCISCO, Marilda de Souza. In: FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha. História, memória e reparação: o museu somos nós. Niterói: Ed. das Autoras, 2025.

Situação-problema

Por que o episódio do brigue Camargo não aparece nos livros de História — e quem garantiu que essa história não fosse esquecida?

Enunciado ao estudante

Leia as três fontes e responda:

- a) Segundo os dois textos históricos, o que aconteceu com a história do tráfico ilegal nos livros e na historiografia?
- b) O que o relato de D. Marilda revela sobre como a comunidade preservou sua história?
- c) Por que certos acontecimentos podem ser considerados "incômodos" para quem escreve a história oficial?
- d) O que significa D. Marilda dizer que "o museu somos nós"?
- e) O silêncio sobre o tráfico ilegal e a escravidão no Brasil é apenas um problema do passado — ou ainda tem consequências hoje?

Produção esperada

Texto explicativo de 5 a 7 linhas ou apresentação oral, relacionando apagamento histórico, crime e memória oral.

Atividade coletiva

Elaborar um pequeno mural com o título: "*Histórias que quase não aparecem nos livros*" — e discutir: quem as guardou?

ATIVIDADE 9 — O encontro de saberes: Quem conta a História?

Texto de introdução ao estudante

Durante muito tempo, a História do Brasil foi contada principalmente sob o ponto de vista de autoridades e representantes do Estado. Muitos historiadores do século XX também acabaram silenciando sobre as experiências de grupos como os africanos escravizados ilegalmente e seus descendentes.

No entanto, esse cenário está mudando. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, a memória oral e a tradição dos moradores preservaram fatos que os livros escolares não mostravam. Hoje, historiadores e quilombolas trabalham como aliados para reconstruir o passado. Um exemplo desse reconhecimento é o título de Notório Saber concedido a Dona Marilda de Souza Francisco pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Esse título reconhece oficialmente que o conhecimento que nasce dentro da comunidade é tão legítimo e importante quanto o que nasce na universidade.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como diferentes sujeitos produzem conhecimento histórico e como a união desses saberes ajuda a contar uma história mais completa do nosso país.

Fontes históricas utilizadas

- **Imagem — Foto de Dona Marilda com título de Notório Saber em “Saberes, Artes e Ofícios Tradicionais”**

Imagem 9 - D. Marilda recebe título de *Honoris Causa*



Crédito: João Fanara

- **Registro audiovisual — Vídeo sobre a origem do quilombo e a importância do Jongu e da preservação da memória¹²:**

Assista em:



Situação-problema

Muitas pessoas acham que a história só existe se estiver escrita em documentos. Mas, no Bracuí, foi a palavra dos moradores que indicou aos arqueólogos onde procurar vestígios do navio Camargo. Como a união entre o que a comunidade sabe e o que a universidade pesquisa pode transformar o que aprendemos na escola?

Enunciado ao estudante

Observe a imagem e assista ao documentário. Em seguida, responda:

- a) O que significa a universidade conceder o título de Notório Saber a uma liderança quilombola como Dona Marilda?
- b) Que tipo de conhecimento os moradores do Bracuí preservaram que não aparecia nos livros didáticos?
- c) Por que o diálogo entre a memória oral e os documentos históricos é importante para entendermos o crime do tráfico ilegal?
- d) De que forma a universidade também aprende e se fortalece ao pesquisar junto com a comunidade do Bracuí?
- e) Na sua opinião, quem tem o direito de contar a história de um lugar — os historiadores, os moradores, ou os dois juntos? Por quê?

Atividade coletiva

Organizar uma "Roda de Saberes" na escola, convidando moradores mais velhos e pesquisadores locais para compartilharem memórias e documentos sobre a história do bairro

¹² O vídeo "*Angra dos Reis - Consciência Quilombola*" está disponível no canal mapadecultura RJ, no YouTube, e pode ser acessado através do link: https://youtu.be/TKHgpSinCk?si=WAoZ5V_fOdEs6wqB. Acesso em: 20 maio 2026.

ou da comunidade.

Produção esperada

Texto argumentativo curto, respondendo à pergunta: "*Por que a memória dos moradores do Bracuí é uma forma legítima de conhecimento histórico?*"

4.6. Atividades do Eixo 4

ATIVIDADE 10 — Progresso para quem?

Texto de introdução ao estudante

A Rodovia Rio-Santos foi construída como parte de um projeto de desenvolvimento e integração do litoral fluminense. Para o governo, a estrada representava progresso, crescimento econômico e modernização da região. Para muitas famílias que chegaram à região atraídas pelo desenvolvimento, a rodovia representou oportunidades de trabalho e moradia.

No entanto, para comunidades tradicionais como o Quilombo Santa Rita do Bracuí, a estrada significou algo muito diferente. A abertura da rodovia facilitou a entrada de grandes empreendimentos e condomínios, valorizando as terras próximas ao mar. Áreas que antes eram ocupadas coletivamente passaram a ser disputadas por empresas e particulares, gerando processos de expulsão e restrição de acesso ao território tradicional. Para o quilombo, a rodovia significou perda de acesso ao mar, pressão sobre o território e ameaça ao modo de vida construído por gerações.

Nesta atividade, você vai analisar o significado do "progresso" a partir de diferentes pontos de vista e refletir sobre quem se beneficiou e quem foi prejudicado pelas transformações no território do Bracuí.

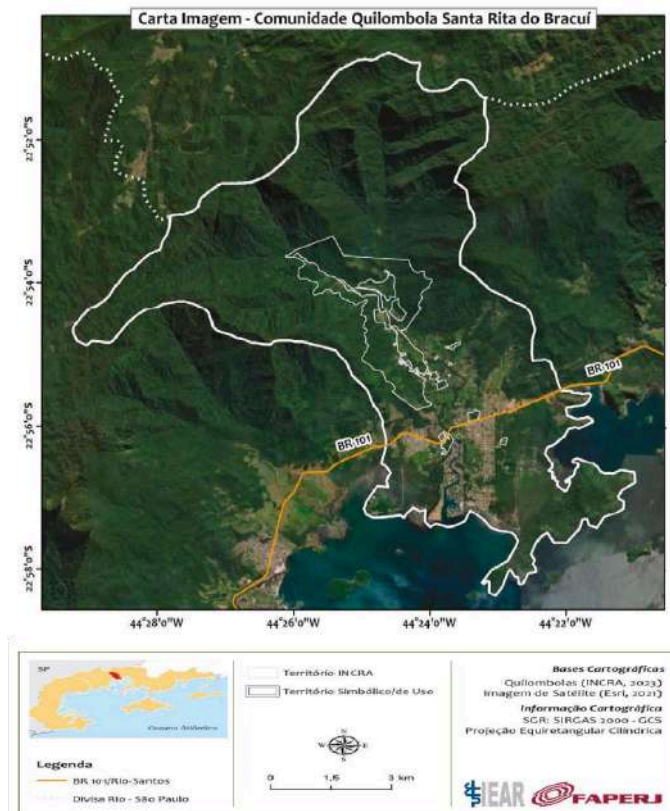
Fontes históricas utilizadas

- **Relato oral – Ponto de Jongo de d. Marilda**

Oi, gente, presta atenção na história que vou contar. Deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar. Eu deitei minha cabeça na cabeceira do rio, mas o pé está lá no mar.

- **Imagem - Mapa do Bracuí**

Mapa 5 - Mapa do território tradicional do Bracuí antes e depois da Rodovia Rio-Santos



Fonte: revista “Quilombo de Santa Rita do Bracuí”

Situação-problema

A construção da Rodovia Rio-Santos representou progresso para todos da mesma forma?

Enunciado ao estudante

Observe o mapa e leia o ponto de Jongo de D. Marilda. Em seguida, responda:

- Que mudanças podem ser percebidas no território do Bracuí depois da construção da estrada?
- O que o ponto de jongo revela sobre a relação da comunidade com o território?
- Quem se beneficiou com as transformações territoriais trazidas pela rodovia?
- Que problemas concretos a construção da rodovia trouxe para o território e o modo de vida do Quilombo Santa Rita do Bracuí?
- A construção da rodovia ajudou a criar conflitos pela posse da terra no Bracuí. Por que isso aconteceu?

Produção esperada

Texto explicativo de 5 a 7 linhas ou apresentação oral, analisando a estrada como processo histórico que produziu ganhos e perdas diferentes para grupos sociais distintos.

Atividade coletiva

Elaborar um mapa mental com o título: “*Quilombo Santa Rita do Bracuí: Antes da estrada BR-101 × Depois da estrada BR-101*”.

ATIVIDADE 11 — O Jongo: cultura, memória e resistência

Texto de introdução ao estudante

O Jongo é uma manifestação cultural de origem africana praticada por comunidades negras no sudeste do Brasil. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, o Jongo é mais do que uma dança ou uma música: ele é uma forma de transmitir histórias, valores e experiências de vida.

Por meio das cantigas, dos tambores e da roda, os jongueiros preservam memórias de seus antepassados e mantêm viva uma herança cultural construída durante a escravidão. O reconhecimento do Jongo como patrimônio cultural brasileiro mostra que práticas culturais também são formas de registro do passado.

Nesta atividade, você vai analisar o Jongo como expressão de memória coletiva e como forma de resistência cultural ao longo do tempo.

Fontes históricas utilizadas

- Imagem

Imagem 10 - Foto de roda de Jongo do Quilombo Santa Rita do Bracuí



Fonte: Ponto de cultura do Jongo - UFF

- **Registro audiovisual – Angra dos Reis – Consciência quilombola**

Assista em¹³:



Situação-problema

O Jongo pode ser considerado uma forma de resistência e uma fonte histórica?

Enunciado ao estudante

Observe a imagem e veja o vídeo. Preste atenção na letra do Jongo. Depois, responda:

- a) Que elementos do Jongo estão ligados à história da população negra?
- b) Que tipo de memória é transmitida por meio das cantigas e da dança?
- c) Por que o Jongo pode ser visto como forma de resistência cultural e política?
- d) Que tipo de denúncia é feita através da letra desse ponto de Jongo?

Atividade coletiva

Criar um pequeno glossário ilustrado com palavras e símbolos ligados ao Jongo, reunindo outras letras relacionadas ao quilombo Santa Rita do Bracuí.

¹³ O vídeo “*Angra dos Reis - Consciência Quilombola*” está disponível no canal mapadecultura RJ, no YouTube, e pode ser acessado através do link: https://youtu.be/TKHgpfSinCk?si=WAoZ5V_fOdEs6wqB. Acesso em: 20 maio 2026.

ATIVIDADE 12 — Memória, território e luta por direitos

Texto de introdução ao estudante

Após a abolição da escravidão, as populações negras libertas não receberam terras nem apoio do Estado. Permanecer nos territórios onde viviam passou a ser uma estratégia de sobrevivência e resistência.

O direito à liberdade e à terra para as famílias do Bracuí nasceu em 1878, registrado no testamento do Comendador José Breves. No entanto, por quase cem anos, o Estado não reconheceu esse documento. Foi apenas em 1978, em meio a muitos conflitos, que a comunidade conseguiu levar essa história à justiça para provar que o território era deles por herança.

A luta pela titulação do território quilombola é um processo político e jurídico que envolve documentos, mapas, pesquisas históricas e relatos dos moradores. Nesse sentido, a memória coletiva não é apenas lembrança do passado, mas também instrumento de luta por justiça e reparação histórica.

Nesta atividade, você vai refletir sobre como o passado é mobilizado no presente para garantir direitos territoriais e reconhecimento social.

Fontes históricas utilizadas

- **Documento escrito — Reportagem sobre a pré-titulação do Quilombo Santa Rita do Bracuí**

Na festa do Dia Estadual do Jongo, realizada em 26 de julho, a comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, situada em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, teve um motivo especial para comemorar. Na ocasião, foi anunciada a publicação da portaria do Incra reconhecendo as 129 famílias descendentes de pessoas que foram escravizadas em área de 616 hectares.

“A terra é a nossa mãe, e mãe não se vende, não se dá. Então vamos lutar por nossa mãe”: com essas palavras a griô (espécie de guardiã da memória) quilombola Marilda de Souza Francisco homenageou José Adriano, o morador mais antigo da comunidade até falecer há cerca de cinco anos. “Ao comemorar essa conquista, lembro sua fala, que ainda na ditadura liderou as lutas no quilombo. Ele defendia e acreditava na titulação, não deixava a gente desanimar. Mas, infelizmente, partiu antes de ver essa vitória”, emocionou-se.

O local integrava a antiga fazenda de Santa Rita do Bracuhy, de propriedade do comendador José Breves. Em seu testamento, aberto em 1879, ele libertou todos os escravizados e fez uma doação formal da propriedade para os que ali residiam, antepassados dos atuais moradores. Apesar disso, desde os anos 1960, os quilombolas lutam contra grileiros e condomínios de luxo para se manter nas terras herdadas por direito.

Trecho da reportagem retirada de

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/comunidade-quilombola-em-angra-dos-reis-r-j-tem-territorio-reconhecido>. Acesso em 04 fev. 26.

- **Registro audiovisual - Ponto de Jongo - a partir de 06:26¹⁴:**

“A liberdade não ficou do nosso jeito, deram nossa liberdade, não deram nossos direitos”.

Situação-problema

Por que a memória da comunidade é importante para a luta atual pelo território do Quilombo Santa Rita do Bracuí?



Enunciado ao estudante

Com base nas fontes, responda:

- a) Que direitos estão sendo reivindicados pela comunidade hoje?
- b) O testamento de 1878 garantiu o direito à terra para as famílias do Bracuí. Por que esse direito demorou cem anos para ser reconhecido pela justiça?
- c) Por que o território é entendido como herança dos antepassados?
- d) O ponto de Jongo diz: "deram nossa liberdade, não deram nossos direitos." O que essa frase significa no contexto da história do Bracuí?
- e) O que significa falar em reparação histórica nesse contexto?

Produção esperada

Texto argumentativo curto, explicando a relação entre memória, território e direitos.

Atividade coletiva

Produzir um cartaz com o título: *“Do passado ao presente: por que o Bracuí luta por seu território”*.

¹⁴ O vídeo “Deram nossa liberdade mas não deram o nosso direito” está disponível no canal lide uff, no YouTube, e pode ser acessado pelo link: <https://youtu.be/DUZmdR4zAXw?si=UCAISYroPXygJOIv>. Acesso em 04 fev. 2026.

4.7. Para Saber Mais

- Vídeos

AFRORIGENS - DE NAUFRÁGIOS A QUILOMBOS. Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (5 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1EpFLgGFho>. Acesso em: 20 maio 2026.

AFRORIGENS - EM BUSCA DO BRIGUE CAMARGO. Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q-2v4tn-trk>. Acesso em: 20 maio 2026.

ANGRA DOS REIS: Consciência Quilombola. [S. l.]: mapadecultura RJ, 2014. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKHgpfSinCk>. Acesso em: 20 maio 2026.

BRACUÍ: velhas lutas, jovens histórias. [S. l.]: lide uff, 2014. 1 vídeo (43 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s>. Acesso em: 20 maio 2026.

BUSCAS AO NAVIO CAMARGO. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPcFa4lPkgI>. Acesso em: 20 maio 2026.

FESTA DE SANTA RITA NO QUILOMBO DO BRACUÍ 2025. Ecomuseu Ilha Grande. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q93MEhRmk4I>. Acesso em: 20 maio 2026.

GRIOT: o conhecimento transmitido pela oralidade. [S. l.]: Iuri Farias, 2016. 1 vídeo (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VxM_2332cxg. Acesso em: 20 maio 2026.

INSTITUTO AFRORIGENS NO PROGRAMA FANTÁSTICO. Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (8 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-la_hsovsd8. Acesso em: 20 maio 2026.

JONGO DE TRADIÇÃO DO QUILOMBO DO BRACUÍ [Festival Tradicionalidades 2021]. [S. l.]: Semente Livre, 2021. 1 vídeo (30 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bpzpXLN2Ysc>. Acesso em: 20 maio 2026.

JONGOS, CALANGOS E FOLIAS: música negra, memória e poesia (2007). LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (48 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-0OouM3F0SU>. Acesso em: 20 maio 2026.

MEMÓRIAS DO CATIVEIRO (2005). LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (42 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JEw4k8Wpofw>. Acesso em: 20 maio 2026.

MINHA RAIZ É NEGRA. [S. l.]: Wagner Santos, 2014. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cAjKk8X3bf4>. Acesso em: 20 maio 2026.

NASCE CONGO, MORRE CONGO. [S. l.]: WITNESS, 2025. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=riv4JvdLvEw>. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 1: a mudança dos portos de chegada. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RuqQtDfa28o>. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 2: as fazendas de recepção. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VPRqWOePsR4>. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 3: a repressão ao tráfico ilegal. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARYYblMJJsM>. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ILEGAL DE AFRICANOS 4: o caso do Bracuí. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S24tzYgaTA0>. Acesso em: 20 maio 2026.

QUILOMBOLAS: as novas gerações. [S. l.]: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2012. 1 vídeo (12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dDwoghYkpQk>. Acesso em: 20 maio 2026.

SEMINÁRIO: o caso do navio escravagista Camargo. [S. l.]: Arquivo Nacional, 2023. 1 vídeo (252 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LViGARTCzs4>. Acesso em: 20 maio 2026.

● Reportagens

'BRIGUE CAMARGO': veja as buscas pelos destroços do último navio escravagista brasileiro. Programa de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12009102/?s=0s>. Acesso em: 20 maio 2026.

ESPECIAL RAÍZES: a luta do quilombo 'Santa Rita do Bracuí' pela titularidade das terras. Programa de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12007729/?s=0s>. Acesso em: 20 maio 2026.

CONHEÇA O PROCESSO DE RESGATE DAS RAÍZES AFRICANAS NO QUILOMBO 'SANTA RITA DO BRACUÍ'. Programa de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12009785/?s=0s>. Acesso em: 20 maio 2026.

'RAÍZES': CONHEÇA A HISTÓRIA DO QUILOMBO DE SANTA RITA DO BRACUÍ, EM ANGRA DOS REIS. Programa de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12129507/>. Acesso em: 20 maio 2026.

CONSULADO AMERICANO OFICIALIZA APOIO FINANCEIRO PARA CONSERVAR NAVIO ESCRAVIZADO. RJ2 – TV Rio Sul, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13188942/>. Acesso em: 20 maio 2026.

● Redes Sociais

Instagram e Facebook

QUILOMBO Santa Rita do Bracuí. [Angra dos Reis, Rio de Janeiro]. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/quilombobracui/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 maio 2026.

4.8. Referências Bibliográficas do e-book

ABREU, Martha; FRANCISCO, Marilda de Souza; MATTOS, Hebe. **História, memória e reparação: o museu somos nós – o projeto Camargo e o Quilombo do Bracuí (1852-2025)**. Niterói, 2025.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

FRANCISCO, Marilda de Souza. O museu somos nós. In: **Samba em Revista**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 13, 2022. Disponível em: [https://www.faperj.br/rp/downloads/Miolo-Samba-em-Revista-N13-REV3_\(1\).pdf](https://www.faperj.br/rp/downloads/Miolo-Samba-em-Revista-N13-REV3_(1).pdf). Acesso em: 10 jan. 2026.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África I**. UNESCO, 2010.

RAMBELLI, Gilson. Arqueologia de naufrágios e a proposta de estudo de um navio negreiro. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 6, 2006.

RICHTER, Monika; COSTA, Marcelo; FOGAÇA, Isabela de Fatima (org.). **Quilombo Santa Rita do Bracuí: cultura, geografia e história**. Rio de Janeiro: Letra Capital; FAPERJ, 2024.

SANTOS, Luis Felipe Freire Dantas; MARINS, Júlio César da Silva; RAMBELLI, Gilson. A materialidade do tráfico e os desdobramentos no presente. **Revista de Arqueologia**, v. 37, n. 1, 2024.

SILVA, Maurício Adelino da. **Movimento social quilombola de Santa Rita do Bracuí: aprendizados na militância e a urgência de um currículo diferenciado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, escolhi dialogar com autores que pensam a memória, a oralidade e o ensino de História porque, muito antes de estruturar esta pesquisa, os pontos de Jongo cantados por D. Marilda, as histórias que ela narrava e sua frase quase sempre repetida — "aqui é história oral" ou "o que a história oral conta" — já me atravessavam como perguntas. Não eram apenas lembranças ou relatos: eram formas de organizar o passado e de afirmar uma presença. Foi a partir dessa convivência que comecei a me perguntar por que essa história, tão viva na comunidade, quase não aparecia nos livros didáticos. A pesquisa nasce, portanto, desse incômodo e dessa escuta — do desejo de compreender como essas narrativas produzem sentido histórico e como podem tensionar os limites do que tradicionalmente reconhecemos como fonte e como conhecimento histórico.

Foi a partir do contato com Amadou Hampâté Bâ e de sua reflexão sobre a centralidade da palavra como verdade em diversas sociedades africanas que passei a relacionar essa concepção à experiência afrodiaspórica. A oralidade deixou, então, de ser compreendida apenas como forma de transmissão do passado e passou a ser entendida como tecnologia ancestral de preservação do conhecimento, da memória e da própria existência coletiva. Essa chave interpretativa permitiu reconhecer que, no Quilombo Santa Rita do Bracuí, a palavra falada não ocupa um lugar residual, mas constitui um modo legítimo e ativo de produzir história.

Em diálogo com as pesquisas de Martha Abreu, Hebe Mattos e Thiago Campos sobre o território do Bracuí, tornou-se evidente a urgência de que essas histórias estivessem presentes nas salas de aula de Angra dos Reis. Afinal, se Angra é "dos Reis", é necessário questionar quem trabalhou para que esses reis do café e do tráfico ilegal de africanos escravizados pudessem reinar. As buscas pelos vestígios do Brigue Camargo — único navio escravista localizado até o momento no litoral brasileiro — evidenciam que a riqueza local foi construída a partir de um crime brutal, sustentado pelo tráfico ilegal de pessoas escravizadas e pelo apagamento sistemático das populações negras que permaneceram no território.

Diante dessas inquietações e retomando o problema do distanciamento entre currículo escolar e território, esta dissertação teve como objetivo analisar de que maneira a tradição oral do Quilombo Santa Rita do Bracuí, articulada ao caso do Brigue Camargo e às disputas territoriais contemporâneas, pode contribuir para o ensino de História na educação básica, especialmente por meio da elaboração de um material didático voltado à prática docente. A pesquisa buscou compreender a oralidade como forma de produção de conhecimento histórico, investigar os processos de silenciamento que marcaram a história local e propor

uma mediação pedagógica que dialogasse com o território e com as experiências dos estudantes da rede pública de Angra dos Reis.

Ao responder à pergunta sobre como o ensino de História pode incorporar narrativas orais quilombolas, esta pesquisa demonstrou que os objetivos propostos na introdução foram alcançados e podem ser compreendidos em três dimensões articuladas. No plano teórico-epistemológico, o estudo reafirma que a memória oral não se opõe ao documento escrito, nem depende dele para existir ou se legitimar. Ao contrário, a oralidade constitui um regime próprio de produção do conhecimento histórico, capaz de dialogar com a pesquisa acadêmica sem perder sua autonomia. A narrativa de D. Marilda — reconhecida pela UFRJ com o título de Notório Saber, distinção concedida a detentores de conhecimento excepcional construído fora dos circuitos acadêmicos tradicionais — sobre o Brigue Camargo, reelaborada ao longo do tempo a partir do contato com pesquisadores, com a universidade e com outros grupos, exemplifica esse processo: trata-se de uma narrativa viva, que incorpora novos elementos sem romper com a tradição ancestral, ampliando sentidos e projetando novos horizontes para a comunidade. Nesse movimento, a relação entre quilombo e universidade se revela de mão dupla: se o contato com a pesquisa acadêmica potencializou o alcance das narrativas quilombolas, foram os saberes da comunidade que tornaram possível localizar o Brigue Camargo, orientar as pesquisas arqueológicas e recolocar o tráfico ilegal no centro da historiografia sobre o século XIX.

No plano político-territorial, a pesquisa evidencia que a história do Bracuí não pode ser dissociada das disputas pela terra e das transformações impostas ao território ao longo do século XX. A construção da Rodovia Rio-Santos, a especulação imobiliária e a perda do acesso ao mar configuram processos históricos de expropriação que continuam a produzir efeitos no presente. O território quilombola, distinto do território da antiga Fazenda Santa Rita do Bracuí, emerge não apenas como espaço físico, mas como arquivo, memória e campo de luta. Compreender essas dimensões é fundamental para que a história local seja ensinada de forma crítica e situada.

No plano pedagógico, a elaboração do e-book *Vozes do Bracuí – Entre a Serra e o Mar* configurou-se como uma resposta a essas questões. O material não foi concebido como narrativa fechada ou manual prescritivo, mas como mediação político-pedagógica que articula fontes orais, documentos escritos, vestígios arqueológicos, práticas culturais e disputas contemporâneas. Organizado em eixos temáticos, o e-book busca romper com uma lógica linear e conteudista, possibilitando que conceitos como território, ilegalidade, tráfico ilegal de pessoas escravizadas, memória e reparação sejam retomados de forma transversal, de acordo

com as escolhas docentes e as realidades das turmas. Sua forma final não foi definida previamente: a mudança da organização por séries para uma organização por eixos temáticos revelou-se fundamental para garantir maior flexibilidade de uso, permitindo que o material dialogue com diferentes anos de escolaridade e práticas docentes. Ao assumir a memória oral como fonte histórica legítima e ao explicitar o diálogo entre saberes tradicionais e produção acadêmica — visível também em materiais anteriores como a cartilha sobre o Grapuí e o livro *Memória, Reparação*, produzido em parceria entre D. Marilda e pesquisadores da UFRJ —, o e-book afirma a agência quilombola e contribui para ampliar as formas de produção do conhecimento histórico na escola.

Ao articular tradição oral, história local e ensino de História, esta pesquisa busca contribuir para o preenchimento da lacuna identificada no início do trabalho, reafirmando a escola como espaço de produção de conhecimento histórico e de disputa de narrativas. Ao valorizar saberes quilombolas e inserir a história do Bracuí no currículo escolar, o trabalho amplia as possibilidades de letramento histórico, permitindo que os estudantes interpretem fontes diversas, identifiquem os silêncios produzidos pelos historiadores, comparem perspectivas sobre o passado e reconheçam os conflitos que atravessam a construção da memória histórica. A escola deixa, assim, de ser apenas lugar de reprodução de conteúdos e passa a atuar como espaço de reflexão crítica sobre o território em que está inserida.

O percurso desenvolvido no ProfHistória foi decisivo para esse amadurecimento. Ao longo do mestrado, a reflexão sobre a própria prática docente possibilitou questionar escolhas curriculares naturalizadas, enfrentar limites estruturais da escola pública e reconhecer a dimensão ética e política do ensino de História. Mais do que adquirir novas ferramentas, esse processo evidenciou que ensinar História implica assumir posicionamentos e reconhecer que toda prática pedagógica envolve disputas de sentido sobre o passado e o presente.

Como toda pesquisa situada, este trabalho apresenta limites. O e-book foi elaborado a partir de um território específico e de uma experiência docente localizada, o que não permite generalizações automáticas para outras realidades. Ao mesmo tempo, a pesquisa produziu uma metodologia de mediação pedagógica — articulando oralidade, territorialidade e ensino de História a partir de eixos temáticos transversais — que pode ser retomada, adaptada e reelaborada em outros contextos escolares e quilombolas. Sua aplicação depende das condições materiais da escola, do tempo disponível e das escolhas dos professores. Essas limitações, contudo, não fragilizam a proposta; ao contrário, reafirmam seu caráter contextualizado e sua abertura para adaptações, reelaborações e novos usos.

Como desdobramentos futuros, a pesquisa aponta para a ampliação do material

didático, incluindo novas linguagens — entre elas a história em quadrinhos esboçada no início do projeto e que segue como horizonte a ser desenvolvido —, bem como para o aprofundamento do diálogo com outros territórios quilombolas e com diferentes níveis de ensino. Também se colocam como perspectivas a continuidade das parcerias entre escola, universidade e comunidade, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a justiça histórica e com a valorização de saberes historicamente negligenciados pelos historiadores.

Concluir esta dissertação é reconhecer que a tradição oral do Quilombo Santa Rita do Bracuí não pertence apenas ao passado, mas sustenta modos de existir, resistir e projetar futuros. Trazer essas narrativas para a escola pública significa afirmar que ensinar História é um gesto político situado, que envolve memória, território e direitos. Ao reconhecer o quilombo como produtor de conhecimento histórico, esta pesquisa reafirma que a História ensinada pode — e deve — dialogar com os saberes construídos nos territórios, contribuindo para uma educação comprometida com dignidade, reparação e transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo**, 2011.

AESP - ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Polícia. C 2467. Cópia do interrogatório feito pelo Juiz Municipal Substituto Coronel João de Bacellar da Silva Leite a moradores das imediações de Ilha Grande. 14 dez. 1852. Apud ALONSO, Priscila de Lima. **O vale do nefando comércio: o tráfico de africanos no Vale do Paraíba (1830-1860)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

AFRORIGENS - De naufrágios a quilombos. Publicado por Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (5 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1EpFLgGFho>. Acesso em: 20 maio 2026.

AFRORIGENS - Em busca do brigue Camargo. Publicado por Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (4 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q-2v4tn-trk>. Acesso em: 20 maio 2026.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ANGRA DOS REIS - Consciência Quilombola. Publicado por mapadecultura RJ. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKHgpFSinCk>. Acesso em: 20 maio 2026.

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167–212.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRACUÍ - Velhas lutas, jovens histórias. Publicado por lide UFF. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (43 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2uyGxKpfs-s>. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Estabelece measures para a repressão do

tráfico de africanos neste Império. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1850. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-581-4-setembro-1850-559820-publicacaooriginal-82230-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. **Lei de 7 de novembro de 1831**. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Rio de Janeiro, 1831.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 20 maio 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2012.

BUSCAS ao navio Camargo. Publicado por LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xPcFa4lPkgI>. Acesso em: 20 maio 2026.

CAMARGO Bracuí – História. **AfrOrigens**, [s. l.], 2025. Disponível em:

<https://afrorigens.com.br/camargo-bracui-historia/>. Acesso em: 17 maio 2026.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERRI, Luis Fernando; COSTA, Maria Paula. O banho, a água, a bacia e a criança. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77155, 2021.

CONHEÇA o processo de resgate das raízes africanas no quilombo 'Santa Rita do Bracuí'.

Programão de Sábado, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em:

<https://globoplay.globo.com/v/12009785/?s=0s>. Acesso em: 20 maio 2026.

CONSULADO americano oficializa apoio financeiro para conservar navio escravizado. **RJ2 – TV Rio Sul**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13188942/>. Acesso em: 20 maio 2026.

COSTA, Luciana das Neves Rosa. **Quilombo Santa Rita do Bracuí**: entre luta, trocas e saberes. 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2021.

ENGENHO central do Bracuhy: uma história de glória, declínio e injustiça. **Angra dos Reis**, 12 out. 2018. Disponível em: <https://anradosreis.wordpress.com/2018/10/12/engenho-central-do-bracuhy-uma-historia-de-gloria-declinio-e-injustica/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

ESPECIAL RAÍZES: a luta do quilombo 'Santa Rita do Bracuí' pela titularidade das terras. **Programão de Sábado**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12007729/?s=0s>. Acesso em: 20 maio 2026.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FESTA de Santa Rita no Quilombo do Bracuí 2025. Ecomuseu Ilha Grande. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q93MEhRmk4I>. Acesso em: 20 maio 2026.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRANCISCO, Marilda de Souza; ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. **História, memória e reparação**: o museu somos nós. Niterói, RJ: Ed. das Autoras, 2025.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GRIOT: o conhecimento transmitido pela oralidade. Publicado por Iuri Farias. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (3 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VxM_2332cxg. Acesso em: 20 maio 2026.

INSTITUTO Afrorigens no programa Fantástico 29 dezembro 2024. Aventuras Productions. [S. l.: s. n.], 2024. 1 vídeo (8 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-la_hsovsd8. Acesso em: 20 maio 2026.

JONGO do Bracuí: Angra dos Reis/RJ. Niterói: Pontão do Jongo/UFF, [20--]. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/jongo-do-bracui-angra-dos-reisrj>. Acesso em: 04 fev. 2026.

JONGO de tradição do Quilombo do Bracuí [Festival Tradiционаlidades 2021]. Publicado por Semente Livre. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (30 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bpzpXLN2Ysc>. Acesso em: 20 maio 2026.

JONGOS, calangos e folias: música negra, memória e poesia. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (48 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-0OouM3F0SU>. Acesso em: 20 maio 2026.

LIA de Itamaracá recebe título de doutora honoris causa da Universidade Federal Fluminense. Niterói: IACS/UFF, [2025]. Disponível em: <https://iacs.uff.br/lia-de-itamaraca-recebe-titulo-de-doutora-honoris-causa-da-universidade-federal-fluminense/>. Acesso em: 04 fev. 2026.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (coord.). **Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí**. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: INCRA, 2009.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Top Books, 1995.

MEMÓRIAS do cativo. LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2018. 1 vídeo (42 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JEw4k8Wpofw>. Acesso em: 20 maio 2026.

MINHA raiz é negra. Publicado por Wagner Santos. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cAjKk8X3bf4>. Acesso em: 20 maio 2026.

NASCE Congo, morre Congo. Publicado por WITNESS. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=riv4JvdLvEw>. Acesso em: 20 maio 2026.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/OR Editora, 2002.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

O COMÉRCIO ilegal de africanos 1: a mudança dos portos de chegada. Publicado por LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (2 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RuqQtDfa28o>. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ilegal de africanos 2: as fazendas de recepção. Publicado por LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VPRqWOePsR4>. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ilegal de africano 3: a repressão ao tráfico ilegal. Publicado por LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ARYYblMJJsM>. Acesso em: 20 maio 2026.

O COMÉRCIO ilegal de africanos 4: o caso do Bracuí. Publicado por LABHOI UFF Oficial. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S24tzYgaTA0>. Acesso em: 20 maio 2026.

PESSOA LOURENÇO, Thiago Campos. **A indiscrição como ofício**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

'RAÍZES': Conheça a história do quilombo de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis. **Programão de Sábado**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12129507/>. Acesso em: 20 maio 2026.

RAMBELLI, Gilson. Arqueologia de naufrágios e a proposta de estudo de um navio negreiro. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, n. 6, p. 97–106, 2006.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial; Instituto Kwanza, 2006.

RICHTER, Monika; COSTA, Marcelo; FOGAÇA, Isabela de Fatima (org.). **Quilombo Santa Rita do Bracuí**: cultura, geografia e história. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2024.

SANTOS, Luis Felipe Freire Dantas; MARINS, Júlio César da Silva; RAMBELLI, Gilson. A materialidade do tráfico. **Revista de Arqueologia**, v. 37, n. 1, p. 98–116, 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANGRA DOS REIS. **Documento orientador curricular**. 2. ed. Angra dos Reis: SME, 2023.

SEFFNER, Fernando. Três territórios a compreender. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). **Cartografias da pesquisa em ensino de História**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 21–40.

SEMINÁRIO: o caso do navio escravagista Camargo. Arquivo Nacional. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (252 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LViGARTCzs4>. Acesso em: 20 maio 2026.

SILVA, Maurício Adelino da. **Movimento social quilombola de Santa Rita do Bracuí**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.

SLAVE WRECKS PROJECT. Brasil. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://slavewreckproject.org/pt/localiza%C3%A7%C3%A3o/Brasil/>. Acesso em: 17 maio 2026.

SOUSA, Gustavo Pinto de. **No tribunal das contendias**. 2017. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

QUILOMBOLAS: as novas gerações. Publicado por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. [S. l.: s. n.], 2012. 1 vídeo (12 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dDwoghYkpQk>. Acesso em: 20 maio 2026.

QUILOMBO do Bracuí recebe R\$ 1,7 milhão de investimento para preservação da história. **O Dia**, Angra dos Reis, 17 dez. 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/angra-dos-reis/2024/12/6971342-quilombo-do-bracui-recebe-rs-17-milhao-de-investimento-para-preservacao-da-historia.html>. Acesso em: 17 maio 2026.

QUILOMBO Santa Rita do Bracuí. [Angra dos Reis, Rio de Janeiro]. **Facebook**. Disponível em: https://www.facebook.com/quilombobracui/?locale=pt_BR. Acesso em: 20 maio 2026.

QUILOMBO Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, entra em novo decreto federal de regularização de territórios. **G1**, Rio de Janeiro, 21 nov. 2025. Sul do Rio e Costa Verde. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2025/11/21/quilombo-santa-rita-do-bracui-em-angra-dos-reis-entra-em-novo-decreto-federal-de-regularizacao-de-territorios.ghtml>. Acesso em: 17 maio 2026.

VEIGA, E. Pesquisadores buscam vestígios de um dos últimos 'navios negreiros' a atracar no Brasil. **BBC News Brasil**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cndkrkw9pyjo>. Acesso em: 17 maio 2026.